

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas
Programa de Pós-Graduação em Literatura Portuguesa

Danilo Silvério

**Antes Morganático Que Incestuoso: Processo Social e
Forma Literária n'Os *Maias*, de Eça de Queirós**

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Silvério, Danilo

S587a Antes Morganático Que Incestuoso: Processo Social e Forma Literária n'Os *Maias*, de Eça de Queirós / Danilo Silvério; orientador Helder Garmes. - São Paulo, 2016.

136 f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área de concentração: Literatura Portuguesa.

1. Literatura Portuguesa. I. Garmes, Helder, orient. II. Título.

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas
Programa de Pós-Graduação em Literatura Portuguesa

**Antes Morganático Que Incestuoso: Processo Social e Forma Literária
n'Os *Maias*, de Eça de Queirós**

Danilo Silvério

Dissertação apresentada ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (DLCV) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) para a obtenção do título de Mestre em Literatura Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Helder Garmes

Banca:

1. Prof. Dr. Helder Garmes;
2. Prof. Dr. Maria Elisa B. P. S. Cevalco;
3. Prof. Dr. José Carlos Siqueira.

São Paulo

2016

SILVÉRIO, Danilo. **Antes Morganático Que Incestuoso: Processo Social e Forma Literária n'Os Maias, de Eça de Queirós.** Dissertação apresentada ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (DLCV) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) para a obtenção do título de Mestre em Literatura Portuguesa

Aprovado em:

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura: _____

A minha consorte, Ariana Rumstain,
E a meus infantes, Rosa Maia e Sebastião Aires.

Agradecimentos

La main à plume vaut la main à charrue.¹

Arthur Rimbaud (*Une Saison en Enfer*)

Enquanto cursava a primeira disciplina da pós-graduação, ainda como aluno especial, empunhava também uma picareta a fim de estabelecer as fundações da casa que havia me proposto a construir. Foram longos três meses de escavação solitária em que nenhuma alma solícita aparecera sequer para oferecer um copo d'água. Entrementes, aproveitava os dias chuvosos para proceder à leitura recomendada nas aulas e organizar as análises que vinha maquinando.

Mas a ajuda, enfim, veio. Não de forma metódica, ordenada e disciplinada – como espera um estudante de pós-graduação. Foram tantos ajudantes esporádicos, que me arrisco a mencioná-los com a certeza de esquecer um ou outro – não menos importantes. A vocês todos agradeço o braço amigo. Obrigado Toninho, não só pela disposição, no auge dos seus 60 anos, mas também por compartilhar as histórias, as músicas que a gente escutava no rádio e as risadas de um tombo ou outro; obrigado Luís, Rubens, Roberto e Camila, por carregarem boa parte dos 12 mil tijolos que me foram necessários – certamente, sem vocês, teria sido bem mais difícil deslocar essas 60 toneladas sozinho; obrigado Joaquim, meu pai, por ter sido o mais assíduo de todos, o braço sempre à disposição – ao menos enquanto o peso dos anos permitiu. Obrigado Wilma, José Eduardo, Renato e Amaury, que ajudaram muito – cada um a seu modo e conforme as suas possibilidades. Obrigado Rita, minha mãe, que me ensinou que o impossível só existe para quem está morto. Obrigado Luzia, minha avó, com quem aprendi toda a metafísica que sei. Obrigado Rosa, minha avó de coração, por abrir sua casa, seus braços e sua vida para nos receber. E obrigado, é claro, Ariana, minha consorte, que partilha dessas empreitadas desarrazoadas comigo, superando a fadiga, a ansiedade, a falta de recursos... respirando fundo a cada laje cheia, a cada lote de tijolo chegando, as portas e janelas todas no seu devido lugar. Sem esse teto que me custou três anos para construir, não haveria dissertação a ser escrita – simples assim.

¹ A mão que empunha a pena equivale à que guia o arado – Arthur Rimbaud (*Uma estação no inferno*). Tradução livre.

Do arado à pena, agradeço, antes de tudo, ao professor Helder, por ter aceitado minha proposta de trabalho, quando ela era ainda uma nebulosa obscura, numa galáxia distante. Agradeço aos membros do Grupo Eça, sobretudo ao Gil e a Daiane, pelas sugestões e pelo material bibliográfico que me ofereceram; e também ao José Carlos, pela leitura cuidadosa dos meus diversos escritos e pelo empenho num debate intelectual franco e honesto. Não poderia deixar de agradecer, é claro, aos professores que ministraram as disciplinas que cursei nesse percurso: professor Alfredo Bosi (por traçar o caminho entre história e literatura), professor Samuel Titan Jr. (pelo romance francês do século XIX), professor Marcelo Pen (pelo romance inglês do século XIX) e a professora Maria Elisa Cevasco (pela dialética).

Por fim, agradeço ao colega Carlos Rogério Duarte Barreiros – talvez você não saiba, meu velho, mas aquela nossa conversa durante o café nos tempos do GH foi fundamental para que eu deixasse, ao menos por ora, a diplomacia de lado e me decidisse pela pós-graduação.

A todos, um forte abraço.

No plano da literatura, pela natureza das coisas, a forma ainda a mais secreta, inconsciente ou intelectualizada, tem de ser apreensível pela imaginação, sem o que deixa de existir. Ao passo que no plano da realidade, o qual para quem escreve se compõe de vida prática, conhecimentos e bibliografia, ela pode não existir de modo literariamente disponível, embora esteja intuída. Nestes casos, o crítico tem de *construir* o processo social em teoria, tendo em mente engendrar a generalidade capaz de unificar o universo romanesco estudado, generalidade que antes dele o romancista havia percebido e transformado em princípio de construção artística. Este trabalho, se responde à finura de seu objeto, produz um conhecimento novo.

Roberto Schwarz (*Que Horas São?*).

Resumo

SILVÉRIO, Danilo. Antes Morganático Que Incestuoso: Processo Social e Forma Literária n'Os Maias, de Eça de Queirós. 2016, 136 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

A fim de investigar a relação entre processo social e forma literária n'Os *Maias*, de Eça de Queirós, o presente trabalho propõe a análise das afinidades *entre* a composição de classe representada no romance (sobretudo no embate entre uma aristocracia resiliente e uma burguesia ascendente) e o tema do incesto, a partir do conceito de *figuração* – tal qual desenvolvido por Norbert Elias.

Palavras-Chave: Aristocracia. Burguesia. Incesto. Romance Português. Século XIX.

Abstract

SILVÉRIO, Danilo. **Antes Morganático Que Incestuoso: Processo Social e Forma Literária n'Os Maias, de Eça de Queirós**. 2016, 136 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Aiming to investigate the relationship between social process and literary form in *Os Maias* [*The Maias*], by Eça de Queirós, this work purpose is to analyze the affinities *between* the class composition represented in the novel (mainly in the clash concerning a resilient aristocracy and an ascendant bourgeoisie) *and* the theme of the incest, taking into account the concept of *figuration* – as developed by Norbert Elias.

Key-words: Aristocracy. Bourgeoisie. Incest. Portuguese Novel. XIX Century.

Sumário

Introdução.....	13
1. A Bâscula Revisitada.....	18
1.1 Breve Exposição do Problema.....	20
1.2 Processo Social e Forma Literária.....	22
2. Elementos para uma Leitura d'Os Maias.....	28
2.1 Os Maias e o Ramalhete.....	30
2.2 Pedro, Maria e a Regeneração.....	32
2.3 A Educação de Carlos Eduardo.....	36
2.4 Aristocrata ou Burguês?.....	39
2.5 O Consultório e o Laboratório de Carlos da Maia.....	41
2.6 O Salão de Afonso da Maia.....	44
2.7 Maria Eduarda.....	49
2.8 As Corridas de Cavalo.....	57
2.9 Dâmaso Salcede.....	62
2.10 O Salão dos Gouvarinhos.....	66
2.11 A Toca.....	69
2.12 Castro Gomes.....	73
2.13 A Boa Sociedade.....	77
2.14 <i>Parce Sepultis</i>.....	84
2.15 Incesto.....	89
2.16 Epílogo.....	95

3. Processo Social e Forma Literária na Segunda Metade do Século XIX em Portugal (A <i>Regeneração</i>).....	106
3.1 A Dialética entre a Resiliência da Aristocracia e a Ascensão da Burguesia – o Processo Social da <i>Regeneração</i>.....	114
3.2 A Dialética entre Romantismo (o Incesto Folhetinesco) e Realismo (o Casamento Morganático) – a Forma Literária Incestuosa.....	123
4. Considerações Finais.....	129
5. Bibliografia.....	132

Introdução

– Estas bestas! Estas bestas destes jornalistas! Leste? “Lágrimas em todos os olhos da numerosa e estimável colônia hebraica!” Faz cair a coisa em ridículo... E depois a “fluência do estilo”. Que burros! Que idiotas!

Carlos, que cortava as folhas de um livro, consolou-o. Aquela era a maneira nacional de falar de obras de arte... Não valia a pena bramar... (QUEIRÓS, 2014, p. 111)

Foi a partir de uma intuição, após a segunda ou terceira leitura de *Os Maias*, que este trabalho surgiu. E, de modo algum, essa intuição apareceu de forma clara. A única coisa de que tinha certeza, entretanto, era de que algo andava “estranho” naquela trama incestuosa. Mas o quê? Por que Eça escolhera organizar as coisas daquela forma? Por que um incesto? Por que Afonso? Por que Maria Monforte? E Pedro, por quê?

Desde então, entre uma aula e outra que ia lecionando, foram cinco anos pensando o assunto – até que decidi levar o problema mais a sério e ingressei no mestrado. Nunca um romance me ocupara tanto a cabeça. Era uma obra que ao mesmo tempo explicava, de maneira quase científica, muito da condição portuguesa no século XIX, sem deixar claros os motivos de o enredo ser, por vezes, conduzido de modo tão romanesco.

Na busca por pistas e respostas, recorri à crítica. E embora tenha encontrado reflexões bastante convincentes, nenhuma delas dizia respeito, de forma direta, às minhas indagações. De modo que, nesta introdução, proponho um breve diálogo com alguns dos críticos a que tive acesso.

Não me recordo por qual crítico comecei minhas investigações, mas António Coimbra Martins, em seus *Ensaio Queirosianos*, chamou a atenção, pois, ao se debruçar sobre a relação entre Carlos e Maria, apontava já para uma relação de

esterilidade comum ao incesto e à elite portuguesa.² Todavia, para o crítico, “(...) Eça de Queirós (...) cometeu o erro de assimilar o seu país à fina flor da aristocracia.” (MARTINS, 1967, p. 283). Nesse sentido, traçar um retrato da sociedade lisboeta da segunda metade do século XIX a partir da perspectiva da elite (pior ainda, de uma elite incestuosa), não é uma estratégia aprovada por Martins. Ocorre que seus critérios, além de não serem claros, soam por vezes contraditórios – sobretudo quando reconhece em Carlos (o representante dileto dessa elite que, segundo o crítico, não representa Portugal), justamente um exemplar do caráter português: “E é nesta inércia da vontade, do coração e dos braços que o riquíssimo Carlos da Maia nos parece, afinal, eminentemente português.” (MARTINS, 1967, p.286).

Não obstante a incongruência do argumento, a ideia de que o incesto é tão estéril quanto a elite que nele se enreda me pareceu procedente e, de fato, se mostrou recorrente em análises posteriores de outros autores. Entretanto, a preocupação de Martins, de traçar um retrato totalizante do caráter português, não faz mais sentido para a crítica de hoje – ou pelo menos não deveria, dada sua impossibilidade. E é essa busca por um retrato definitivo de seu povo o que acaba por comprometer, ao final, sua análise, uma vez que sua premissa não corresponde ao objetivo crítico da obra de Eça. E ainda que, por hipótese, o propósito do romancista fosse o de traçar o caráter da gente portuguesa, suas escolhas estéticas fizeram com que sua obra fosse muito além de uma mera crônica de costumes repleta de personagens excêntricos.

Óscar Lopes, por sua vez, em seu *Álbum de Família*, há de corroborar, mais tarde, a ideia de uma elite estéril.³ Mas, ao contrário de Martins, reconhece seu caráter de inevitabilidade, uma vez que se dá numa alta classe rarefeita por natureza. Da mesma forma, porém, estranha que a narrativa seja de uma perspectiva aristocrática⁴ – mas não condena a estratégia, como o faz Martins.

² “O incesto d’*Os Maias* representa este narcisismo, a esterilidade de uma *élite*.” (MARTINS, 1967, p.284)

³ “O incesto das outras duas personagens principais é o corolário da própria situação de elite rarefeita a que o romancista reduz a sociedade lisboeta. (...) O incesto é, aqui, apenas o cume do elitismo, é um simples narcisismo dual de casta nobre, totalmente divorciada da massa populacional que trabalha e (nos termos de Eça) produz civilização.” (LOPES, 1984, p. 112)

⁴ “Daí que este romance, (...), tenha o seu eixo narrativo nos restos de uma nobreza adaptada à burguesia dominante, com a qual de resto se une, quer por casamento quer pela contínua nobilitação régia dos principais capitalistas. Pode parecer estranho que o melhor romance português de escola realista do século

Um dos propósitos desta dissertação é, justamente, desfazer esse estranhamento. Por ora, entre alguns erros e muitos acertos, é preciso reconhecer que Lopes aponta para uma análise dialética, embora não a conclua, ao propor a possibilidade de uma dupla leitura da obra – por um lado a trajetória de seus personagens, por outro o processo histórico da *Regeneração*.⁵ Ao estabelecer, nesta dissertação, uma relação entre as duas leituras propostas por Lopes, será possível entender que não haveria como proceder à crítica ao modelo social português senão a partir, justamente, de sua elite.

Anterior a Lopes (1984) e Martins (1967), no tempo, é o longo ensaio de Alberto Machado da Rosa – “Nova interpretação de *Os Maias*”, de 1963. Nele se encontra a tradicional crítica que recorre ao julgamento moral – que se fazia até então sobre o romance de Eça e sobre a qual, como dizia Carlos, “não vale a pena bramar”. Tudo são símbolos disso ou daquilo ou, quando o símbolo escapa ao entendimento do crítico, alguma incongruência do autor. De qualquer forma, há, como sugere o título do ensaio, algo de novo nessa interpretação de Rosa. E a novidade reside na defesa da importância do processo histórico no romance. Ainda que Rosa não estabeleça uma relação entre obra e processo social, ele lembra a influência do livro do historiador Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, na composição de *Os Maias*. Para tanto, o crítico recorre à comparação d’*Os Maias* com a *Tragédia da Rua das Flores*, romance de Eça, postumamente publicado, que, reconhecidamente, é uma espécie de embrião da tragédia incestuosa de Carlos. A diferença entre as duas obras está, justamente, na organização do tempo: n’*Os Maias* se estabelece uma relação necessária entre o tempo da narrativa e o tempo histórico – algo totalmente ausente na *Tragédia da Rua das Flores* (Cf. ROSA, 1963, p. 234).

O trabalho de outro crítico, Carlos Reis, por sua vez, *Introdução à leitura d’OS MAIAS*, é de 1978, e seus objetivos são distintos dos demais críticos. A leitura que faz da obra se dá a partir do contexto europeu de descrença em relação às teses naturalistas. Nesse sentido, Reis defende que *Os Maias* resultam das dúvidas que o próprio Eça teria

XIX adopte o ponto de vista de uma aristocracia que, nesse próprio romance, se considera desde há muitas gerações como incapaz de dirigir o País.” (LOPES, 1984, p. 98)

⁵ “*Os Maias* admitem duas leituras diversas mas igualmente interessantes: a leitura que o próprio romance faz de três gerações de uma família aristocrática portuguesa, (...), recortadas sobre o fundo das transformações sociais suas contemporâneas, e a leitura *sintomática* daquilo que o romance em si mesmo constitui, como manifestação ideológica da elite intelectual formada em plena época de estabilização do constitucionalismo monárquico português, que, (...), decorre desde 1851, com o nome de *Regeneração*, e se pode considerar terminada em 1891.” (LOPES, 1984, p. 96)

da adequação da estética naturalista ao que desejava narrar (Cf. REIS, 1995, p. 21-22). Outro crítico, Alan Freeland, nesse quesito, também participa da mesma hipótese de Reis, e defende que o incesto é o procedimento artístico que faz o desmonte dos preceitos positivistas e da escola naturalista (sua feição estética).

Com o intuito de confirmar sua hipótese, Reis aponta, na estrutura formal da obra, elementos que, para ele, configuram o caráter anti-positivista do romance. No que se refere aos objetivos desta introdução, cabe questionar a confiança que o crítico deposita na perspectiva narrativa adotada por Eça. Para Reis, uma vez que a focalização interna do romance é construída a partir da personagem de Carlos da Maia, “o que essa perspectiva implica é sobretudo uma posição globalmente crítica perante o universo social que a rodeia.” (REIS, 1995, p. 116). Não caberá questionar a existência de um juízo crítico, por parte de Carlos da Maia, sobre o meio em que está inserido, mas é possível questionar se esse juízo é confiável. Afinal, uma personagem que projeta ser uma glória nacional e opta por terminar seus dias de diletante em Paris não parece ser muito coerente. Oportunamente, ao longo desta dissertação, outras hipóteses de Reis, como a do incesto ser um elemento de desmonte dos preceitos do naturalismo, serão postas em perspectiva.

Entre os trabalhos mais recentes sobre a obra, encontra-se o de Maria Manuel Lisboa, *Teu amor fez de mim um lago triste*. Sua proposta também contempla o processo histórico português, sobretudo ao defender o incesto como metáfora de apologia de uma união ibérica entre Portugal e Espanha (Cf. LISBOA, 2000, p. 18). No entanto, seu aparato teórico psicanalítico não se coaduna com a proposta deste trabalho. Ainda assim, muitas análises suas serão incluídas nos questionamentos desenvolvidos por esta dissertação, a fim de estabelecer um diálogo entre materialismo histórico e psicanálise, sempre que oportuno.

Por fim, há Isabel Pires de Lima, e seu monumental *As máscaras do desengano*, cujo método de análise é o que mais se aproxima do que foi proposto nesta dissertação. Sua influência foi tão significativa, que citá-la será quase uma obrigação, ainda que para dela discordar. Sua maior contribuição reside na defesa de que no romance de Eça não há, como soiam afirmar os críticos que ela menciona, uma estética da decadência, mas da desistência. Será preciso, no entanto, fazer um esforço para esclarecer o porquê de as personagens desistirem de seus projetos iniciais.

O que há, nesse breve panorama crítico, é um percurso que se desenvolve desde a defesa do incesto como uma metáfora da condição de classe em que a elite portuguesa está

enredada na segunda metade do século XIX; para, depois, haver um reconhecimento da dimensão que o processo histórico possui na elaboração da obra; e, por fim, estabelecer-se uma relação necessária entre esses elementos e os limites da estética naturalista. O que será desenvolvido neste trabalho é o que se verá de ora em diante.

1. A Báscula Revisitada

Os grupos de que [Eça] foi se aproximando eram justamente os mais ligados, por força das circunstâncias, ao velho Portugal senhorial, de raízes agrárias. Além da família da mulher [...], os fidalgos que participavam dos ‘Vencidos da Vida’, [...], pertenciam à classe dos grandes proprietários de terras, donos de solares, descendentes de guerreiros e administradores do Império português, detentores de altos cargos na Corte. (CANDIDO, 1978, p. 52-53).

Antonio Candido reconheceu e revelou, na obra de Eça de Queirós, uma tensão entre a vida rural e a urbana (CANDIDO, 1978, p. 29-56) que encontrará o mais perfeito equilíbrio em *Os Maias*. Conforme o crítico, nesse romance, Eça é seduzido pelo Portugal antigo e, por conseguinte, deixa florescer um sentimento rural que negara até então. Trata-se, na perspectiva de Candido, de um “recuo ideológico” (Cf. CANDIDO, 1978, p. 41), uma vez que o status da personagem provinciana, até então negativamente retratada em obras anteriores, surgirá aqui na figura do requintado Carlos da Maia. “Recuo ideológico”, no entanto, não será apenas uma mudança de posição ou de perspectiva na composição da obra. Será também uma postura com implicações na forma literária. Se até então Eça se ocupava da descrição crítica de um país que havia de se transformar para o devir, partindo da premissa de que buscava a aniquilação das instituições a fim de que houvesse espaço para novas possibilidades de organização social (o socialismo), o romancista, a partir d’*Os Maias*, passa a se ater à análise da composição social do país, em teoria, tal qual ela se apresenta.

Como constata Candido, *Os Maias* “é um romance construído em torno de duas direções, a rural e a urbana, assentada sobre dois fulcros, Lisboa e a quinta de Santa Olávia. Sendo um romance da cidade; [...], resulta não obstante num jogo de báscula entre o campo e a cidade” (CANDIDO, 1978, p. 42). Essa dualidade é fundamental, sobretudo, para a descrição das tensões de classe que se apresentam na obra: se, tradicionalmente, o campo é o lugar da aristocracia e a cidade, da burguesia, é possível observar, ao mesmo tempo, nesse século XIX repleto de transformações, uma

aristocracia que se instala na cidade (no Ramalhete, em Lisboa) e uma burguesia que busca refúgio no campo (Sintra). Os caminhos se cruzam, mas o resultado é desastroso:

Lisboa mostra-se incapaz de integrar o ritmo da vida moderna. Quando tenta arrancar-se à modorra provinciana – nas corridas de cavalo, nos saraus literários, – cai no mais lamentável ridículo. [...] A vocação de Lisboa [...] é para aldeia grande e, em meio a essa confusão de estilos, ressaltam os tipos de ‘boa cepa rural’, os fidalgos do campo, de tradição e caráter. O Marquês de Souza e Afonso da Maia inauguram uma série de aristocratas rurais que serão daí por diante na obra de Eça de Queirós, e sempre aos pares, os detentores da fibra ou da generosidade que falecem ao Portugal urbano e burguês. [...] Nessa *passagem* da cidade para o campo *Os Maias* ocupam posição-chave, porque significam a liquidação definitiva da sociedade lisboeta, e porque na sua trama resalta a quinta de Santa Olávia como contrapeso e fonte de energia moral. (CANDIDO, 1978, p. 42-43)

Que a conclusão de Candido esteja conforme a hipótese que fora desenvolvida por ele ao longo do ensaio não é algo contestável. Há, entretanto, muito mais a se investigar nessa *passagem* da cidade para o campo do que se supõe. De antemão, é possível afirmar que não se trata de uma opção pelo rural em detrimento do urbano. Mas de uma necessidade estética de incluir na obra de arte tudo o que seja afeito ao universo aristocrático. E não porque esse seja, necessariamente, superior ao burguês, quer do ponto de vista moral, quer do social. O fato é que, no balanço da báscula, Portugal, sendo burguês, não deixou ainda de ser aristocrático e, sendo aristocrático, não pode ser plenamente burguês.

Nesse sentido, *Os Maias* é que serão o seu romance mais compreensivo,⁶ por expor, na forma, o processo social em curso. Quando Candido afirma que “um romance urbano *quimicamente puro*, isto é, cujos ingredientes fossem absolutamente urbanos, não podia existir no século XIX, cuja civilização estava solidamente enraizada no campo” e que, mais adiante, “[e]m Portugal, [...], a cidade era ainda um prolongamento

⁶ “A *Ilustre Casa* é o seu romance menos proselitista e mais compreensivo”. (CANDIDO, 1978, p. 45).

campesino, forcejando por opor-se à origem, por afirmar características próprias hauridas no exemplo da civilização capitalista do momento e, porventura, numa tradição local de comércio, em que o mercador dava o braço ao fidalgo e o rei era uma espécie de caixeiro-mor” (CANDIDO, 1978, p. 48), o crítico acaba por fornecer o caminho a ser trilhado pela análise proposta neste trabalho. Não é possível, como queria Eça antes d’*Os Maias*, separar campo e cidade, aristocrata e burguês, fidalgo e mercador – no Portugal do século XIX. O momento é de transformações em ambas as classes e este será o ponto de partida.

1.1 Breve Exposição do Problema

Whereas the nobility was skilled at adaptation, the bourgeoisie excelled at emulation. Throughout the nineteenth and early twentieth centuries the *grands bourgeois* kept denying themselves by imitating and appropriating the ways of the nobility in the hope of climbing into it. The grandees of business and finance bought landed estates, built country houses, sent their sons to elite higher schools, and assumed aristocratic poses and life-styles. They also strained to break into aristocratic and court circles and to marry into the titled nobility. Last but not least, they solicited decorations and, above all, patents of nobility. (MAYER, 1981, p. 13-14)

Embora o Portugal da segunda metade do século XIX seja eminentemente burguês, desde a *Regeneração* [1851] (MATTOSO, 1993, p.101), com seu caráter constitucionalista e seu programa reformador, não há como negar a presença e a relevância do elemento aristocrático no seio dessa sociedade ainda monárquica. Era o nobre, por exemplo, quem, ao ocupar as cadeiras do parlamento ou posições no serviço público, exercia sua ubiquidade e expunha, paradoxalmente, sua dependência de um emprego do Estado (Cf. CARVALHO, 2003; MAYER, 1981, p.08-09).

É possível notar, no entanto, que, ao se debruçar sobre a literatura do período, a crítica esteja, naturalmente, mais interessada em entender as forças burguesas que trazem a inovação e que moldam uma nova sociedade, do que nos movimentos de

resistência que ainda preservam, em parte, a velha ordem aristocrática (MAYER, 1981, p. 04). Nesse contexto, quando se investiga a fortuna crítica de *Os Maias*, emerge uma série de análises que contemplam, sobretudo, a relação entre o mundo burguês e a tragédia da trama incestuosa.

Ora, se a aristocracia persiste enquanto classe (MAYER, 1981, p. 04-05), não será possível compreender o século XIX sem ter em conta o seu papel nesse período. Dessa forma, o que se propõe é a leitura do romance de Eça de Queirós conforme uma perspectiva de classe distinta da que se tem praticado. A instituição dos salões (SCANTIMBURGO, 1995), por exemplo, ao proporcionar um intenso encontro entre a aristocracia e a *intelligentsia* burguesa, promovia não só o intercâmbio entre modelos de pensamento, mas também de concepções artísticas e morais (BOURDIEU, 2011a, p. 100) – o que terá significativa relevância para a nova composição social e para o ajuste das classes que a conformam. Não cabe, nesta proposta, discutir quem prevaleceu nesse embate, mas desvelar quais valores e significados aristocráticos eram sobremaneira caros à burguesia, a ponto de serem copiados, reproduzidos e ressignificados, para, por fim, apreendê-los na sua relação com a trama de *Os Maias*.

Assim, é possível afirmar, mesmo quando se considera o processo de “autonomização” como fato (BOURDIEU, 2011a, p. 101), que não há uma correlação linear entre “sociedade burguesa” e “representação artística”, exclusivamente, dessa mesma burguesia – mesmo porque aristocratas e burgueses circulam nos mesmos espaços de sociabilidade, partilhando, até mesmo, de suas concepções estéticas. Sendo assim, ao propor o questionamento sobre uma leitura estritamente burguesa do romance, o que se pretende é oferecer uma contribuição ao debate – a partir de uma perspectiva que busca a complexidade inerente a esse processo histórico em que, se a aristocracia ainda não deixou de existir, não é a burguesia ainda absoluta.

O fato de quão imbricadas são e estão as concepções artísticas e estéticas de ambas as classes (burguesia e aristocracia) pode ser comprovado pela própria gênese do romance objeto do estudo proposto. É de se notar, ao proceder à “análise da obra e de suas contradições”, conforme Schwarz, num contexto de florescimento de uma verdadeira indústria cultural (BOURDIEU, 2011a, p. 102), em particular na relação que se instaura entre a imprensa cotidiana e a literatura – sobretudo no gênero do folhetim – que Eça edite, justamente nesse gênero, *A Tragédia da Rua das Flores*, que, como se

pode inferir pela sua trama incestuosa, consiste numa espécie de embrião de *Os Maias*. Seria preciso investigar, nesse aspecto, a razão pelo êxito de uma experiência literária que, contraditoriamente, adota uma forma inquestionavelmente burguesa e *massificada* (o folhetim, imbricado no romance realista), para narrar as desventuras de uma elite ociosa (composta por uma burguesia emergente e por uma nobreza resiliente [MAYER, 1981, p.06-12]), que partilha de um universo vinculado, antes de tudo, à *cultura erudita*.

Essa aparente discrepância entre forma literária, expressa no gênero, e processo social (Cf. SCHWARZ, 2000a, p. 25) há de esclarecer, ao final, como foi possível representar a aristocracia na forma do romance realista burguês e, ainda assim, atingir o senso estético desse mesmo público composto pela nobreza. A hipótese, conforme exposta acima, é a de que uma leitura dos valores e significados que compõem a trama d'*Os Maias*, a partir de uma perspectiva aristocrática, propicie uma nova abordagem sobre, por exemplo, o incesto – a maior das contradições presentes na obra, uma vez que a única relação amorosa aparentemente promissora do protagonista, Carlos, se mostrará, ao final, estéril, quando se descobre que Maria Eduarda é, na verdade, sua irmã. Há, no entanto, muito mais a ser discutido no que se refere a essa contradição. Há aí uma contradição expressa na própria forma, a partir de uma perspectiva de classe: se, para o mundo burguês, a relação amorosa entre irmãos, ainda que ignorada por ambos, é categoricamente condenável, para a aristocracia ela pode ser, senão desejável, pelo menos aceitável sob certas circunstâncias (Cf. LISBOA, 2000, p. 39-40).

1.2 Processo Social e Forma Literária

Em literatura, o básico da crítica marxista está na dialética de forma literária e processo social. (SCHWARZ, 1989, p. 129).

Ao investigar a relação entre processo social e forma literária presente n'*Os Maias*, a partir dos termos propostos, será possível apreender, na obra de arte, uma transformação histórica irreversível, porém silenciosa e discreta. Quando se faz uma leitura da obra sob o prisma dos mecanismos de distinção de classe inerentes à aristocracia (BOURDIEU, 2011b; ELIAS, 2001), é possível questionar, por exemplo, a

hipótese de *tabula rasa*, apresentada por Maria Manuel Lisboa.⁷ Não se trata, no contexto do romance, como já foi notado (*Apud* MINÉ, 1997, p. 18), de uma burguesia que venceu a aristocracia; ou de mera transição de um mundo aristocrático para outro, burguês – e de sua fatídica representação numa relação incestuosa.

A proposta, ao contrário, é a de investigar a relação entre processo social e forma literária a partir da análise de como as regras sociais são expostas e apresentadas na estrutura formal da obra – qual seja, a partir da configuração da classe aristocrática, tal qual ela é representada no *tempo* histórico do romance, e de sua relação com a *trama* incestuosa. É possível, nesse caso, tomar o *protagonista*, Carlos da Maia, como a representação do sujeito que desvela os valores e significados intrínsecos à sua condição aristocrática num contexto aburguesado,⁸ uma vez que a perspectiva adotada pelo *narrador* é, também, a de Carlos.

O intuito, afinal, é o de discutir o incesto como metáfora de uma necessidade de a aristocracia, historicamente circunscrita, sair do próprio círculo para prosseguir como classe – ainda que estéril (no caso de Carlos, mas não no de Maria Eduarda).⁹ Uma vez que as distinções de classe já não podem ser tão nítidas quanto foram outrora, como se constata no instituto do casamento morganático,¹⁰ é preciso que a aristocracia se redefina enquanto classe no seio de uma sociedade burguesa. O problema que se impõe

⁷ Conforme Maria Manuel Lisboa: “O escândalo da proposta incestuosa deriva, afinal, do desacato inerente na sugestão de que, quando tudo o mais fracassa, incluindo convenções desgastadas e moralidades exaustas, a única solução talvez seja uma viragem absoluta e um começo *tabula rasa*, segundo outras premissas morais cabalmente diferentes.” (LISBOA, 2000, p. 55-56).

⁸ Nesse sentido, a proposta de João Décio (cf. MINÉ, 1997, p. 563-571), que busca a relação entre o tempo da *tragédia* e o tempo de Carlos da Maia, tem alcance limitado. É preciso proceder à análise do romance na medida do seu *tempo histórico*. Ainda assim, a análise de cunho aristotélico sobre o tema da tragédia n’*Os Maias* é extremamente relevante para demonstrar que se trata de personagens “altas” (aristocráticas), cuja forma de representação corresponde, exatamente, à tragédia.

⁹ A hipótese difere sensivelmente da sugestão de Maria Manuel Lisboa (cf. nota 2), mas encontra amparo em António Coimbra Martins, quando afirma que “Carlos da Maia representa, [...], a parte mais esclarecida da aristocracia portuguesa [...]. O incesto d’*Os Maias* significa que essa classe, depositária da melhor tradição, a mais capaz ainda de promover a regeneração do País [...], não é capaz de sair do seu mundo fechado” (MARTINS, 1967, p. 286-287).

¹⁰ O casamento morganático é aquele contraído entre uma pessoa nobre e outra plebeia. O nome deriva do fato de o marido, nesses casos, só garantir à esposa e à sua descendência a chamada morganática, que seria uma dádiva a ela entregue por ocasião do casamento, renunciando a esposa, assim, a outros bens ou títulos do marido. Esse instrumento jurídico jamais existiu em Portugal, seja nos costumes, seja nas leis. Há, entretanto, uma ocorrência dessa natureza no país justamente na segunda metade do século XIX. O assunto, porém, será retomado adiante, quando oportuno.

é que essa aristocracia permanece, incestuosamente, presa dentro de seu próprio círculo – tal qual Portugal que, embora liberal e burguês, nas instituições e nas ideias, como era ao sabor do tempo, permaneceria (ao menos até o *Ultimatum* inglês de 1890) preso à crença, ilusória e estéril, de ser o centro de um suposto Império Colonial que participava do concerto das grandes potências e que entre elas figurava.

A fim de revelar esse processo, as abordagens histórica (Mayer) e sociológica (Elias, Bourdieu) serão imprescindíveis – sobretudo para análise e contextualização das relações constituídas no romance. Não será menos importante, ainda nesse sentido, a teoria literária de cunho dialético (Schwarz), tendo em vista o intuito maior de se debruçar sobre a relação entre forma literária e processo social.

Para tanto, seria preciso partir de uma discussão sobre forma – uma vez que todos os elementos que a compõem convergem para um mesmo fim no contexto da obra, qual seja, o de potencializar a crítica subjacente à tragédia incestuosa.

Certamente o mais complexo desses elementos, a ser discutido sempre que oportuno, seria o foco narrativo e a perspectiva a ele vinculado. Carlos Reis, nesse particular, em sua análise sobre o narrador de *Os Maias* (REIS, 1984, p. 125), toma a educação inglesa de Carlos, por exemplo, como mero contraponto à portuguesa, de Eusebiozinho. Todavia, há de se notar que a Inglaterra, a mesma do *Ultimatum* de 1890, talvez fosse, à época, o último bastião aristocrático do velho continente – fato de fundamental importância para a análise social e histórica que se pretende desenvolver, tendo em vista que o modo de ser inglês está presente em todo o romance.¹¹ Querer ser inglês, imitar suas ideias, seus gostos, sua política é, nesse caso, muito mais uma questão de se reafirmar como classe do que mera sátira à mania de importar tudo de fora. Afinal, dentre as grandes nações, não era a Inglaterra a única a fazer sua revolução burguesa (a Gloriosa, de 1689) e, ainda assim, ou justamente por isso, permanecer monárquica e aristocrática – ainda que liberal? E, como não poderia deixar de ser, é natural que a discussão apareça no romance:

¹¹ Um exemplo dessa ubiquidade é notado por Óscar Lopes: “[...] Afonso da Maia representa [...] uma idealização de um impossível liberalismo à inglesa, assente num compromisso aristocrático-burguês, um liberalismo utópico nas condições portuguesas.” (LOPES, 1984, p. 97).

— E aqui tens tu Lisboa.

— Enfim – exclamou o Ega – se não aparecerem mulheres, importam-se, que é em Portugal para tudo o recurso natural. Aqui importa-se tudo. Leis, ideias, filosofias, teorias, assumptos, estéticas, ciências, estilo, indústrias, modas, maneiras, pilherias, tudo nos vem em caixotes pelo paquete. A civilização custa-nos caríssima com os direitos da Alfândega: e é em segunda mão, não foi feita para nós, fica-nos curta nas mangas... Nós julgamo-nos civilizados como os negros de São Tomé se supõem cavalheiros, se supõem mesmo *brancos*, por usarem com a tanga uma casaca velha do patrão... Isto é uma choldra torpe. Onde pus eu a charuteira? (QUEIRÓS, 2014, p. 91)

Ega expõe o ridículo de se julgarem os portugueses civilizados como o fazem os negros de S. Thomé, mas não deduz, do ponto de vista histórico, o porquê desse comportamento degradante – não obstante a questão da falta de recursos (“custa-nos caríssima com os direitos da alfândega”). Afinal, Portugal, assim como o Brasil, também teve “um latifúndio pouco modificado [que] viu passarem as maneiras barrocas, neoclássica, romântica, naturalista, modernista e outras, que na Europa acompanharam e refletiram transformações imensas na ordem social.” (SCHWARZ, 2000a, p. 25). Claro está que Schwarz não inclui Portugal no que se costuma designar como Europa. O Portugal que tudo importa da civilização prossegue agrário, preso à terra, e, portanto, estruturalmente aristocrático – não obstante o verniz do liberalismo burguês. O maior indício desse fato está na própria comparação que Ega faz dos portugueses com os negros de São Tomé – no intuito de rebaixar Portugal. A observação que a personagem faz é ilustrada e crítica em sua aparência, mas a ironia rompe na visão arcaica de um Portugal, também arcaico, que se julga superior aos povos coloniais. Será possível ser liberal e imperialista ao mesmo tempo? Não seria a Inglaterra uma referência primordial nesse aspecto? O comportamento ambíguo e degradante que Ega critica nada mais é, afinal, do que a exposição de uma necessidade de modernização, a partir da importação de ideias gerais sobre o progresso e a razão, imposta pela violência do capital aos países de atraso relativo.¹² Difícil, para Portugal, não é ser simultaneamente liberal e

¹² Como observa Schwarz, ao discutir a importação do ideal liberal na obra de Alencar: “Dentro de seu atraso histórico, o país [no caso, a Rússia] impunha ao romance burguês um quadro mais complexo. A figura caricata do ocidentalizante, francófilo ou germanófilo, de nome frequentemente alegórico e

imperialista (como a Inglaterra) – mas periférico (em relação à Europa) e imperialista (em relação ao continente Africano).¹³

De volta ao foco narrativo, a observação, feita por Reis, de que o narrador onisciente adota a perspectiva de Carlos da Maia, não constitui um empecilho – na medida em que o universo que se nos apresenta é enviesado e comprometido pelo seu olhar de classe. Ao contrário, ou justamente por isso, essa perspectiva oferece o que interessa: quais são os valores e significados que compõem as relações sociais e que definem a forma literária adotada. Se as opiniões e visões de mundo da personagem Carlos são, em última instância, ideológicas e, por isso mesmo, constituídas pelas relações sociais desse mesmo personagem em uma *figuração* (ELIAS, 2001, p. 13), então é possível adotar a perspectiva de Carlos da Maia como a mais fiel representação do que seja a classe a que ele pertence. Ainda que seu caráter não-confiável (a ser discutido adiante) permita relativizar e questionar o juízo crítico de Carlos, a análise sobre seu universo social não fica comprometida – apenas mais complexa e acurada nas contradições que pretende representar.

Há, ainda, a necessidade de se fazer uma análise de espectro variado de outros elementos formais, tais quais o tempo e o espaço,¹⁴ para que reste clara sua funcionalidade para a construção de um enredo que apresenta, como nó tensional, o incesto. Todos eles, por fim, relacionados, contribuem para a representação de personagens aristocráticas que constituem um paradigma, de acordo com o qual todo casamento se dá por conveniência,¹⁵ colocando em perspectiva o que Elias define como

ridículo, os ideólogos do progresso, do liberalismo, da razão, eram tudo formas de trazer à cena a modernização que acompanha o Capital”. (SCHWARZ, 2000a, p. 27-28).

¹³ Conforme Boaventura de Sousa Santos: “Durante muitos séculos, Portugal foi simultaneamente o centro de um grande império colonial e a periferia da Europa.” (SANTOS, 2011, p. 24). E, mais adiante: “Portugal era o centro em relação às suas colônias e a periferia em relação à Inglaterra.” (SANTOS, 2011, p. 25)

¹⁴ Fundamental, nesse aspecto, será relacionar a formação do espaço aristocrático no romance (sobretudo o do *Ramalhete*) com o significado do espaço aristocrático historicamente circunscrito, como será possível averiguar adiante.

¹⁵ Conforme Óscar Lopes: “Daí que este romance, [...], tenha o seu eixo narrativo nos restos de uma nobreza adaptada à burguesia dominante, com a qual de resto se une, quer por casamento quer pela contínua nobilitação régia dos principais capitalistas. Pode parecer estranho que o melhor romance português de escola realista do século XIX adote o ponto de vista de uma aristocracia que, nesse próprio romance, se considera desde há muitas gerações como incapaz de dirigir o País.” (LOPES, 1984, p. 98). Note-se que Carlos não há de seguir esse percurso.

o matrimônio aristocrático¹⁶ (n’*Os Maias* essas funções do casamento passarão por diversas transformações, uma vez que suas diferenças, tanto no círculo aristocrático quanto no círculo burguês, serão confrontadas no momento em que ambas as esferas se unem em matrimônio). Assim, a relação que parece um erro para Martins¹⁷, neste estudo se torna fundamental – uma vez que é a aristocracia e seu modo de ser e de se relacionar, inclusive com a burguesia, o que estrutura todo o romance.

A partir dessas premissas será possível a análise da sociedade representada n’*Os Maias* conforme a hipótese inicial – a de que *sobre a nudez forte da burguesia, jaz o manto diáfano da aristocracia*.¹⁸

¹⁶ “[...] o matrimônio aristocrático de corte realmente não tinha como propósito o que, na sociedade burguesa, chamamos de uma ‘vida familiar’. Na verdade, quando se realizava um casamento nessa esfera, o que estava em jogo era sobretudo a ‘fundação’ e o ‘prosseguimento’ de uma ‘casa’.” (ELIAS, 2001, p. 73).

¹⁷ “[...] Eça de Queirós [...] cometeu o erro de assimilar o seu país à fina flor da aristocracia.” (MARTINS, 1967, p. 283).

¹⁸ Paráfrase de “Sobre a nudez forte da verdade – o manto diáfano da fantasia” – subtítulo de *A Relíquia*, do próprio Eça.

Norbert Elias também se ocupa da relação entre aristocracia e burguesia nos séculos XVIII e XIX: “Como uma figuração central daquele nível de desenvolvimento, a sociedade aristocrata de corte foi suplantada, numa longa disputa, de modo abrupto ou gradual, pela sociedade profissional-burguesa-urbana-industrial. *Mas o cunho civilizatório e cultural desenvolvido por aquela sociedade foi preservado, em parte como herança, em parte como antítese, pela sociedade profissional-burguesa, na qual esse cunho característico continuou a ser desenvolvido*” (ELIAS, 2001, p. 65 – grifo nosso).

2. Elementos para uma Leitura d'*Os Maias*

Os Maias admitem duas leituras diversas mas igualmente interessantes: a leitura que o próprio romance faz de três gerações de uma família aristocrática portuguesa, [...], recortadas sobre o fundo das transformações sociais suas contemporâneas, e a leitura *sintomática* daquilo que o romance em si mesmo constitui, como manifestação ideológica da elite intelectual formada em plena época de estabilização do constitucionalismo monárquico português, que, [...], decorre desde 1851, com o nome de *Regeneração*, e se pode considerar terminada em 1891. (LOPES, 1984, p. 96)

A noção de que as investigações sociológicas nivelam e igualam os homens como indivíduos só é justificada na medida em que se faz uso, na pesquisa, de teorias e métodos sociológicos que tratam os fenômenos sociais não como figurações de indivíduos, mas como fenômenos que existem fora e além dos indivíduos. (ELIAS, 2001, p. 218)

Eric Auerbach, ao desenvolver sua análise sobre as relações entre historicismo e realismo no romance francês do século XIX, observa que Stendhal, ao atribuir o subtítulo “Crônica do Século XIX” para seu romance de estreia, *O Vermelho e o Negro*, “considera a sua atividade criativa e artística como uma atividade histórico-interpretativa [...]; [ou seja] significa que considera o presente como história.” (AUERBACH, 2001, p. 430). Escrever uma crônica seria, nesse sentido, narrar, como fizeram outrora os cronistas dos grandes descobrimentos, a história no momento em que ela está se desenvolvendo. Stendhal, no entanto, se propõe a tal tarefa a partir de uma obra de ficção, o que resultará no primeiro romance *realista* de que se tem notícia.

Essa proposta, a de retratar o processo histórico por meio da ficção, também era explícita e programática, no caso de Eça de Queirós.¹⁹ Nesse sentido, é *mister* proceder, conforme Óscar Lopes, à leitura *sintomática* do romance sem, contudo, prescindir da análise da estrutura geracional a partir da qual a obra foi constituída. Cabe recordar,

¹⁹ Em carta de 1878, Eça revela a seu editor o plano de escrever as *Cenas da vida portuguesa*, em doze títulos (Cf. QUEIROZ, 2000, p. 832-833).

antes, que a *Regeneração* (1851-1891), na história de Portugal, foi o momento político em que os mais diversos interesses de classe, muitas vezes travestidos de interesses pessoais, acomodaram-se a fim de garantir, *grosso modo*, a estabilidade necessária para o desenvolvimento das atividades econômicas que então revolucionavam toda a Europa e, de uma outra perspectiva, o mundo (Cf. OLIVEIRA MARQUES, 2004, p. 467-469). Conforme o historiador:

Entre aristocratas e burgueses, (...), as diferenças foram-se minimizando. A existência da Câmara dos Pares assegurava um lugar de relevo, nem que fosse teórico, do alto clero à nobreza tradicional, permitindo uma ascensão social e uma recompensa formal aos burgueses colaborantes. (OLIVEIRA MARQUES, 2004, p. 469)

O que se passa nesse momento, portanto, é tal qual o que Mayer²⁰ descrevera sobre a conformação das classes na Europa (especialmente na Inglaterra), ou seja, a partir de uma nova instituição, a Câmara dos Pares (a câmara alta portuguesa, que reunia os pares do reino, à semelhança da *House of Lords* britânica), era possível não só manter os privilégios e o status da nobreza, mas também acolher em seu seio, por meio de títulos honoríficos e comendas diversas, os burgueses que, de um modo ou de outro, se sobressaíssem em relação aos demais membros de sua classe.

N’*Os Maias*, porém, essa conformação está, também, intrincada no tecido social em que as personagens de diversa ordem interagem, e que será analisada, de ora em diante, tendo como princípio o que Elias entende por figuração.²¹ Dessa forma, o fenômeno geral designado como *Regeneração* terá seu escopo ampliado, a fim de compreender essa figuração social em que os indivíduos naturalizaram o processo em curso ao ponto de serem por ele conduzidos.

²⁰ “In addition to the monarchs and their courts the ‘upper’ chambers were redoubtable outposts of the feudal element [...] these select houses, councils, and senates never lost the marks of their origin [...]. Membership was based on birth, wealth, and rank in public service, with a decided bias toward men of advanced age.” (MAYER, 1981, p. 152-153)

²¹ “A análise das figurações é simplesmente um método que visa garantir a quem pesquisa maior distância e autonomia em relação aos critérios de valor”. (ELIAS, 2001, p. 217)

2.1 Os Maias e o Ramalhete

O fato de indivíduos se arruinarem por e para suas casas é incompreensível enquanto não entendermos que, nessa sociedade de grandes senhores, o tamanho e o esplendor da casa não constituem uma expressão primordial da riqueza, mas sim uma expressão primordial da posição e do nível. Para o *grand seigneur*, a aparência física da casa no espaço é um símbolo da posição, da importância, do nível de sua ‘casa’ no tempo, ou seja, de sua estirpe no decorrer das gerações, com isso simbolizando também a posição e a importância que ele mesmo possui como representante vivo da casa.

A posição elevada obriga a possuir e ‘organizar’ uma casa que corresponda a ela. (ELIAS, 2001, p.75)

O papel central da residência, numa sociedade aristocrática, sobre a qual se debruçou Elias no caso da sociedade francesa, está explícito no romance logo em seu introito. Eis o Ramalhete, casarão que, embora sombrio e grave, ou por isso mesmo, chegou a ser cogitado para instalar a nunciatura! Como se sabe, as instalações de uma embaixada, inda mais se eclesiástica for, são sempre em grandes e imponentes palácios, uma vez que seu caráter oficial de representação exige um local de prestígio para bem receber chefes e ministros de Estado, além de representantes de outros países. A descrição dessa residência, ao revelar a intenção de Afonso de reproduzir, em Lisboa, os ares de Santa Olávia, é a expressão exata da necessidade aristocrática de, ao trocar o campo pela cidade, manter uma casa à altura do nome de quem a habita – e, pela grandeza simbólica da casa, é possível deduzir a posição que ocupa o nome Maia na sociedade portuguesa. De nada valeriam aos Maias, por exemplo, o palacete de Benfica e ainda a Tojeira, propriedades de campo vendidas para a reforma e manutenção do Ramalhete (imprescindível ao bom gosto e ao luxo de Carlos Eduardo); de nada valeriam, portanto, essas duas propriedades se não tivessem, em Lisboa, uma casa que os pudesse representar, em que pudessem receber as pessoas de sociedade.

O fato é que o romance, em menos de duas páginas, situa a família Maia na sociedade lisboeta, a partir do elemento casa, e a situa, ademais, historicamente, uma

vez que se trata de uma família de nobres antigos, reduzida a dois varões, avô e neto, e que estivera retirada para a Quinta de Santa Olávia desde a *Regeneração* – e da morte de Pedro da Maia. Ora, para um nobre da estatura de Afonso, retirar-se por tanto tempo (cerca de vinte e cinco anos) da vida política de seu país, não soaria sensato – a não ser por um fato, o de que Afonso não aceitasse o arranjo de classes proposto pela *Regeneração* (arranjo que se materializa, como será sugerido, pelo matrimônio de Pedro e Maria). O dado é importante para o que será tratado adiante, mas, desde já, reste claro que Afonso, não obstante o jacobinismo da juventude, é um aristocrata à antiga, com valores anteriores a 1851, descrente do liberalismo (mas nem por isso miguelista) e defensor, em Portugal, de um partido à *tory*.

A reforma da casa, de resto, com sua decoração de museu, feita por um inglês escolhido por Carlos, ficara a cargo de um burguês, procurador da família, o Vilaça. É ele quem revela, ainda que de forma indireta, um outro traço típico do comportamento aristocrático, presente entre os Maias. Enquanto Afonso e Carlos ordenam reformas largas e necessárias, Vilaça fica às voltas com os custos da empreitada.

Como sublinhado na epígrafe, a lógica econômica pela qual se conduz o nobre não é a mesma do burguês. Conforme Elias, o número de famílias aristocráticas que se arruinaram para manter suas casas não é nada desprezível. Não seria o caso dos Maias, pois ainda que tenham se desfeito do palácio de Benfica e da Tojeira, receberam, em tempo, alguma herança – a última, vinda do tio Sebastião da Maia. Por isso Afonso vive lembrando a Carlos que não se prenda por questões de dinheiro. Entretanto, para Vilaça, como bom burguês, que restringe tudo ao necessário e ao essencial, esses gastos são um disparate. O fato é que não cabe ao aristocrata o papel social de se preocupar com o dinheiro, pelo menos não nos mesmos termos que o burguês. Nesse sentido, quando Ega indaga Carlos sobre os custos, dessa vez, das instalações do laboratório do mais novo médico de Lisboa, o Maia responde: “Não sei. O Vilaça é que deve saber...” (QUEIRÓS, 2014, p. 88). Não é que Carlos ignore a quantia por desleixo, ou por esnobismo. Ignora porque não é sua função discutir tais assuntos. O dever é de Vilaça, pago para se preocupar com isso.

Essas duas observações, sobre o papel da casa entre os aristocratas e sobre as suas relações no trato com o dinheiro, foram feitas no intuito de apontar como a posição de distinção do aristocrata na sociedade da época não escapou a Eça de Queirós, como

não poderia deixar de ser. Ademais, como será possível averiguar ao longo da análise, o traço distintivo de classe permeia todo o romance. Ele é parte constitutiva da estrutura formal da obra – e será imprescindível para entender o trânsito de Carlos Eduardo entre os mundos aristocrata e burguês. Até aqui foram mencionados apenas esses dois comportamentos por serem, talvez, os mais explícitos e imediatos. No entanto, será necessário mencionar a reiteração desse traço distintivo o tempo todo, justamente pelo seu caráter estruturante.

Seria interessante, nesse sentido, lembrar, ainda que de forma breve, a formação de Pedro da Maia, filho de Afonso e pai de Carlos, bem como as origens de Maria Monforte, esposa de Pedro e mãe de Carlos, a fim de entender os primeiros lampejos dessa nova configuração de classe, que toma forma durante a *Regeneração*.

2.2 Pedro, Maria e a *Regeneração*

In 1914 Europe was not only heavily agrarian and nobilitarian but also monarchic. Republicanism was as uncommon as finance capitalism. There were, of course, the inveterate Helvetic Confederation and the fledgling Portuguese republic. But among the major powers, France alone had a republican regime. [...] the Third Republic endured as a country without a king but with an aristocracy. (MAYER, 1981, p. 129)

Pedro será o menino educado pelo padre Vasques, com doutrina, sem curiosidades, indiferente a brinquedos, a animais, a flores, a livros. Fisicamente débil, de temperamento melancólico e agarrado à mãe, Pedro sequer vai à Coimbra para os estudos. Aos dezenove, como bom fidalgo, terá o seu bastardozinho. Com a morte da mãe, torna-se ainda mais taciturno e devoto. Até que numa tarde, no Marrare (café requintado no bairro do Chiado), se encanta por uma senhora loura, embrulhada num xale de Caxemira.

É o poeta Alencar quem há de revelar a Pedro as origens de Maria Monforte e do pai. Paira sobre Manuel Monforte a pecha de negreiro, com costumes rudes (dormia numa rede...), e que agora frequenta o São Carlos a seguir a filha que, embora solteira, está sempre resplandecente de joias, não dispensa a leitura de romances e dorme envolta em sedas. O sangue do pai, entretanto, respinga em Maria, a quem as senhoras de sociedade chamam “a negreira!”. Nada disso, entretanto, impedirá que Pedro da Maia sente-se ao lado da Monforte, na frisa de Manuel, no São Carlos. O romance se torna público e as considerações de Afonso sobre o fato serão reveladoras:

– Enfim, todos os rapazes têm as suas amantes... Os costumes são assim, a vida é assim, e seria absurdo querer reprimir tais coisas. Mas essa mulher com um pai desses, mesmo para amante acho má.

O Vilaça suspendeu o baralhar das cartas, e ajeitando os óculos de ouro exclamou com espanto:

– Amante! Mas a rapariga é solteira, meu senhor, é uma menina honesta!... (QUEIRÓS, 2014, p. 27)

Nesse curto diálogo está bem demarcada a diferença de *ethos* entre Afonso e Vilaça. Enquanto o fidalgo busca na mulher o nome do pai (que de resto não há), o burguês busca a honestidade, a virtude. Se para Afonso uma mulher que não seja de sociedade não servirá nem para amante, para Vilaça, desde que virtuosa, ela será perfeitamente esposa. Esse seria, em suma, o quadro anterior a 1851. É durante a *Regeneração* que os elementos dessa composição passam a se misturar nos seus tons, nas suas tintas, nos seus personagens. E, n’*Os Maias*, o encontro entre Pedro e Maria é o primeiro sintoma do tempo da mudança.

Ainda assim, com toda a resistência que lhe é peculiar pela condição de classe, Afonso encara o romance do filho como uma aventura, chegando mesmo a repreender Vilaça quando este reclama que Pedro viera lhe pedir dinheiro, antes de passar o verão em Sintra com a Monforte: “E por quê, Vilaça? O rapaz quer dinheiro, quer dar presentes à criatura... O amor é um luxo caro, Vilaça.” (QUEIRÓS, 2014, p. 28). Aí está: se é um luxo (e o luxo é aristocrático), então é necessário. Ao menos até que Pedro

venha pedir a Afonso licença para se casar, ao que o velho Maia não poupa em ataques à origem da moça: “Creio que é filha de um assassino, de um negreiro, a quem chamam também a ‘negreira’.” (*Idem*). Aqui, prevalecerá o valor da origem, do bom nome, sobre o da virtude. Mesmo porque, para um homem ilustrado como Afonso, não há nada virtuoso em sujar as mãos com o sangue africano. Assim, Pedro parte para a Itália com Maria e se casa mesmo sem o consentimento do pai, mas contando, ainda, com a herança que a mãe lhe deixara por ocasião da maioridade dele.

Se em Portugal o ano de 1851 traz a *Regeneração* e a paz social, em França traz a restauração imperial e a segurança nacional, sob o reinado de Napoleão III. E é para Paris que rumam Pedro e Maria, já casados, após uma temporada numa Itália prestes a ser unificada e fervilhando de conspiradores. A reiterada menção que o segundo capítulo do romance faz aos lances políticos contemporâneos ao enredo é fundamental para justificar a associação até aqui feita entre processo histórico e figuração de classe. Note-se que não é só em Portugal que existe a necessidade de conformação entre as classes. Se, neste caso, temos uma *Regeneração*, pela via da reforma política, em França temos o golpe na República (apoiada pela pequena burguesia) e a Restauração Imperial (que se não é aristocrática, é ao menos pela grande burguesia), e, ainda, na Itália, as lutas por uma Unificação que visa a acabar com o poder local exercido por inúmeros principados.

No nível do romance, essa conformação se dá pelo casamento de Pedro e Maria. É a partir desse evento que restará claro como há de se proceder (ou não) a esse rearranjo social. É Maria quem, por exemplo, às vésperas de retornar a Lisboa, exige que Pedro escreva ao pai, a fim de restabelecerem relações. Agora que a Monforte tenciona receber e frequentar a sociedade, é preciso esquecer de vez os navios carregados de negros e andar por Lisboa pelo nobre braço do sogro.²² A esperança está no pequeno morgado e herdeiro que, supostamente, está para nascer e que há de amolecer o coração do velho. Nasce uma menina.

²² Mayer lembra que esse processo de cooptação dependia, em grande medida, do cálculo aristocrático: “In other words, the old elites excelled at selectively ingesting, adapting, and assimilating new ideas and practices without seriously endangering their traditional status, temperament, and outlook. Whatever the dilution and cheapening of nobility, it was gradual and benign. This prudential and circumscribed adjustment was facilitated by the bourgeoisie’s rage for co-optation and ennoblement.” (MAYER, 1981, p. 13-14)

O fato é que, mesmo sem avós mortos em Aljubarrota, a casa de Maria (e Pedro), nos Arroios, passa a ser bem frequentada. Não será, decerto, uma casa à altura do nome Maia, como bem lembram os espelhos de quatrocentos mil réis.²³ Se aquela existência que se principia é festiva e luxuosa (nas palavras de Alencar), não será certamente de gosto, como requer o código aristocrático. Ademais, o papá Monforte sempre lá estará, taciturno e encolhido, para lembrar que o arranjo não é isento.

Para Pedro, essa vida de luxo e de festa passa a ser tediosa, uma vez que, para ele, a existência sem a corte e as relações de seu pai não faz sentido. Significativo, nesse aspecto, é o despeito de Maria ao saber que Afonso anda bem relacionado e que contratara um cozinheiro francês: “O ‘Barbatanas’ trata-se!” (QUEIRÓS, 2014, p. 35). Até que nasce um menino, a quem Maria dará o nome de um príncipe romanesco, Carlos Eduardo, e volta a se pensar em reconciliação.

O romanesco anunciado pelo nome do varão, entretanto, há de se manifestar num momento seguinte para alterar os rumos do enredo... Maria há de fugir com um fidalgo napolitano, a quem Pedro ferira a bala, num acidente de caçada, e que ficara sob os cuidados da casa, como hóspede. Se para Pedro a coincidência de gostos que tinham ele e Tancredo pelos cavalos, pela caça e pelas armas era natural, por pertencerem à mesma casta, para Maria, de origens mais modestas, a ideia de ter sob seu teto um príncipe conspirador, condenado à morte, era algo excitante.

Não é por acaso que Alencar, num encontro mais íntimo, observara que “Maria era muito regeneradora” (QUEIRÓS, 2014, p. 40). Que poderia ela querer se não o mesmo arranjo de classes proposto pela *Regeneração*, que, é bom lembrar, levou Afonso a um exílio de vinte e cinco anos em Santa Olávia? Que a conciliação será impossível no plano doméstico parece claro. E é nesse momento que o *elopement* com Tancredo surge como uma possibilidade concreta – inda mais que todos o adoram, sobretudo o velho Monforte.

E assim sucedeu. Pedro, então, corre para os braços de Afonso, após a fuga de Maria, que levara a filha. Para Afonso o caso é um desastre:

²³ “A configuração da casa da aristocracia, em se tratando da camada determinante em todas as questões de estilos de vida, também constitui o modelo para a estrutura da casa da alta burguesia. Mas todas as proporções são reduzidas.” (ELIAS, 2001, p.78)

Viu, num relance, o escândalo, a cidade galhofando, as compaixões, o seu nome pela lama. E era aquele filho, que desprezando a sua autoridade, ligando-se a essa criatura, estragara o sangue da raça, cobria agora a sua casa de vexame. (QUEIRÓS, 2014, p. 41)

Se para o velho aristocrata tudo são questões de honra, para Pedro, que ficara com o menino, esses valores são matizados:

No primeiro momento tivera só ideias de sangue e quisera persegui-los. Mas conservara um clarão de razão. Seria ridículo, não é verdade? Decerto a fuga fora de antemão preparada, e não havia de ir correndo as estalagens da Europa à busca de sua mulher... Ir lamentar-se à polícia, fazê-los prender? Uma imbecilidade. (QUEIRÓS, 2014, p. 43)

Ocorre, entretanto, que a tentativa de Pedro de, com a razão, ponderar o valor da honra, é um esforço vão. Ao fim, o preço dessa honra será pago com um tiro que Pedro desfere sobre si. Restam agora o avô e o neto, Carlos Eduardo.

2.3 A Educação de Carlos Eduardo

Higher education was aligned with the other hegemonic institutions and like them was a solid pillar of the *anciens régimes*. In addition to being bastions of traditional high culture, the higher schools were charged with mediating society's adaptation to the present and its advance into the future [...] [the public schools] were vehicles for the reproduction of the world-view and learning of the old

notables, and the universities played the same role. (MAYER, 1981, p. 253)

A pedagogia aplicada ao Eusebiozinho radica-se numa realidade morta, o passado; a que forma o Carlinhos assenta numa realidade ausente, a Inglaterra. (ROSA, 1963, p. 241).

Se para Afonso foi impossível dar a Pedro a educação a que desde sempre aspirou, por conta das contrariedades religiosas da mãe, a condessa de Runa, com Carlos Eduardo será diferente. O menino tem um preceptor inglês, o sr. Brown, e as relações da casa são as melhores possíveis: a viscondessa de Runa (prima da mulher de Afonso), o abade Custódio, o sr. juiz, etc. Entretanto, a todos eles, sobretudo ao mordomo Teixeira e à governanta Gertrudes, parece indigna a educação dispensada a Carlos. O sistema inglês que deixava o menino correr, cair, trepar às árvores, molhar-se, apanhar soalheiras, como um filho de caseiro, parecia um disparate. Não bastasse, o menino aprendera a remar e a subir ao trapézio como palhaço. Se, para Gertrudes, tudo isso não está para ensinar um fidalgo português, o que diz Afonso? Para o velho, que vivera em Inglaterra e era admirador de tudo o que vira por lá, o regime, a disciplina e a ginástica da educação inglesa eram fundamentais para um corpo e uma mente saudáveis. Ocorre que educar à inglesa, nesse caso, corresponde a ser nobre à inglesa. A ironia está em que o método de Brown já não é aristocrático, senão burguês. Se o menino precisa saber fatos, noções, coisas úteis e coisas práticas, o pragmatismo que subjaz a esse princípio é de natureza burguesa. Entretanto, se a educação é, no fundo, burguesa, a etiqueta permanece aristocrática.²⁴ Esse é o arranjo que Afonso aprendeu a admirar numa Inglaterra que, já em 1689, com a Revolução Gloriosa, instituíra uma monarquia constitucional e conformara burguesia e aristocracia num pacto político que o velho não vislumbrara pelos métodos da *Regeneração*.

A principal diferença entre o método inglês e o pátrio, conforme o debate de Afonso com o abade, está em que, em Portugal, a virtude dependa da religião, enquanto

²⁴ “Would-be nobles also sent their sons to elite schools [...] Once there, many of the novices became snobbish purists [...] Besides, since their children were educated and socialized in elite schools and cultural institutions, many of these resistant families could not help but drift into the orbit of the old establishment [...] the mounting need for economic preferment from the state made the bourgeois element that much more disposed to pay homage to the noble element which dominated civil and political society”. (MAYER, 1981, p. 87-88)

que o seu Carlos deve ser virtuoso por amor da virtude e honrado por amor da honra – como um nobre.

O contraponto a essa educação à inglesa é, justamente, a educação à portuguesa que recebe Eusebiozinho, filho da viúva d. Ana Silveira, que frequenta a casa de Afonso. O menino, não obstante o fato de ser mais velho que Carlos, é enfezado, estiolado, dorme com as criadas, decora versos de catecismo e, assim, está pronto para ser um futuro bacharel. O que Afonso abomina nessa educação, sobretudo, é o catolicismo, o latim, a falta de exercício. Afonso é o velho nobre para quem, antes de se fazer o arranjo entre aristocratas e burgueses no plano político, é preciso arranjá-los no plano da instrução pública. É por meio da educação que o nobre se torna forte como um burguês, e o burguês refinado como um nobre. Assim demonstraram os ingleses, assim crê Afonso. E será no primeiro exame que fizera Carlos, em Coimbra, sendo aprovado por unanimidade, que Afonso, deixando as lágrimas correrem pela barba, terá certeza de que fizera a melhor escolha para o neto, que, para desolação dos frequentadores da casa, há de ser formar em medicina.

Os elementos para a predisposição aristocrática à adaptação aos novos tempos, portanto, estão dados – não na figura de Afonso, que apenas os intui, mas na de Carlos que, ao ser educado à inglesa, incorpora, hipoteticamente, o gosto burguês pelo que é útil e que há de lhe garantir a existência econômica, e, ao mesmo tempo, incorpora a etiqueta aristocrática, que há de lhe assegurar a manutenção dos privilégios de ser bem nascido e de poder circular livremente pela gente de sociedade. O curioso é que Carlos, embora perfeitamente adaptado aos novos tempos, ao menos em tese, nem dependerá de seu ofício de médico burguês para custear sua vida de luxo; nem poderá brilhar na sociedade, por ser vítima do desastre incestuoso que o fado tramara para ele. Ademais, e por fim, a educação inglesa que Carlos recebe é, em grande medida, tão arcaica quanto a portuguesa:

The educational institutions also fostered this fusion [between bourgeois and aristocracy]. [...] the fast-expanding public schools, isolated in rural and estate England, imparted the manners, customs, and values of the old society to the sons of the middle classes, who

with the help of the classics were prepared for a gentlemanly rather than a 'productive' life. (MAYER, 1981, p. 92)

Ser educado à inglesa, portanto, não garantiu a Carlos ser educado, necessariamente, conforme os ares dos novos tempos. Assegurou, apenas, que ele fosse educado como um *gentleman* – e não para a vida produtiva do universo burguês. Embora seu preceptor inglês o tenha predisposto à ginástica e ao banho frio, excluindo o latim e a reza, não faltaram ao menino a disciplina, a etiqueta, os bons modos e o bom gosto – imprescindíveis para a formação do aristocrata típico. A faculdade em Coimbra e a viagem de um ano pela Europa, após a formatura, só fazem coroar esse traço de distinção.

2.4 Aristocrata ou Burguês?

Profissão e dinheiro são fundamentos de existência comparativamente móveis. Ao menos na sociedade profissional burguesa, eles se deixam transplantar de um lugar para outro. Não estão incondicionalmente presos a uma determinada localização. No caso dos fundamentos da existência da corte, isso é totalmente diferente. (ELIAS, 2001, p. 111)

O 'aristocracismo' não foi tanto dos 'senhores de engenho' em quem Oliveira Martins pensava, mas o pátrio – o dos dirigentes pátrios – ou em outros termos e para reproduzir diagnóstico já feito, a ausência de efectiva *burguesia nacional*, autonomizada e conquistadora. Os nossos famosos conquistadores não são 'marinheiros', à Drake, são *nobres cavaleiros* que 'em navios' que comandam se comportam como se fossem fronteiras em Ceuta ou Arzila, indiferentemente. [...] Império de pobres, ricos de repente, foi o nosso, que com a mesma rapidez dilapidaram o que não era o fruto burguês do cálculo preciso, com seguros à vista ou o convertiam em oferenda rica à providência que o trazia a salvamento. (LOURENÇO, 2012, p. 44).

Eduardo Lourenço, ao dissertar sobre a alma portuguesa, aponta para o fato de que, seminalmente, a pátria lusa é de espírito aristocrata. Não é possível negar, entretanto, que, no século XIX, o elemento burguês começasse a ocupar não só os espaços, mas também os corações e mentes da nobreza. Carlos, como corolário do que pretendia promover a *Regeneração*, está nas duas esferas ao mesmo tempo: sendo um espírito burguês, busca a profissão e o dinheiro como médico; mas, sendo aristocrata, não se afasta de sua casa e, de fato, não depende da profissão para seu sustento. De partida, é notório que o arranjo não se sustenta pelas contradições inerentes a ele. Entretanto, esse é o processo social que Eça expõe, a propósito ou não, e sobre o qual será esta investigação.

A mesma percepção de que a opção de Carlos pela medicina seja lamentável é participada pelos frequentadores de Santa Olávia. Apenas Afonso busca suplantar o estigma: “Eu não o educo para vadio, muito menos para amador; educo-o para ser útil ao seu país...” (QUEIRÓS, 2014, p. 73). É dizer que Carlos não será um fidalgo ocioso e tampouco diletante, mas útil. E arremata em seguida: “Num país em que a ocupação geral é estar doente, o maior serviço patriótico é incontestavelmente saber curar.” (*Idem*). Ora, já é sabido que Carlos não há de exercer a medicina como o avô supunha e, ademais, levará, justamente, uma vida de ócio e diletantismo, espaçada por ocupações amorosas efêmeras e estéreis (ao menos pelo prisma dos valores burgueses). Antes, porém, é notória a sobreposição de valores que se dá entre o discurso e os atos de Afonso. Logo após defender a utilidade de seu neto e do ofício que escolhera para a vida, o velho Maia instala o rapaz numa espécie de *cottage* inglês, em Celas, com tapetes, poltronas e escudeiro de libré – tudo para que, mais uma vez, a casa estivesse à altura de quem a habitasse. Mesmo os costumes da nobreza não são abandonados. Ali joga-se a esgrima, o uíste, lê-se o *Figaro*, o *Times*, ao piano toca-se Chopin ou Mozart, e, sobretudo, discute-se a democracia, a arte, o positivismo, o realismo, o amor... Se não chega a ser um salão propriamente, é o mais próximo que os estudantes de Coimbra podiam chegar a isso. O próprio avô aventura-se a participar desse salão, passando uma ou duas semanas na companhia dos rapazes quando apetece. Ora, com tantos compromissos de sociedade, típicos da aristocracia, não espanta que o tempo para o trabalho e para o estudo venha a se tornar cada vez mais escasso.

Será por essa época, ademais, que Carlos terá seu primeiro amor adúltero, com a mulher de um empregado do governo Civil, a Hermengarda, a quem descarta como o faria qualquer jovem fidalgo entediado ou pesaroso de causar transtornos ao marido traído. Para o caso, seria melhor rapariga solteira. É então que Carlos traz de Lisboa uma espanhola, Encarnación, instalando-a numa casa ao pé de Celas e com uma vitória alugada. O desfecho é também o esperado: Encarnación torna-se intolerável a Carlos pela presunção de que os amantes que tivera eram superiores a ele, até que será flagrada em traição e Carlos terá o pretexto de que precisava para enviar a criatura de volta a Lisboa. Em seguida ocorre a formatura, a grande festa em Celas e o despeito de Vilaça: “Grande coisa, ter um curso!” (QUEIRÓS, 2014, p. 79).

Tudo somado, até aqui, o que há é uma retomada dos fatos que precedem o início da narrativa em *medias res*. De qualquer forma, fundamentais para entender a composição do quadro social que Eça há de pintar.

2.5 O Consultório e o Laboratório de Carlos da Maia

Esse ethos econômico [da burguesia] não é algo óbvio. Os homens nem sempre agem de acordo com seus mandamentos [...]. O fato de a atitude da aristocracia de corte ser diferente da atitude burguesa em relação ao ganho e ao gasto de dinheiro, não se explica simplesmente pela suposição de um acúmulo de erros e falhas pessoais de homens singulares. [...] Aqui encontramos um outro sistema social de normas e valores, cujos mandamentos são obrigatórios para os indivíduos. (ELIAS, 2001, p.85)

De um lado está o ethos social dos profissionais burgueses, cujas normas obrigam as famílias a submeter as despesas às receitas [...], [o] ethos de poupar para ganhos futuros. [...] Em sociedades nas quais predomina o outro ethos, o do consumo em função do status [...] [a]lguém que não pode mostrar-se de acordo com seu nível perde o respeito da sociedade. [...] Essa obrigação de gastar de acordo com o nível social requer uma disciplina no uso do dinheiro que é diferente da burguesa. (ELIAS, 2001, p.85-86)

A retomada da narrativa se dá a partir da longa viagem de Carlos pela Europa, durante um ano, após sua formatura. Chegara ao Ramalhete no outono de 1875, conforme carta ao avô, enviada de Inglaterra, onde se demorara por conta de uma certa holandesa, madame Rughel. Enquanto isso, chegavam ao Ramalhete caixas de livros, instrumentos e aparelhos, todo um laboratório. Para Afonso, são ideias de trabalho que Carlos anda arranjando.

Escusado é dizer que viajar nessas condições, durante um ano inteiro, por Roma, pela Prússia, por Moscou, pela Holanda, por Inglaterra, enfim, é um hábito da elite. E não apenas pelos custos que uma viagem desse porte implica, mas pela necessidade de diferenciação social, de delimitar seu status de fidalgo educado em Coimbra e experimentado por andar pelo mundo – não bastava ser homem de luxo e de estudo, era preciso sempre algo mais, de brilhante. Nesse sentido, os planos de Carlos não são nada modestos. Quando indagado sobre o que tenciona fazer, é sucinto: “Descansar primeiro e depois passar a ser uma glória nacional!” (QUEIRÓS, 2014, p. 80). Para tanto, será necessário montar um laboratório, um lugar para consultas – “E que não te prendam questões de dinheiro, Carlos!” (QUEIRÓS, 2014, p. 81), conforme lembra o avô. Aí está, mais outra vez, o luxo invadindo o espaço como traço de distinção. O consultório de Carlos no Rossio, além da mobília distinta, do criado de libré e de tantas outras peças de gosto, abrigava um piano – que o Cruges, como músico, achará abominável, e o marquês de Souselas, pela identidade de gosto e de classe, aprovará, acrescentando maliciosamente, numa piscadela a Carlos, que o divã do gabinete também vem a calhar. Esse disparate entre a pompa e a circunstância, entretanto, só se tornará incômoda ao vir a público:

Carlos até fizera anunciar o consultório nos jornais; quando viu, porém, o seu nome em letras grossas, entre o de uma engomadeira à Boa Hora e um reclamo de casa de hóspedes – encarregou o Vilaça de retirar o anúncio. (QUEIRÓS, 2014, p. 83).

Nesse momento, opta por passar mais tempo no laboratório, instalado num armazém às Necessidades. Tudo ali encanta Carlos, menos os assuntos de laboratório: “Carlos já decidira transformar aquele espaço em fresco jardinete inglês; e a porta do casarão encantava-o, ogival e nobre” (*Idem*). É nesse espaço que será possível averiguar o conflito entre interesses de classe em uma mesma pessoa – a de Carlos. Embora convidativo, o lugar permanece “virgem e ocioso” (QUEIRÓS, 2014, p. 105). Ocorre que os compromissos de classe afastam o médico da ciência: “Carlos realmente não tinha tempo de se ocupar do laboratório [...] Logo pela manhã cedo ia fazer as suas duas horas de armas com o velho Randon; depois via alguns doentes no bairro.” (QUEIRÓS, 2014, p. 106). Observe-se que a visita aos doentes se deve a um breve momento em que seu nome brilha por conta da cura de Marcelina. Por sua vez, as visitas que recebe em seu consultório se devem muito mais à camaradagem de bacharéis amigos seus do que por necessidade. Ainda assim, receberá a sua primeira libra, “a primeira que pelo seu trabalho ganhava um homem da sua família”. (*Idem*). Escreve, ademais, dois artigos para a *Gazeta Médica*, entretanto, e de resto, “ocupava-se sempre dos seus cavalos, do seu luxo, do seu bricabraque.” (*Ibidem*). Eis aqui mais um exemplo do que se pretende demonstrar: Carlos é o primeiro burguês de sua estirpe (o primeiro a ganhar uma libra pelo seu trabalho), sem deixar de ser aristocrata, mantendo hábitos típicos desse grupo (as armas, os cavalos, o luxo, etc.).

Outro hábito de corte, que Carlos compartilha com Ega, é o gosto e a vaidade pelo adultério elegante – este com a Cohen, aquele com a Gouvarinho e, depois, com Maria Eduarda. Há de se lembrar, nesse particular, que a Gouvarinho perde em elegância por sua origem e seus modos. Batista, o criado de quarto de Carlos, é quem revela a seu amo o fato de que quem fizera condessa à miss Tompson foi o sr. conde. A Gouvarinho era filha de um comerciante do Porto. Carlos repudia essa gente que desdenha os títulos dos antepassados e, assim, passa adiante nas suas obrigações amorosas. Batista lembra, ademais, que há cinco semanas o menino não escreve a madame Rughel. Carlos o faz no dia seguinte, por etiqueta. De qualquer forma, Ega há de apresentar, no teatro, Carlos aos condes de Gouvarinho – e a condessa lembra que costumam receber às terças-feiras. O Conde emenda:

É sempre uma honra para mim – dizia ele caminhando ao lado de Carlos – fazer o conhecimento das pessoas que valem alguma coisa neste país... Vossa Excelência é desse número, bem raro infelizmente.

Carlos protestou, risonho. E o outro, na sua voz lenta e rotunda.

– Não lisonjeio. Eu nunca lisonjeio... Mas a Vossa Excelência podem-se dizer estas coisas, porque pertence à elite: a desgraça de Portugal é a falta de gente. (QUEIRÓS, 2014, p. 118-119).

Se é o par do reino quem diz, não há contestar a posição de Carlos na sociedade lisboeta... O fato é que, entre o consultório e o laboratório, se passam dias perdidos e preguiçosos até que Ega, amigo desde Coimbra, rompe pela manhã, para instalar-se em Lisboa. Discutem o dandismo de Ega, madame Cohen e partem para o Ramalhete. Lá estavam, no uíste, os frequentadores da casa: d. Diogo, o Sequeira, o conde de Steinbroken (ministro da Finlândia), o Taveira, o Cruges, o marquês de Souselas, o Craft, até mesmo o Silveirinha (o Eusebiozinho). Só não há mulheres, pois não há mulheres da casa que as possam receber. Ega acaba adotado por Afonso, e se instalará na casa. Desfaz-se de uma peliça que usava, sem nada por baixo, só para “impressionar o indígena” (QUEIRÓS, 2014, p. 91), para, em seguida, lançar seu famoso discurso contra as importações de Lisboa (*Idem*). Por fim, participa a Carlos o projeto de escrever uma autobiografia intitulada *Memórias de um átomo* e voltam ao escritório.

2.6 O Salão de Afonso da Maia

Sob o reinado de Luís XV, o centro de gravidade deslocou-se de tais palácios para os *hôtels*, as residências de aristocratas da corte que não eram príncipes. [...] Foi nesse estágio de seu desenvolvimento que o ‘*monde*’ produziu o fenômeno conhecido como cultura de salão. (ELIAS, 2001, p.97)

Quando se pensa que esse salão (usamos aqui a palavra “salão” no sentido abstrato, pois materialmente o salão da princesa

ficava na rua de Courcelles antes de ser na rua de Berri) foi um dos centros literários da segunda metade do século XIX; que Mérimée, Flaubert, Goncourt, Sainte-Beuve vieram ali todos os dias, com verdadeira intimidade, com uma familiaridade tão completa que a princesa chegava a convidá-los para almoçar de improviso; que ela lhes prestou favores até o fim – não somente pequenos favores cotidianos (Sainte-Beuve dizia: “Sua casa é uma espécie de ministério das graças”), mas favores de grande repercussão, daqueles que põem fim a perseguições, dissipam preconceitos, facilitam o trabalho, auxiliam no sucesso, adoçam a vida, mudam um destino; não podemos deixar de acreditar que, apesar de tudo, alguns poderes mundanos podem ter uma influência fecunda sobre a história literária, e que de tais poderes poucas mulheres fizeram tão nobre uso como a princesa. (PROUST, 2015, p. 35)

A cultura de salão é algo exclusivamente francês. Sua origem na França, conforme Elias, é resultado de um fenômeno bastante específico: aristocratas de corte e, mais adiante, nobres que não frequentavam a corte, quando deixam o campo e passam a habitar seus *hôtels* em Paris, começam a receber em suas residências um círculo bastante restrito de pessoas. Com o desenvolvimento dessa cultura, passa a ocorrer uma disputa por prestígio entre esses espaços. Marcel Proust, ao tratar desses salões, deixa claro que os de maior prestígio eram aqueles que recebiam o maior número de artistas conhecidos e que, também, tinham como anfitrião (mais frequentemente anfitriã) um artista diletante e influente na corte, para que pudesse distribuir favores aos seus protegidos.

Esse quadro não está presente em Portugal, mas, assim como as corridas de cavalo e os saraus, os salões figuram em Lisboa como mais um item de importação de costumes e hábitos estrangeiros, por uma elite que eleva ao extremo bom gosto tudo o que vem de fora.

O salão de Afonso da Maia, nesse contexto, se instala em seu escritório. Como foi possível constatar, a casa dos Maias em Lisboa seria um típico *hôtel*. Embora não vivessem na corte, como seus pares franceses, viviam no campo, um valor para a aristocracia inglesa. E justamente quando trocam Santa Olávia pelo Ramalhete é que

surge o salão de Afonso da Maia. Como é de se notar, a partir de quem frequenta a casa, estão ali presentes vários tipos de sociedade: o aristocrata decrépito (d. Diogo); o velho general (o Sequeira); o diplomata (Steinbroken); o funcionário público (Taveira); o músico (Cruges); o “estrangeiro” (Craft); o marquês (de Souselas); a parentela (Eusebiozinho); agora Ega (o *dandy* amigo de Carlos), mais tarde, ainda, o Dâmaso (a expressão caricata do burguês que adula e imita o aristocrata). Ali negociam cavalos, discutem a política francesa (raramente a portuguesa), cantam alguma balada, alguma coisa que evocasse Versalhes, Maria Antonieta (Cf. QUEIRÓS, 2014, p. 102) – e mesmo o *Hino da Carta* Constitucional (ao que o marquês foge). Discutem, Eusebiozinho e Vilaça, ademais, os gastos dos Maias com aquela casa, a frisa de Carlos no teatro, os nove cavalos, o cocheiro inglês, etc. Tudo são questões que contrapõem o cálculo burguês ao papel do aristocrata na sociedade. Vilaça, a certa altura, chega mesmo a reconhecer que “Uma gente destas deve ter a sua representação, as suas coisas bem montadas. Há deveres na sociedade...” (QUEIRÓS, 2014, p. 103). O fato de que o contador da casa tenha ciência da posição dos Maias, entretanto, não o exime de proceder conforme os valores de sua classe, desaprovando os gastos “supérfluos”, ainda que não feche, por dever de ofício, a bolsa quando solicitado. A passagem é exemplar no que se refere à necessária convivência, imposta pela *Regeneração*, entre os mais diversos tipos sociais. No entanto, como salão, o de Afonso deixa muito a desejar (exceto num quesito). Não há ali um anfitrião que seja artista (e muito menos que seja influente na corte); não há ali artistas de relevo que emprestem seu brilho aos encontros (ao contrário, o romântico Alencar é caricato e Cruges, o músico, é pouco expressivo); não há mulheres, quando, conforme é possível perceber pelos relatos de Proust, a mulher é a figura central nos salões de prestígio;²⁵ as discussões são as mais ordinárias possíveis, beirando à indiscrição quando se insiste em debater os gastos excessivos dos Maias; por fim, não há ali um balcão de favores que se preze – a não ser, como se verá adiante, no episódio das corridas de cavalo (Cf. QUEIRÓS, 2014, p. 247), no momento em que Afonso faz sua caridade a duas pobres mulheres. O único quesito em que o salão de Afonso se sobressai, ainda que isso pareça um tanto quanto estranho diante do quadro exposto até aqui, é justamente no fato de ser o de maior prestígio em Lisboa. Se isso é o que há de melhor na terra, imagine-se os demais.

²⁵ Nesse sentido: “Nos salões os homens desempenhavam um papel secundário” (ARENDDT, 1994, p.38).

Ao longo da narrativa esses embates de salão ressurgem com maior ou menor vigor, como há de se observar – sobretudo, em termos comparativos, quando se chegar ao salão dos Gouvarinhos. O que fica evidente, por ora, é que Afonso da Maia tem o salão mais concorrido de Lisboa. Não fosse o fato de não poder receber mulheres, porque não há quem as possa receber nessa casa, nem mesmo os Gouvarinhos poderiam lhe fazer competição. Ainda assim, participar daquela pequena corte será evidência de prestígio para os ilustres convidados diante da boa sociedade lisboeta.

O exercício comparativo é ainda pertinente para aprofundar a análise. É o caso do ensaio de Paulo Eduardo Arantes, a partir da biografia escrita por Hannah Arendt sobre Rachel Varnhagen e seu salão berlinense. Arantes engendra uma fértil análise a respeito do papel social que a cultura de salão desempenhava numa Alemanha romântica (na virada do século XVIII para o XIX) e ainda em busca de sua unificação. Se em França, conforme o autor, a ideia de salão fora construída em termos de “civilização”, como fruto da etiqueta aristocrática, baseada nas boas maneiras de uma nobreza desprovida de corte; na Alemanha, por sua vez, a ideia será erigida em termos de “personalidade”, como fruto de uma *intelligentsia* em busca de uma posição clara em relação a uma burguesia ainda incipiente e aos *junkers* (que, aliás, defendiam a condição inata de suas misteriosas qualidades). Não obstante o modelo de Portugal ser o salão parisiense, a análise de Arantes é relevante justamente por identificar o que ambos os processos tinham em comum: se a aristocracia francesa justificava sua civilização superior como algo inato, dado pela ascendência e pelo sangue; a *intelligentsia* alemã defendia que sua “personalidade cultivada” era, também, algo inato – e o fim, nos dois casos, era o mesmo, ou seja, a distinção social (Cf. ARANTES, 2003, II, p. 7-8).

O salão de Rachel Varnhagen, na sua composição social, é muito semelhante ao de Afonso. Como observa Arantes,

as *soirées* na água-furtada de Rachel reuniam uma sociedade numerosa e disparatada: príncipes da casa reinante; ministros e diplomatas ‘esclarecidos’ e diletantes; negociantes judeus; condessas excêntricas e ‘liberadas; gente de teatro e cantores; publicistas-ideólogos dos círculos políticos dominantes (...), etc. (ARANTES, 2003, I, p. 7-8)

Embora esses encontros ocorressem numa água-furtada, o fato de Rachel ser judia era fundamental para o prestígio de seu salão – sendo uma figura de exceção, toda Berlim poderia ter com ela. Nesse sentido, seria fácil estabelecer um elo entre o salão de Rachel Varnhagen e o de Rachel Cohen. Ocorre que, n’*Os Maias*, o acesso ao salão dos Cohen é barrado ao leitor – quando Ega é escorraçado do baile oferecido pelo banqueiro. A escolha do autor é pelo salão de Afonso e, mais tarde, pelo dos condes de Gouvarinho. De qualquer modo, assim como no salão berlinense de Rachel, as discussões no Ramalhete eram tudo, menos a política local – o salão de Afonso será pouco afeito à política portuguesa.

Ademais, há outra semelhança notória entre os salões: se o culto da personalidade, típico do salão berlinense, não era necessário no salão de Afonso, uma vez que seu anfitrião era, por suposição, civilizado em decorrência de sua origem e de seu sangue, o traço romântico (ainda que anacrônico) desse salão ainda é comum ao berlinense de Rachel: por meio do culto do eu, torna-se o lugar em que o público e o privado se confundem, beirando ao *gossip* – basta recordar o poeta Alencar, o ar folhetinesco do herói Carlos e a tensão gerada em torno da possibilidade de sua tragédia privada vir a se tornar pública. É, também, o salão, tão efêmero quanto requereria a *Regeneração*: se a função do salão é a de promover a assimilação do burguês individual, no momento em que a sua classe ascende às esferas de poder, o salão declina e desaparece.

Ainda que essas analogias ajudem a entender algo sobre o salão de Afonso, também não explicam tudo. Se existe um princípio constitutivo para o salão francês (a civilização) e um para o salão alemão (a personalidade), é certo que também exista um para o salão português (a imitação?). Os lusitanos não eram enquadrados no que se costumava designar como *the polished nations* – aquelas que tinham bons modos porque ali existia o comércio, ou existia o comércio justamente porque eram polidas (Montesquieu *apud* ARANTES, 2003, I, p. 21-22). Portugal era composto pelo povo rude e bárbaro da Europa Ocidental cuja riqueza provinha, em larga medida, da expansão do comércio (*Idem*). Se os portugueses não eram do culto à personalidade, tampouco desfilavam destreza civilizacional por meios de seus bons modos (vide as corridas de cavalo, que terminam em muro). O aristocrata português não é oriundo da

corde nem tampouco órfão dela – é um desbravador. Seu refinamento, como bem lembra Ega, é de empréstimo – é mera imitação. E nesse sentido, pode-se dizer que, sendo o burguês aquele que busca o prestígio social justamente pelo caminho da emulação e do mimetismo, o princípio constitutivo do salão aristocrático português (a imitação) é... burguês! O que soa como disparate é, de fato, resultado da comédia ideológica que se instaura num país que, se é periférico em relação à Europa, é central em relação a suas colônias – e o resultado será sua elite aristocrática adotar a imitação do estrangeiro como princípio, enquanto sua elite burguesa imita não só o aristocrata lusitano, mas também o estrangeiro.

Ao juntar diplomatas, artistas, homens de negócios, aristocratas, intelectuais e burgueses de diversa ordem, o salão de Afonso deixava em suspenso a fronteira que os separava a todos – perdia-se, por assim dizer, o contato com a prática social que os distinguia e realizava-se o que a *Regeneração* propunha. Ainda que de forma encenada e fictícia, todos ali estavam em condições de igualdade – ninguém valia mais ou menos que o outro. Não existe, ali, a rigidez da etiqueta imposta pela corte. A sociabilidade de salão é, via de regra, mais frouxa e sua concorrência se dará por sinais de distinção de natureza diversa (o corte do terno de Carlos, imitado pelo Dâmaso; o luxo do Ramalhete, contrastado pela sobriedade na casa do mesmo Dâmaso; etc.).

É certo que, assim como no salão berlinense, o salão português ainda tem a aristocracia como centro de gravidade, mas a atmosfera já era burguesa – porém, não pela via do culto da personalidade, senão pelo princípio da imitação, que, de resto, une o burguês ao aristocrata (ambos oriundos de um capitalismo tardio e pouco avançado) no seu afã pela assimilação e prestígio social.

2.7 Maria Eduarda

Um esplêndido preto, já grisalho, de casaca e calção, correu logo à portinhola; de dentro um rapaz muito magro, de barba muito negra, passou-lhe para os braços uma deliciosa cadelinha escocesa, de pelos esguedelhados, finos como seda e cor de prata; depois apeando-se, indolente e *poseur*, ofereceu a mão a uma senhora alta, loura, com

um meio véu muito apertado e muito escuro que realçava o esplendor da sua carnação ebúrnea. Craft e Carlos afastaram-se, ela passou diante deles, com um passo soberano de deusa, maravilhosamente bem-feita, deixando atrás de si como uma claridade, um reflexo de cabelos de ouro, e um aroma no ar. (QUEIRÓS, 2014, p. 129)

A primeira aparição de Maria Eduarda diante de Carlos se dá no Hotel Central, quando ele e Craft, que acabavam de se conhecer e de compartilhar o gosto pelo bricabraque, entram ao fim do dia para ali cearem. À espera de ambos estão Ega (que está a oferecer um jantar ao banqueiro Cohen, por conta do interesse que tem pela belíssima esposa dele) e o sr. Dâmaso Salcede, que é apresentado a Carlos. O quadro está quase perfeito para o que há de figurar no enredo. Serão justamente esses quatro personagens, além de Maria Eduarda, os protagonistas do que há de suceder de ora em diante. Dâmaso entra na conversa justamente por ter conhecido os Castro Gomes (Maria Eduarda e seu suposto marido) na viagem de França a Portugal, e põe-se a falar de ambos como se fossem íntimos. Nesse momento, adentra mais um personagem para completar o quadro: Tomás de Alencar, o poeta – amigo do falecido Pedro da Maia. Sua apresentação a Carlos gera certa comoção, exceto pelo Craft.

O assunto, como não poderia deixar de ser, descamba para a literatura, para o naturalismo e para o adultério. Alencar e Craft abominam a imoralidade da ideia nova. Carlos não tolera os ares científicos do realismo. Ega jaz horrorizado aos comentários e começa a insultar a monarquia e a elite de um país que vive de títulos da dívida pública – são umas bestas, são grotescos. Mas quem domina e arremata o assunto, pasme-se, é o Cohen, “o respeitado diretor do Banco Nacional, o marido da divina Raquel, o dono dessa hospitaleira casa da rua do Ferregial onde se jantava tão bem” (QUEIRÓS, 2014, p. 137). Se a posição de Cohen²⁶ bem vale uma opinião (a de que há talento, saber e valor na elite portuguesa), impondo-se sobre todos (Alencar, o defensor exemplar de um

²⁶ O banqueiro Cohen tem papel fundamental no romance para figurar o que é a burguesia lusitana nesse contexto histórico: sobretudo provinciana, antes de ser nacional ou cosmopolita. Para a burguesia a que Cohen pertence, bastava apenas o apoio do Estado (nesse momento dominado pela aristocracia), para gerir seus próprios negócios. Arno J. Mayer observa o fenômeno: “[...] the owners of small workshops were the backbone of the independent lower middle class. In turn the proprietors of medium-sized as well as large plants, especially in textiles and food processing, constituted a bourgeoisie that was predominantly local and provincial rather than national and cosmopolitan. This bourgeoisie, including commercial and private bankers, acted less as a social class with a comprehensive political and cultural project than as an interest and pressure group in pursuit of economic goals.” (MAYER, 1981, p. 20)

romantismo político, acadêmico e anacrônico, se cala diante dele; bem como Ega, para quem a única peça de valor nessa elite era a mulher de Cohen), está evidente a irrelevância e o lugar do debate cultural nesse contexto.²⁷ Ninguém ali está disposto a afrontar o banqueiro e perder as benesses de fazer parte de sua sociedade. O epílogo é melancólico, com Ega lamentando pertencer a mais cobarde raça da Europa e enxovalhando o Alencar com epigramas anedóticos.

Quem se sobressai nas páginas que seguem é o Dâmaso, esse moço gordo e bochechudo que, até então, adorara a Carlos em silêncio. Dâmaso venera o verniz dos sapatos de Carlos, suas luvas, o corte de seu fato. Para ele, Carlos é o chique supremo, uma destas coisas que só se veem lá fora. Dâmaso é o típico burguês que ascende na sociedade por conta do dinheiro dos pais – seu pai era um agiota – e busca o status e o reconhecimento que os aristocratas, como Carlos, recebem de berço. Para adentrar o clube, ele se apoia, sobremaneira, em Carlos – a quem imita em tudo, no vestuário, nos modos, etc.²⁸ Chegam a disputar, em tese, a mesma mulher – Maria Eduarda. O hábito é antigo, como reconhece Mayer, e Dâmaso será a caricatura desse processo no romance:

Indeed, ever since the Middle Ages the notables of the would-be bourgeoisie had been driven by a propensity, not to say a compulsion, to emulate the nobility in preparation for their own elevation into it. [...] lowborn individuals imitate those they idealize as their betters by internalizing their values and attitudes [...] imitated the tone-setting nobility's accent, carriage, demeanor, etiquette, dress, and life-style. (MAYER, 1981, p. 86)

²⁷“Of course, between 1848 and 1914 Europe's official cultures experienced discordant modernist movements in the arts as well as in the churches and higher schools. But these defections were easily contained [...]. In the long run the victory of the modernists may have been inevitable. In the short run, however, the modernists were effectively bridled and isolated [...]. In fact, between 1848 and 1914 historic academicism declined no further than the rest of preindustrial civil society. To be sure, it lost in vitality as fixed form prevailed over idea, imitation over authenticity, ornateness over artlessness, and pomp over sobriety.” (MAYER, 1981, p. 190)

²⁸ “Doubting their own legitimacy and in no position to subvert or conquer the old ruling classes, the new big businessmen and professional decided to imitate, cajole, and joint them”. (MAYER, 1981, p. 127)

Se Dâmaso é a caricatura de uma grande burguesia que bajula e imita o aristocrata a fim de receber os supostos dividendos dessa prática, Alencar, por sua vez, será o pequeno burguês que, se não imita, diverte o aristocrata com sua literatura ingênua e nada subversiva, que não ameaça nem incomoda, e que, a seu modo, também busca colher alguma benesse, algum favor, seja qual for, de um camarada que dele se compadeça. Seu lamento a Carlos, por não ter recebido nada pelo favor das boas amizades, das boas relações, é patético:

Olha que esses homens que por aí figuram embebedavam-se comigo, emprestei-lhes muito pinto, dei-lhes muita ceia... E agora são ministros, são embaixadores, são personagens, são o Diabo. Pois ofereceram-te eles um bocado do bolo agora que o têm na mão? Nem a mim. Isto é duro, Carlos, isto é muito duro, meu Carlos. E que diabo, eu não queria que me fizessem conde, nem que me dessem uma embaixada... Mas aí alguma coisa numa secretaria... Nem um chavelho! Enfim, ainda há para o bocado do pão, e para a meia onça de tabaco... (QUEIRÓS, 2014, p. 148)

A ironia da passagem toda, em que desfilam essas personagens caricatas e que dão certa graça ao enredo, é que, em meio a todo esse tumulto, Carlos só sabe pensar numa mulher alta, com uma carnação ebúrnea, num passo de deusa, num casaco de veludo branco, uma cadelinha ao colo – a quem clama no espaço, repetindo os versos que Alencar dedicara a Raquel Cohen: *Abril chegou, sê minha!* Do alto de sua posição, desprezando os seres de menor relevo, a quem dá atenção por dever de ofício, Carlos só consegue ter genuíno apreço por uma senhora que mal conhece – Maria Eduarda. Pior, depende de Dâmaso para o pouco que dela sabe. É como se, de toda a lama em que chafurdam os bons homens de Portugal, ali reunidos para jantar no Hotel Central, Carlos conseguisse arrancar uma flor de civilização. Mas qual será seu perfume?

A passagem será retomada adiante, no próximo capítulo, mas cabe notar o efeito que causa a cena no romance. Carlos da Maia, até então retratado como um aristocrata libertino, é elevado, por assim dizer, à categoria de herói romântico – mais precisamente folhetinesco – ao deitar os olhos sobre Maria Eduarda. A passagem é feita por meio da

descrição da heroína, a partir da perspectiva de Carlos (um passo de deusa; uma carnação ebúrnea; etc.). Esse procedimento, entretanto, se dá na mais baixa cena do romance realista que se tem em mãos, qual seja, em um jantar oferecido pelo Ega, no Hotel Central, ao marido de sua amante. O resultado é cômico. Não, necessariamente, no sentido do risível, mas no de um encontro disparatado entre gêneros (heróis folhetinescos numa narrativa realista), cujo resultado será devidamente explorado adiante.

Entre a primeira e a segunda aparição de Maria Eduarda para Carlos se passam semanas. Carlos, advertido pelos da casa, dedica-se ao laboratório e ao seu livro:

Já o fino dr. Teodósio lhe dissera um dia, francamente: ‘Você é muito elegante para médico! As suas doentes, fatalmente, fazem-lhe olho! Quem é o burguês que lhe vai confiar a esposa dentro de uma alcova?... Você aterra o *pater-familias!*’ (QUEIRÓS, 2014, p. 152)

Se a clientela já ia mal e se sua elegância aristocrática afugenta inda mais o burguês de seu consultório, resta a Carlos se dedicar à ciência. Ou tolerar o Dâmaso, que de ora em diante não arreda o passo. Passa mesmo a frequentar o Ramalhete, por insistência do próprio Afonso, que soubera do grande feito do Dâmaso, ao defender a honra dos Maias a um Gomes que os maldissera.

A única novidade nessa segunda aparição de Maria Eduarda, num passeio pelo Aterro, será que Carlos “sentiu o negro profundo de dois olhos que se fixaram nos seus” (QUEIRÓS, 2014, p. 165). O bastante para que, logo ao outro dia, Carlos voltasse ao Aterro, inda mais cedo, e a visse novamente – todavia, acompanhada do marido. O olhar de Maria Eduarda para Carlos, dessa vez, foi sério. Ainda assim, ele voltaria mais três vezes ao Aterro, sem sucesso, porém. Sentiu-se envergonhado, sobretudo por deixar o trabalho por uma semana abandonado.

Não obstante a visita da condessa de Gouvarinho ao consultório, Carlos mantém-se atento aos passos de Maria Eduarda. Quando meramente supõe que os Castro Gomes, acompanhados do Dâmaso, estejam a passeio em Sintra, não tem dúvida: parte com o Cruges para lá.

Em Sintra há de encontrar, no hotel, Eusebiozinho com seu amigo Palma e umas espanholas, e há de presenciar uma cena entre eles. Sai com Cruges a passear por Seteais e encontra o Alencar. Carlos, em companhia desses dois românticos incorrigíveis, segue percorrendo os locais por onde supostamente teriam passado os Castro Gomes, com a esperança de ainda encontrar Maria Eduarda. Em vão. No hotel Lawrence, descobre que regressaram a Lisboa no dia anterior.

Para a presente análise, o único fato que merece atenção em toda essa peregrinação de Carlos por Sintra é a sua não ida ao Palácio da Pena. Como se sabe, além de sua reforma constituir o marco do romantismo na arquitetura portuguesa (Cf. SARAIVA, 1981, p.324-325), trata-se da única herança dada à atriz Elise Hensler, por ocasião de seu casamento com o então rei de Portugal (rei por *jure uxoris*),²⁹ D. Fernando II,³⁰ em 1869. Embora o instrumento jurídico do casamento morganático³¹ não tenha jamais existido nem nas leis, nem nos costumes de Portugal, na prática esse segundo matrimônio do rei-artista é um perfeito exemplar desse tipo de união – cuja origem remete aos Estados germânicos da Idade Média, dentre eles o Ducado de Saxe-Coburgo-Gota, a que pertencia o rei Fernando. Como Elise não fosse de origem nobre, ela (e, por conseguinte, seus descendentes), ao receber a morganática (o Palácio da Pena, totalmente reformado para acomodá-la), abdicava de quaisquer títulos e direitos do marido. Do ponto de vista simbólico, como se verá adiante, é como se Carlos rejeitasse a relação morganática (em que um aristocrata se casa com alguém de uma casta inferior,

²⁹ Termo latino que significa "em direito de uma mulher". É comumente utilizada para se referir a um título, funções ou propriedade, detido por um homem cuja esposa o detém em seu próprio direito.

³⁰ D. Fernando II foi regente do reino em apenas quatro ocasiões: durante as duas gravidezes de D. Maria II; em 1853, por ocasião da morte da rainha (até que assumisse o trono Pedro V, que reinaria de 1853 a 1861); e em 1867, na ausência de Luís I (que reinou entre 1861 e 1889), por ocasião de uma visita à Exposição de Paris.

³¹ *Morganático*: adjetivo (1873) **1** contraído entre pessoa nobre e outra plebeia (diz-se de matrimônio); **1.1** *jur* desprovido dos direitos de família e de posição que a lei ger. concede ao cônjuge (diz-se desse tipo de matrimônio); **2** p.met. que contraiu esse tipo de matrimônio (diz-se de pessoa); **3** concernente a ou próprio desse tipo de matrimônio. Etimologia: b.-lat. (*matrimonium*) *morganaticum*, antes *matrimonium ad morganaticam* 'casamento em que o marido só garantia à esposa e à sua descendência a chamada morganática', dádiva a ela entregue por ocasião do casamento (< *morgangeba* < al. *Morgengabe* 'dádiva da manhã'), renunciando a esposa a outros bens ou títulos do marido, geralmente de posição social mais elevada. Fonte: <http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=Morgan%25C3%25A1tico>

Em suma, para que fosse aceito o casamento entre um nobre e uma plebeia (ou burguesa), era necessário que esta renunciasse aos privilégios e bens daquele – o que não quer dizer que seja aceita, socialmente, a pessoa não nobre no seio da aristocracia.

sem que sejam repassados os direitos de nobreza), para se precipitar na relação incestuosa com Maria Eduarda.

Na volta a Lisboa, Carlos decide se dedicar ao trabalho – sem êxito, porém. Eis que aparece o Vilaça, para discutir questões de dinheiro; depois aparece Afonso com uma carta, um convite do conde de Gouvarinho para jantar no sábado seguinte; então entra Ega, atrás de uma espada para compor o traje com que há de se apresentar no baile dos Cohen. Por fim, chega o Dâmaso. Sua súplica, no entanto, era de interesse de Carlos: aquela gente brasileira precisava de um médico que falasse inglês para tratar com a governanta da casa. Partem ambos. É a menina Rosa quem não está bem. E o casal Gomes está para Queluz. De qualquer forma, Carlos terá a oportunidade de deduzir o bonapartismo de Castro Gomes pelo jornal que lê, depositado sobre um móvel, bem como o bom gosto de Maria Eduarda, pela decoração da casa.

Saindo de lá, Dâmaso, por insistência de Carlos, conta de suas pretensões amorosas com Maria Eduarda. Seu plano está em se aproveitar da ausência de Castro Gomes, que parte em breve para o Brasil, por dois ou três meses. Não obstante o despeito inicial de Carlos, Dâmaso parece-lhe, ao fim, inofensivo. Combinam de se encontrar à noite, no baile dos Cohen.

Antes mesmo de Carlos sair para a festa, contudo, Ega adentra o Ramalhete estupefato com o que lhe sucedera na casa dos Cohen: fora expulso pelo banqueiro, que o chamara infame. Ega tem ganas de se bater em duelo com o Cohen. Carlos, entretanto, o persuade de que o amigo não pode fazer isso, uma vez que o Cohen estava no seu direito. Conforme as regras, que Carlos bem conhece, quem teria de lançar o desafio era o Cohen – pois era ele quem tivera a honra manchada. Ega rebate, dizendo que não se havia falado na mulher e que o insultado era ele. Carlos se enfurece e esclarece: “o Cohen o surpreendera amando-lhe a mulher. Logo podia matá-lo, podia entregá-lo aos tribunais, podia escavacá-lo na sala a pontapés...” (QUEIRÓS, 2014, p. 221). Mas teve um ato de moderação, limitara-se a proibir a entrada de Ega em sua casa e não havia por que mandar desafiá-lo por isso. Carlos insiste em que Cohen, um burguês, conhece melhor o senso e as regras que Ega:

Traíste um amigo teu... Nada de equívocos! Tu declaravas bem alto a tua amizade pelo Cohen. Traíste-lo, tens de aceitar a lei: se ele te quiser matar, tens de morrer. Se ele não quiser fazer nada, tens de ficar de braços cruzados. Se ele te quiser chamar aí por essas ruas um infame, tens de baixar a cabeça, e reconhecer-te infame... (QUEIRÓS, 2014, p. 221).

Carlos há de proceder dessa forma com Dâmaso, como se verá adiante. O que importa aqui, no entanto, é notar como os procedimentos aristocráticos no que diz respeito à defesa da honra, via duelo,³² foram sobremaneira internalizados pela alta burguesia, no caso do Cohen, a ponto de Ega, um fidalgo, não poder dispor como bem queira de seus privilégios de classe. Não cabe ao próprio Ega subverter as regras do jogo pela simples razão de estar tratando com um burguês. Ao contrário, o tributo que o burguês presta às regras sociais impostas pela tradição aristocrática impede que João da Ega possa andar fora delas – ainda que Cohen termine tudo à sua maneira, dando uma coça na mulher e partindo, em seguida, para a Inglaterra em sua companhia. Para o Craft está tudo claro:

O Cohen tem o seu banco, os seus negócios, as suas letras a vencer, o seu crédito, a sua respeitabilidade, todo um arranjo de coisas a que não convém um escândalo... É isto que calma [sic] os maridos. Além disso, já se satisfez, já lhe ofereceu pontapés... (QUEIRÓS, 2014, p. 226).

Ega prossegue sem entender como o Cohen descobrira. Uma criada da casa revela que a senhora sonhava alto e que o marido a surpreendera dizendo o nome do sr. Ega. João da Ega não crê, pois imagina que ambos, marido e mulher, durmam em quartos separados, como qualquer aristocrata. Ocorre que Cohen é burguês. Embora o banqueiro, no trato social, respeite as regras da tradição, no âmbito privado o que vale é

³² Recorde-se que a prática ainda era comum à época de Eça. Antero de Quental e Ramalho Ortigão, por exemplo, durante os embates da Questão Coimbrã, bateram-se a florete por questões de literatura e acusações de covardia – Ramalho levou a pior. (Cf. OLIVEIRA MARQUES, 2004, p. 353)

o seu costume. É a própria criada quem garante que tampouco a senhora Cohen consentisse em tal arranjo, pois ela gostava muito do marido.

A lógica aqui se inverte. Se, pela tradição, o libertino e o devasso são aristocratas insensíveis que põem a perder a virtude das pobres burguesas, nesse momento é a senhora burguesa quem faz uso do fidalgo a quem a educação romântica estragou com sua crença no amor. Raquel é a burguesa para quem o casamento não proporcionou as benesses prometidas pelo amor romântico. Ainda assim, a união pôde oferecer a ela uma posição na sociedade. O seu *affaire* com Ega nada mais foi do que uma aventura proibida, porém necessária para a manutenção do equilíbrio no casamento burguês.

Ega, de resto, era odiado pela pequena Lisboa que vivia entre o Grêmio e a Casa Havanesa. A opinião pública estava ao lado do banqueiro Cohen, que criara uma história de carta obscena do Ega a sua mulher, acreditada tanto por quem de nada sabia, como por quem estivera ciente e sorria da intimidade de Ega na casa dos Cohens nos últimos seis meses. Assim, Ega decide se retirar para Celorico, na casa da mãe, e terminar seu livro, *Memórias de um átomo*, para só então reaparecer em Lisboa com a obra publicada. Por fim, antes de partir, ainda pede a Carlos que o acuda com suas dívidas – ao que Carlos, como sempre, por dever de classe, há de cumprir, emprestando-lhe dois contos de réis (os mesmos dois contos que Vilaça havia conseguido na negociação que viera partilhar, pela manhã, com Carlos).

A má estreia de Ega ressoava nas ideias de Carlos – péssima estreia. Depois de tantos planos de trabalho, do consultório, do laboratório, do livro, restavam apenas dois artigos de jornal e uma dúzia de receitas. Para alentar sua alma atormentada, vai aos Gouvarinhos e acaba caindo nos lábios da condessa.

2.8 As Corridas de Cavalo

Although the various ranks no longer reflected distinctions in wealth and status as accurately as in the past, they nevertheless remained an approximate index of grandeur and influence. The high aristocracy combined blue blood with enormous wealth in land,

including urban real estate, and with considerable political influence or power [...] the extended royal and aristocratic families shared a pan-European predilection for the French language, the English hunt, and the Prussian monocle [...]. (MAYER, 1981, p. 82)

Três semanas depois de ter com os Gouvarinhos, já Carlos rola pela estrada de Queluz, numa traquitana vertida em alcova, com a condessa. Essa amante de trinta e três anos não hesita em conceber ideias de fugir com Carlos para algum canto do mundo. Ele, por sua vez, já está aborrecido daquele perfume de verbena, daquela condessa de origem duvidosa. E é no passeio, após apear-se desse cupê, que encontra o marquês e será lembrado das corridas de cavalo para o domingo. A única preocupação de Carlos é se Maria Eduarda lá estará. O destino quis, contudo, que seus olhares se cruzassem ali mesmo, no passeio, e já o marquês, percebendo um gesto suspeito, dispara: “Caramba, aquilo pertence-lhe?” (QUEIRÓS, 2014, p. 243).

Chegam Carlos e o marquês ao Ramalhete e encontram o Dâmaso a discutir as corridas com Afonso, enquanto Craft folheia um livro. Para o velho Maia, corridas de cavalo não compunham um evento patriótico. O ideal seria uma tourada! Dâmaso se escandaliza, mas Afonso prossegue na sua defesa das touradas. A tourada seria uma grande escola de força, de coragem e de destreza... E sentencia: “se nesta triste geração moderna ainda há em Lisboa uns rapazes com certo músculo, a espinha direita, e capazes de dar um bom soco, deve-se isso ao touro e à tourada de curiosos...” (QUEIRÓS, 2014, p. 245). Com os aplausos encorajadores do marquês, Afonso arremata:

Não temos o *cricket*, nem o *football*, nem o *running*, como os ingleses: não temos a ginástica como ela se faz em França; não temos o serviço militar obrigatório que é o que torna o alemão sólido... Não temos nada capaz de dar a um rapaz um bocado de fibra. Temos só a tourada... (*Idem*)

Mais adiante, após Dâmaso afirmar que sua contribuição para a civilização estava em mandar fazer uma sobrecasaca branca para o dia das corridas, um escudeiro entrega uma carta que transforma o semblante de Afonso. Carlos segue tentando dissuadir Dâmaso de que é necessário aproximarem Castro Gomes de seu círculo, a fim de que possa também, conhecer Maria Eduarda. O marquês chama os rapazes para o jantar. Ele e Carlos, notando a ausência de Afonso, surpreendem o velho na antecâmara, fazendo caridade a duas mulheres que carregam uma criança doente ao colo. Afonso, embaraçado, tenta se justificar: “Sempre estes peditórios... Caso bem triste todavia... E o que é pior, é que por mais que se dê nunca se dá bastante. Mundo muito malfeito, marquês.” (QUEIRÓS, 2014, p. 247).

Aparentemente, não há relação alguma entre o que se passara antes (a defesa das touradas ante as corridas de cavalo), com o gesto de agora (a caridade). Não seria aqui o caso de tomar Afonso como cínico, o responsável pelo malfeito do mundo – devido à sua condição de classe. Também não há que se comparar os assombrosos gastos previstos para as corridas de cavalo (roupas, carruagens, apostas), com a esmola oferecida. Tanto um gesto quanto o outro são inerentes aos hábitos e valores de classe de Afonso (o dever de circular nos espaços sociais com toda a pompa; e o dever de ajudar a quem precisa). Não haveria, para Afonso, qualquer contrariedade entre um e outro ato. Pode-se, ainda, indagar: se Carlos é médico e há uma criança doente, por que não intervém? Pois bem. Carlos, aqui, como o avô, mantém seu dever de classe, que é atender, com toda a pompa e requinte, em seu consultório, quem por lá aparece. Não se cogita que atenda quem quer que seja em sua casa. Não é esta a função de sua residência. Afinal, para que se gastaria tanto na decoração dum consultório se o objetivo fosse atender em casa? O que parece absurdo, no conjunto, não passa da afirmação do que se vem defendendo: não importa o contexto, as personagens, por mais que interajam, seguem presas às suas respectivas condições de classe. Não seria produtivo, para a análise, condená-las, justamente, pela sua coerência. Mesmo Afonso, de modo exemplar, ao reconhecer que a esmola nunca é o bastante, não cogita dividir sua fortuna. O mundo está malfeito e não há o que fazer. É assim que um aristocrata, do alto de seu privilégio, vê o mundo. Pior ainda seria imaginar qualquer solução diferente num país que rejeita a instituição nacional das touradas para reproduzir e copiar corridas de cavalo que serão, mesmo com a ajuda do Clifford, um verdadeiro fracasso.

No gesto de caridade, ademais, qualquer dúvida sobre o fato de o salão de Afonso ter como princípio a mera imitação dos salões parisienses está desfeita. Se o salão serve como balcão de benesses entre nobres e burgueses, o de Afonso se limita a distribuir esmolas a duas pobres mulheres que sequer são convidadas de seu salão. O que se impõe, no caso, é a tradição cristã (até mesmo nacional) da caridade sobre a troca de favores entre os frequentadores do salão. As touradas, de identidade nacional, conforme Afonso, também não perdem seu prestígio de todo – sobretudo quando se atenta ao fiasco das corridas de cavalo.

Antes, porém, é preciso recordar que, no hipódromo de Belém, estavam presentes todas as senhoras que costumam figurar na coluna social dos jornais, as dos camarotes do São Carlos e as que frequentavam os Gouvarinhos às terças-feiras. Entre elas está d. Maria da Cunha, uma entusiasta das touradas. Mesmo el-rei, d. Luís I de Bragança (que reinou entre 1861 e 1889), aparece na tribuna. E Alencar considera tudo aquilo elegante, com perfume de corte. Não obstante, há desordem. Difamam o juiz da corrida (o que não é nada elegante, diga-se). Carlos achava tudo pitoresco, enquanto o marquês sente vergonha, sobretudo porque há ali estrangeiros.

Em meio a essa balbúrdia, a condessa de Gouvarinho aparece a Carlos com mais um de seus dramas: ela deve ir ao Porto e deseja que Carlos vá ter com ela em Santarém. O conde se aproxima, observando que “todos os requintes da civilização se aclimatavam bem em Portugal” (QUEIRÓS, 2014, p. 261). Mas o assunto são os cavalos e Carlos, num tumulto de apostas, decide empenhar tudo por Vladimiro, um exemplar de Portugal a quem o próprio dono chamava pileca. O disparate de Carlos causa surpresa e todos decidem se aproveitar de sua fantasia de homem rico. Para a surpresa de todos, o jóquei inglês de Vladimiro, com seu chicote, lançou o cavalo a frente na meta. Todos perdiam e Carlos, sozinho, ganhava as apostas... É como se o dinheiro procurasse sempre por aqueles que já o detêm, reproduzindo infinitamente a acumulação do capital. Ironicamente, o narrador deixa claro que as doze libras que Carlos arrebatava seriam puro lance de sorte. Mas no enredo nada é trivial. Lá está a vasta ministra da Baviera, furiosa, a recordar Carlos o adágio: “*Ah, monsieur – [...] – méfiez-vous... Vous connaissez le proverbe: heureux au jeu...*” (QUEIRÓS, 2014, p. 265). Pois bem, sorte no jogo... azar no amor. A propósito, Carlos encontra Dâmaso e fica sabendo, por ele, que Castro Gomes parte para o Brasil, por três meses, e deixa aqui a mulher numa casa alugada à mãe do Cruges. O arranjo está feito. E Carlos, sem hesitar,

abala em seu faetonte³³ para o primeiro andar da casa da mãe do Cruges, como se ali fora para visitá-lo. Como ele não estivesse em casa, Carlos retorna ao Ramalhete e encontra o Craft, que narra o final das corridas: tudo acabara num murro.

Ao entrarem na casa, Carlos recebe uma carta, um bilhete – ao que Craft pergunta: “Aventura? Herança?” (QUEIRÓS, 2014, p. 271). Carlos murmura que se trata de um bilhete apenas, um doente. Mas o narrador nos dá a saber que sua remetente é Madame Castro Gomes pedindo ao médico que aparecesse no dia seguinte para ver uma pessoa da família que se encontrava doente. Mais tarde, durante o jantar, Craft encontra um Carlos flamejante, a quem supõe tenha ocorrido algo de muito bom. Carlos responde: “A gente, Craft, nunca sabe se o que lhe sucede é, em definitivo, bom ou mau” (QUEIRÓS, 2014, p. 272), ao que Craft, friamente, retruca: “Ordinariamente é mau” (*Idem*).

Não caberia, aqui, uma análise nos moldes propostos por Lukács, em “Narrar ou Descrever?”, para discutir a relação entre a funcionalidade da cena das corridas na obra e o momento político de seu autor. Se a corrida é fundamental para a reviravolta no enredo do romance de Tolstói, ou se é um quadro realista que atenta ao pormenor, no caso da obra de Zola, para *Os Maias* será algo distinto. Para além das premonições da ministra da Baviera e do Craft, o que muda os rumos do enredo não está, necessariamente, atrelado às corridas. Nem em seus acasos e pormenores, como quando Carlos descobre Maria Eduarda sozinha em Lisboa, por meio do Dâmaso. O que interfere diretamente no enredo é, efetivamente, o bilhete de Maria Eduarda. Mas então não haveria romance se o capítulo todo se resumisse a essa passagem.

Lá estão as corridas de cavalo, entretanto. E para quê? Para exemplificar o que Ega pragueja ao adentrar pela primeira vez o Ramalhete: o Portugal que tudo importa para julgar-se civilizado. Tudo ali é ridículo. O improvisado das arquibancadas, o véu de Dâmaso, os cavalos cruzando a meta, esbaforidos, as desordens, os murros e o sentimento profundo de que aquilo ali não é português. Aquilo não é a familiar tourada. Todos ali sabem disso, mas preferem seguir na encenação. E ela é necessária. É nessas corridas de cavalo que será possível aos novos membros da elite partilhar do mesmo espaço que a elite tradicional – e na presença de el-rei. Julgam, uns e outros, que, sendo as corridas coisa estrangeira, será território neutro, propício a esse novo arranjo que se

³³ Carruagem aberta de quatro rodas.

conforma. Ademais, reproduzir um hábito estrangeiro em território nacional, como bem demonstrara Ega, é um traço do caráter nacional comum a todos – aristocratas e burgueses. As corridas de cavalo, enfim, são a materialização dessa tentativa *Regeneradora* de acomodar os interesses de classe e que, é bom lembrar, acaba em murro.

2.9 Dâmaso Salcede

Imitation was reciprocal between noble and bourgeois, though the balance remained weighted in favor of the stately elite. [...] The magnates of capital and the professions never coalesced sufficiently to seriously contest the social, cultural, and ideological pre-eminence of the old ruling class, only in part because the nobility kept co-opting some of the wealthiest and most talented among them. [...] [T]he bourgeois [...] eagerly denied himself. His supreme ambition was not to besiege or overturn the seigniorial establishment but to break into it. (MAYER, 1981, p. 84)

Na manhã seguinte, conforme o bilhete, Carlos foi a pé de sua casa à rua de São Francisco. Lá o médico encontra, como escudeiro dos Castro Gomes, o Domingos, antigo criado do Ramalhete que se despedira por conta de uma birra patriótica com o cozinheiro francês. É o Domingos quem dá a saber o nome dela a Carlos Eduardo: Maria Eduarda. Para Carlos, a coincidência no nome não passa de um bom presságio. Domingos ainda informa que a doente é, justamente, a governanta inglesa, além de mandar os cumprimentos ao velho Afonso.

Ao voltar-se, Carlos vê Maria Eduarda diante de si. Verga os ombros, numa reverência aristocrática. A voz dela soa rica e lenta, num ouro que acaricia. Seus cabelos compõem dois tons de castanho e seu cruzar de mãos sobre os joelhos é bastante familiar a Carlos... Mas é preciso ver a governanta. Carlos diagnostica uma bronquite em miss Sarah, e recomenda repouso.

Quando voltam a se falar, discorrem sobre os encantos de Sintra. Carlos, que a julgava brasileira, descobre que Maria Eduarda é, de fato, portuguesa. E não tarda até que o Dâmaso seja um assunto também comum. Após discutirem os ares de Lisboa (de pobreza ou de simplicidade?) e lamentarem a ausência de um quintal com jardim, despedem-se, mas com o compromisso de se reverem ao dia seguinte.

Até aqui, para quem já sabe o que há de suceder mesmo sem nunca ter lido o romance, há elementos mais do que o necessário para que se perca o interesse pela leitura – afinal, está já evidente que Carlos e Maria são irmãos, que haverão de se apaixonar e que haverá incesto. No entanto, a leitura prossegue, pois é necessário que tudo isso ocorra, para que reste clara a necessidade de insistir no arranjo de classes proposto pela *Regeneração* – contrariado, justamente, pelo elo entre os irmãos. Mas essa é uma discussão a ser retomada adiante.

Por ora, Carlos, ao retornar ao Ramalhete, recebe das mãos de Batista uma carta da Gouvarinho exigindo sua presença na estação de trem. Uma maçada. À mesa do almoço, Afonso e Craft falavam justamente do Gouvarinho e de seus artigos. Carlos o toma como uma besta. Craft o reprime, lembrando que o conde tem verdadeira idolatria por Carlos. Não obstante o aborrecimento, Carlos vai à estação de Santa Apolônia com uma desculpa que ainda não se fixara na mente. Surpreende-se com o Dâmaso, carregado de luto, partindo para o enterro de um tio seu em Penafiel e está pronta a deixa. Quando se encontram com o conde e a condessa, Carlos lamenta não acompanhá-los, uma vez que viera apenas apertar a mão ao Dâmaso. De resto, nem seria necessária a desculpa, uma vez que o conde a acompanhava. O comboio partira, levando consigo a odiosa Gouvarinho e o impertinente Dâmaso, para júbilo de Carlos.

Durante semanas, todos os dias, Carlos passava sua hora com Maria Eduarda. Falavam de Paris, de Londres, da Itália. Discutiam os autores lidos, um bocado de política. Não tardou a falarem do Dâmaso. Para Maria Eduarda era um sujeito insuportável, petulante e com perguntas néscias. Vivia a falar de pessoas que ela não conhecia – sobretudo da condessa de Gouvarinho. Carlos se fez escarlate, obviamente por temer que Dâmaso houvesse dito algo a Maria Eduarda sobre o caso do médico com a condessa – o que, de certo, não ocorrera. O que chama a atenção, no entanto, é o que Dâmaso fala sobre a Gouvarinho: seus chás, sua frisa e “a preferência que a sra. Condessa de Gouvarinho tem por ele” (QUEIRÓS, 2014, p. 290). Há aqui, nessa curta

passagem, um traço típico da sociedade de corte a que Elias atribui suma importância. Trata-se da necessidade que os sujeitos têm de estarem próximos de alguém que lhes é superior (o rei, o príncipe, o conde, depende do contexto) e de gozarem desse prestígio (Cf. ELIAS, 2001, p. 109). Basta recordar o ritual matinal de troca de roupa do monarca na corte francesa – descrito por Elias. Todos, tal qual o Dâmaso, querem ter a preferência do rei. Nessa passagem do romance, entretanto, há ao menos dois problemas. O primeiro é que, não sendo o sr. Salcede propriamente um aristocrata, nada mais faz do que reproduzir um comportamento da elite a qual ele julga pertencer. O segundo, é que, na conversa entre Carlos e Maria, fica evidente que Dâmaso mentira sobre a posição social de seu tio Guimarães – que, na verdade, é um pobretão. Carlos, nesse momento, sente asco pelo Dâmaso. Seria possível deduzir que a natureza desse asco estivesse relacionada apenas à mentira do sr. Salcede, mas é necessário ir além e ponderar que, nesse caso, há outro valor de classe em jogo – a solidariedade que um aristocrata tem para com um seu protegido. Se Dâmaso tivesse em tão alta conta seu tio (como diz), jamais o deixaria ao desamparo. Elias descreve incontáveis situações em que um nobre socorre ao outro financeiramente. No romance, o maior exemplo disso está nos inúmeros empréstimos a fundo perdido que Carlos oferece a João da Ega. Dâmaso é, portanto, duplamente desprezível, pois não entende que, entre aristocratas, ser um preferido, o que garante prestígio e status (valores fundamentais numa sociedade dessa natureza), implica obrigações de natureza pecuniária – como a de socorrer um parente ou um amigo em apuros. Essa prática socorrista chega a comprometer as finanças do próprio Estado português, nesse período. Todavia, se esse compromisso social não é cumprido, de nada vale o prestígio angariado em sociedade.

Eis que, uma tarde, rompe o sr. Dâmaso pela sala de Maria Eduarda, que, por sua vez, está acompanhada de Carlos Eduardo. Dâmaso se surpreende, mas disfarça seu espanto. Sua aparência é mais caricata (mais gordo, mais nédio), pois rapara a barba que há meses vinha cultivando para imitar Carlos. A tensão entre eles aumenta, sobretudo quando Carlos ironiza as apreciações de Dâmaso quanto às corridas de cavalo (Cf. QUEIRÓS, 2014, p. 295). Para Dâmaso as corridas foram boas porque são como as de lá de fora. Mais uma vez (recorde-se a denúncia que Ega faz às importações de Portugal), o signo da imitação surge como parâmetro de valor. O que vale para uma classe (uma burguesia ascendente que busca imitar os hábitos das classes superiores, que, por sua vez, reproduzem as práticas das elites do estrangeiro), acaba se tornando

regra do comportamento nacional. Imitar, copiar e reproduzir seria um traço típico do comportamento das classes sociais que buscam se reinventar nesse momento da história portuguesa – em que a indefinição prevalece.

Carlos, cansado daquela encenação, levanta-se e decide sair, à espera de que Dâmaso faça o mesmo – o que não ocorre. Carlos desce as escadas furioso e corre ao Grêmio, a fim de espreitar quanto tempo o Dâmaso ainda ficaria ali. Na verdade, o sr. Salcede sai logo em seguida, salta para o cupê e segue seu caminho. Mais tarde, nessa mesma noite, Dâmaso aparece no Ramalhete e rompe pelo quarto de Carlos a tirar satisfações. Carlos limita-se a responder-lhe: “Pois então tu vais expor a uma senhora as tuas opiniões lúbricas sobre as lavradeiras de Penafiel!” (QUEIRÓS, 2014, p. 296). Aqui, Carlos deixa claro que a distância que o separa de Dâmaso tem que ver com um código de classe, cavalheiresco. Afinal, não é nada refinado pôr-se a falar de mulheres, como o faz Dâmaso, tecendo suas lascivas considerações, em frente a uma senhora – inda mais em casa dela. Dâmaso, obviamente, reage furioso. A saída de Carlos é serena: “Pois tu entras numa casa onde existe há quase um mês uma pessoa gravemente doente, e ficas assombrado, petrificado, ao encontrar lá o médico! Quem esperava tu ver lá? Um fotógrafo?” (QUEIRÓS, 2014, p. 297). A estupidez de Dâmaso, bem como a diferença no trato com a língua (típica entre as classes), não permitem que ele entreveja a ironia e as sutilezas de Carlos, com seu falar aristocrático. Adiante, o sr. Salcede prossegue com suas pequenas mentiras, afirmando que ficara ainda até mais tarde a falar e rir com Maria Eduarda. Dâmaso, por fim, pergunta a Carlos se ela, alguma vez, falara a Carlos de Dâmaso. A resposta do Maia é fatal: “Não. É uma pessoa de bom gosto; e sabendo que nos conhecemos, não se atreveria a dizer-me mal de ti.” (*Idem*). Bom gosto aqui, num primeiro momento, não quer dizer que Maria julgue Dâmaso inadequado a seu gosto, mas sim que não seria educado da parte dela falar de um terceiro na ausência dele. Pior ainda, seria falar mal dele. Aqui, Carlos, ciente da prática imitativa de Dâmaso, previne-o de que qualquer tentativa de sujar a imagem de Carlos diante de Maria Eduarda não seria um comportamento, digamos, aristocrático. Claro está, entretanto, que na frase vai muita ambiguidade e ironia. É perfeitamente possível que Dâmaso a entendesse como uma ofensa, ou seja, uma pessoa de bom gosto não mencionaria o nome dele, nem perderia o tempo dela falando mal dele. Se não disse mal, previne Dâmaso, podia ter dito bem. Mas Carlos prossegue dizendo que uma pessoa de bom senso como ela não se atreveria a tanto... Em seguida, abraça Dâmaso,

perguntando pelas coisas da viagem – ao que ele reage friamente. Depois, vão ao bilhar para uma partida de reconciliação e Dâmaso, cedendo à influência que sobre ele exercia o Ramalhete, volta às intimidades com Carlos.

2.10 O Salão dos Gouvarinhos

Just as France's château society was far from a lifeless fossil, so the kindred salon culture of Paris also retained a certain vitality. With few exceptions the salons were aristocratic rather than bourgeois, especially once the bourgeoisie looked to *tout Paris* to certify and enhance its social position. In wealth and education the aristocrat and the bourgeois were on the same level, but the former set the terms for their encounter. The aristocrat made the bodily, facial, and verbal gestures which the bourgeois not only strained to imitate but, above all, scrutinized for clues to his own uncertain standing. (MAYER, 1981, p. 106)

The salon culture of Paris was in the nature of a substitute court for a swarm of aristocrats without a king and without an aristocracy. (MAYER, 1981, p. 107)

Ega, de volta a Lisboa, e a princípio incógnito, há de acompanhar Carlos no jantar dos Gouvarinhos. Para a surpresa de Carlos, Ega, há muito fora de Lisboa, numa breve passagem pelo sofá do Grêmio, já sabia pelo Dâmaso da brasileira com quem Carlos passava agora as tardes. Ademais, uma vez na casa dos Gouvarinhos, Carlos se espanta ao perceber que mesmo a condessa, que também passara uma temporada fora de Lisboa, já soubesse da brasileira. Tinha ódio ao Dâmaso e temor à opinião da sociedade lisbonense, que o conde tanto exaltava, como garantidora dos bons costumes: “E era esta a vantagem de Lisboa, [...], o conhecerem-se todos de reputação, o poder-se ter assim uma apreciação mais justa dos caracteres. Em Paris, por exemplo, era impossível; por isso havia tanta imoralidade, tanta relaxação...” (QUEIRÓS, 2014, p. 305). A passagem expõe o conde ao ridículo, inda mais que o mesmo Gouvarinho há de ser

traído em sua própria casa, como se verá, nesta mesma noite. A importância da boa sociedade e de sua opinião, no entanto, não de ser retomadas logo adiante. Por ora, o que interessa é observar os tipos que compõem esse outro salão presente no romance.

O primeiro embate, à mesa do jantar, se dá entre o conde e Ega, por conta de questões quanto às colônias portuguesas. Para o conde, “não há hoje colônias nem mais suscetíveis de riqueza, nem mais crentes no progresso, nem mais liberais que as nossas!” (QUEIRÓS, 2014, p. 307). Ega é contra todas essas explorações de África, mas é a favor da escravatura. O conde observa que Ega quer fazer paradoxos. De fato, são ambos, o conde e Ega, paradoxais em suas proposituras: aquele por aliar exploração colonial ao progresso e ao liberalismo; este por ser contra a exploração de África, mas não do preto. Na discussão há muito mais cinismo que paradoxo. O fato é que a exploração colonial é fruto direto da crença no progresso e no liberalismo – sobretudo da metrópole. Da mesma forma, imoral é explorar o preto em sua terra, mas cá, em Portugal, que mal há? A sociedade portuguesa depende do escravo para o seu conforto e bem estar.

Esse capítulo, dedicado ao jantar dos Gouvarinhos, serve, na estrutura do romance, como contraponto ao que se sucede no salão de Afonso da Maia. Embora o conde seja par do reino e tenha um dos salões mais concorridos de Lisboa, seus frequentadores estão significativamente aquém daqueles que costumam jantar ao Ramalhete (o próprio conde deixa transparecer que a presença de Carlos da Maia é o que há de mais interessante em seu salão). A diferença está, sobretudo, no modo com que os respectivos anfitriões conduzem o debate de ideias. O conde de Gouvarinho nada mais é do que o representante de uma elite aristocrática tradicional, e não na melhor acepção da palavra. Ele crê no Portugal colonizador, no país católico, na educação jesuítica, na rígida moral e numa política que, em sua *Regeneração*, preserva essa elite na arena de seu esporte dileto – no parlamento a discursar (contra a ginástica nas escolas, por exemplo). Afonso, também ele membro de uma elite aristocrática tradicional, crê, ao contrário do conde, no Portugal útil, que produz médicos para os doentes e legumes para os que têm fome; é avesso a credices e a beatas carolas; prefere um Portugal que eduque sem o latim do padre e com muita ginástica para os músculos; por fim, não aprova a nova política, uma vez que sua novidade limita-se à forma, e não às práticas.

Posto isso, o jantar prossegue e Carlos convence a condessa de que Dâmaso não passa dum tagarela, pois que suas visitas à casa da brasileira, que, na verdade, é portuguesa, são visitas de médico. Ega segue a falar com o conde, desta vez sobre mulheres, e concordam que a mulher deve passar seu tempo junto ao berço, não à biblioteca, limitando-se a duas prendas: cozinhar bem e amar bem. Ironicamente, rompe a condessa pelo salão pedindo a Carlos que venha ver o pequeno Charlie, que não estava tão bem. Ao conduzi-lo pelo gabinete, a condessa atira-se ao pescoço de Carlos num beijo sôfrego. Findo o beijo, ela propõe que se encontrem no dia seguinte em casa de titi. Visitam Charlie, que apenas dorme tranquilamente, e retornam ao salão, onde está o conde de Steinbroken ao piano, com suas melodias da Finlândia, e o Teles da Gama a tocar fados.

Em termos comparativos, o salão dos Gouvarinhos é tão tacanho quanto o de Afonso da Maia – diante, ambos, de um típico salão francês. Tanto um quanto o outro, entretanto, dizem muito sobre a tradicional elite aristocrática portuguesa: se Afonso é o empertigado avesso à *Regeneração*, o conde, por sua vez, de origens semelhantes às de Afonso, será o aristocrata que se conformou aos novos tempos, casando-se com uma burguesa e fazendo dela condessa. Afonso, retirado por 25 anos em Santa Olávia, nada quis da nova política, senão distância. O conde, como se sabe, será feito par do reino... Ainda assim, a grande revelação do jantar oferecido pelos Gouvarinhos não será nem a audácia da condessa, nem a estupidez do conde, senão uma das grandes causas ausentes desse estado de coisas: o Império português em África.

Embora já sugerido na pessoa de Manuel Monforte (por ter ele enriquecido como mercador de escravos, e, justamente por isso, ter sido repellido por Afonso da Maia), no jantar dos Gouvarinhos o tema das colônias é discutido abertamente entre o conde e o Ega. Diz-se causa ausente porque é o Império em África o que sustenta, ainda que debilmente, o regime assentado na *Regeneração* – e, no entanto, não é a África o que está em discussão no romance, mas a própria existência da alta sociedade portuguesa. O fato é tão evidente que, após o *Ultimatum*, em 1890, quando se põe um fim às ambições portuguesas em África, restará pouco tempo de vida à monarquia – que será suplantada por uma república, logo em 1910.

O fato é que, em Portugal, a elite sustentada pela exploração em África é incapaz de dimensionar seu papel nesse sistema mundial imperialista que toma corpo após as

unificações italiana e alemã, em 1870. Sua ideia de grandeza está presa, ainda, aos dividendos oriundos da época das grandes navegações, quando se vendeu muito açúcar e se lucrou muito com o tráfico de escravos – sem contar a descoberta do ouro no Brasil. Os tempos já não são mais os mesmos – o tráfico está proibido e as terras africanas não são tão lucrativas quanto era de se esperar. Além do reduzido papel português no contexto imperialista, por conta de sua pouca expressão militar, a manutenção das colônias chegava mesmo a ser onerosa aos cofres públicos. A apregoada riqueza, a crença no progresso e no liberalismo que o conde vislumbra existir nas colônias africanas são, de fato, características de outra colônia que, justamente por ser rica, progressista (à maneira positivista de sua elite) e liberal (ainda que escravocrata), já deixou de ser colônia em 1822 (ou em 1825, como preferem os portugueses). Afinal, se Portugal é pobre, atrasado e depende de um arranjo (a *Regeneração*) para garantir seu regime liberal, qual colônia, com todas as qualidades apregoadas pelo conde, se curvaria à metrópole?

Mesmo Ega, um dos grandes da terra, como dá a entender o narrador, defende a exploração do habitante da terra (ainda que não a própria terra desse habitante), como se não houvesse qualquer anomalia no raciocínio. Num contexto em que tanto terra quanto trabalho são mercadorias, o cálculo é o mesmo – e o discurso do esclarecido João da Ega em nada difere, nesse sentido, daquele proferido pelo obtuso conde de Gouvarinho.

Para se ter uma noção exata das relações entre a elite e a política, retratadas no romance, é preciso mencionar, por último, que durante todo esse tempo houve um Sousa Neto, que interpelava a Carlos e a Ega com perguntas estúpidas. Quis saber de Carlos, por exemplo, se em Inglaterra havia também literatura... Tratava-se, esse Sousa Neto, conforme lembra Ega, do oficial superior da Instrução Pública (algo como o Ministro da Educação nos dias de hoje). Se ainda restava alguma dúvida sobre a grandeza dos frequentadores do salão dos Gouvarinhos, aí está esse senhor a comprová-lo.

2.11 A Toca

Sem campo não há sociedade. (QUEIRÓS, 2014, p. 342)

Ao dia seguinte, Carlos se encontra com a condessa em casa de titi e acaba por se atrasar demasiado para a sua costumeira visita à rua de São Francisco. Maria Eduarda reclama de sua ausência. Como ele demorasse, Maria vai ao passeio da Estrela, muito frequentado pela aristocracia lisboeta, com Rosa, mas retorna a tempo de esperar por Carlos, que chega logo em seguida. Após algumas brincadeiras com Rosa, o que sucede a Carlos e Maria, quando estão a sós, é um silêncio difícil. Quando ambos voltam a falar, discutindo um bordado sem fim, em alusão ao sentimento que nutrem um pelo outro, o Domingos anuncia o sr. Dâmaso. Maria, impaciente, manda dizer que não recebe. Volta-se para Carlos e revela sua intenção de alugar um *cottage*, para evitar tais importunos. Carlos pensa na casa do Craft, nos Olivais e faz a sugestão a Maria. Carlos, entretanto, teme que ela vá para os Olivais no verão e que não tornem a se ver, ao que ela responde: “Mas que lhe custa, a si, que tem cavalos, que tem carruagens, que não tem quase nada que fazer?...” (QUEIRÓS, 2014, p. 319). É dizer: tu, que és um aristocrata ocioso, endinheirado, que te custa continuar nos Olivais as visitas de Lisboa?

De fato, no correr da conversa, Carlos revela seus sentimentos, bem como Maria Eduarda, que ainda tenciona fazer-lhe uma revelação. Carlos a interrompe, sugere que fujam... Terminam com um beijo.

Ao dia seguinte, Carlos vai ter com Craft e propõe a compra de seu bricabraque e o aluguel da casa dos Olivais para lá guardar tudo isso. “Carlos nem por um momento pensou na larga despesa que fazia, só para oferecer uma residência de verão, por dois curtos meses, a quem se contentaria com um simples *cottage*, entre árvores de quintal.” (QUEIRÓS, 2014, p. 323). Ademais, Carlos acha tudo mesquinho e tenciona fazer obras – a fim de que tenham uma casa à sua altura, é sempre bom lembrar. Maria Eduarda, ao saber da compra, se mostra contrariada, uma vez que pensara em ela mesma arcar com os custos do aluguel. Carlos a convence de que não há qualquer problema no fato, que, afinal, ele compraria essa casa no campo de uma forma ou de outra.

De volta ao Ramalhete, não sem antes hesitar, Carlos conta a Ega todo o caso com Maria Eduarda. Fala-lhe do plano de fuga e de sua preocupação com o marido e com o avô.

Em meio a edificação desse idílio, Ega revela a Carlos que o Dâmaso anda espalhando pelo Grêmio e pela Casa Havanesa que Maria Eduarda preferira Carlos a ele, Dâmaso, por questões de dinheiro. Carlos deseja esmagar o tagarela, mas precisa, ainda, acertar os últimos detalhes nos Olivais. Pelo caminho, Carlos encontra Alencar, que também questiona sobre algum atrito entre ele e Dâmaso, uma vez que o sr. Salcede fizera insinuações sobre Carlos em casa dos Cohen. Por uma feliz coincidência romanesca, do outro lado da rua, nesse mesmo exato momento, estão a conversar o Gouvarinho, o Cohen e o Dâmaso. Carlos então atravessa a rua e dispara: “Ouve lá. Se continuas a falar de mim e de pessoas das minhas relações do modo como tens falado, e que não me convém, arranco-te as orelhas” (QUEIRÓS, 2014, p. 332). Apesar da ameaça não passar de um aviso juvenil, Dâmaso se põe lívido.

Mais tarde, depois do jantar, o sr. Teles da Gama vai ter com Carlos: “Eu venho aqui perguntar-lhe, da parte do Dâmaso, se você hoje, naquilo que lhe disse, tinha intenção de o ofender” (QUEIRÓS, 2014, p. 333). Carlos, jocosos, responde que de modo algum queria ofender, queria apenas arrancar suas orelhas mesmo. Teles da Gama parte satisfeito com a resposta. Embora a cena tenha o seu chiste, tanto pela inofensiva ameaça, quanto pelo entendimento que dela faz o sr. Salcede, o que se percebe aqui é a deliberada intenção de o narrador ridicularizar o embate de valores que se estabelece entre aristocratas e burgueses. O que seria mais vil e humilhante: uma ofensa moral (ameaçar alguém na frente de seus conhecidos); ou uma agressão física (arrancar as orelhas)? Dâmaso, no seu afã de parecer chique, dá a entender a Carlos que uma agressão não seria nada perto de uma ofensa. Mais vale uma moral intacta que um par de orelhas a menos. De qualquer modo, Carlos não dá maior importância ao contratempo e, ao dia seguinte, leva Maria Eduarda a conhecer os Olivais, na casa de campo que agora chamam A Toca.

As imagens que adornam o local remetem a amores funestos (Vênus e Marte; Romeu e Julieta, a paixão de Lucrecia, São João Batista degolado, etc.), vastamente analisadas pela crítica. Mas o que importa destacar é a necessidade que ambos têm, sobretudo por dever de classe, de levarem seus amores, ao menos durante o verão, para o campo, para o natural refúgio da aristocracia. É certo que há, nesse artifício, uma necessidade de fugir à condenação que a sociedade lisboeta haveria de impor sobre esses amores adúlteros (a tagarelice do despeitado Dâmaso aí está como um prenúncio dessa ameaça). Como a reprovação só sobrevém se o caso vier a público, tanto melhor

que estejam afastados do olhar comprometedor da sociedade. De qualquer forma, a boa sociedade, a ser discutida adiante, é fruto dessa necessidade de distinção aristocrática. E, para o caso, estarem refugiados na Toca resolve, por ora, ambos os problemas. Não é por acaso que d. Diogo, no jantar oferecido no Ramallete pela ocasião dos anos de Afonso, dirá que “[s]em campo não há sociedade” (QUEIRÓS, 2014, p. 342).

E será justamente durante esse jantar que uma senhora, escondida numa carruagem, manda chamar Carlos para lhe falar. Era um cocheiro de praça e Carlos, indignado, logo reconhece a Gouvarinho. Para tamanha humilhação, o que se espera, de fato, é o rompimento. O que interessa, no entanto, são os motivos para esse rompimento. Para Carlos, o caso já não convém, pois sua razão de ser está toda em Maria Eduarda. No entanto, não a menciona um instante sequer. Suas razões para a condessa são outras. Trata-se de uma ligação que deve acabar antes que venha a público e se torne um escândalo; ou, pior, que fique muito tempo em segredo e venha a cair numa união quase conjugal, sem requinte. Pois “havia por acaso nada mais horroroso, para quem tem orgulho e delicadeza de alma, do que uns amores que todo o público conhece, até os cocheiros de praça?” (QUEIRÓS, 2014, p. 346). A separação é necessária para que o caso tenha o seu chique. Nada mais aristocrático. Ter amantes é um hábito aristocrático pelas razões outrora já elencadas. Carlos, naturalmente, segue esse código e sente-se vexado de ter que dar explicações à condessa. O fato é que a condessa é nobre em decorrência do casamento com o conde de Gouvarinho. Sua origem é burguesa, como burguês é seu ideal de ser amante de Carlos para todo o sempre e com ele fugir para longe. Não será com ela, entretanto, que ele há de vislumbrar algo parecido. Será com Maria Eduarda, a quem ele julga uma rica burguesa e que, como se saberá, é tão aristocrata quanto ele. Tão da Maia quanto Pedro. Quando o rompimento se torna inevitável, a condessa, num acesso de raiva dispara: “Vai para a outra, para a brasileira! Eu conheço-a, é uma aventureira que tem o marido arruinado e precisa quem lhe pague as modistas!...” (QUEIRÓS, 2014, p. 348). O embate não é contra a mais jovem, a mais bela, a mais inteligente... É entre a condessa e a brasileira; a condessa e a aventureira; a condessa e a arruinada... Sob os olhos da condessa, parece ambíguo que Carlos, tão preso às etiquetas de sua classe, não perceba o erro que está cometendo. A ironia de tudo, é que não está cometendo erro algum nesse quesito. Mas ainda ignora o porquê.

2.12 Castro Gomes

Tu não conheces este meu amigo? Pois foi muito de teu pai, fizemos muita troça juntos... Não era nenhum personagem, era apenas um alquilador de cavalos... Mas tu sabes, cá em Portugal, sobretudo nesses tempos, havia muita bonomia, o fidalgo dava-se com o arrieiro... Mas que diabo, tu deves conhecê-lo! É o tio do Dâmaso!

Carlos não se recordava.

– O Guimarães, o que está em Paris! (QUEIRÓS, 2014, p. 351)

O verão chegou. Afonso da Maia partira para Santa Olávia, Ega para Sintra (para onde foram os Cohen), enquanto Maria instala-se nos Olivais, onde Carlos há de passar os dias em sua companhia. Antes, porém, entristecido com o Ramalhete vazio, Carlos sai a passeio, chega ao Price e encontra Alencar, que tenciona apresentá-lo ao Guimarães, tio do Dâmaso. Notória, na epígrafe, a menção que o poeta faz a um tempo que antecede a *Regeneração* – quando o fidalgo dava-se com o arrieiro. Nesse tempo, em que viviam Pedro da Maia e Maria Monforte, ainda a aristocracia acreditava-se fora de perigo e confiava que era possível manter relações com a arraia miúda. Afinal, ao menos em Portugal, os estamentos pareciam inamovíveis e ninguém poderia vislumbrar qualquer sombra de ameaça – assim como Carlos, que jamais sonharia com o que está para acontecer... De qualquer forma, Carlos rejeita a gentileza de Alencar, mas aceita que o sr. Guimarães e ele sejam apresentados numa ocasião mais íntima. De certo, como se sabe, isso nunca acontecerá – e por uma simples razão: se Carlos e Guimarães se conhecessem, não haveria romance.

Antes, porém, Carlos segue divagando sobre uma fuga para a Itália com Maria e com o espinho que representava o avô, para quem, naquela ralação, “haveria apenas um homem que leva a mulher de outro, leva a filha de outro, dispersa uma família, apaga um lar, e se atola para sempre na concubinação” (QUEIRÓS, 2014, p. 352). Parece que se está a falar de Maria Monforte e de seu amante italiano, Tancredo. Não só, mas também. O que o avô vislumbraria no amor de Carlos nada mais seria do que a tragédia

imposta por Tancredo a Pedro, que se matara. E isso não deveria se repetir... Mas Carlos segue, de ora em diante, todas as manhãs a percorrer o caminho dos Olivais. Mais tarde, ajeita-se numa casinha ao pé da Toca e sequer torna ao Ramalhete.

Ali, no seu refúgio, recebe as cartas do Ega e fica sabendo que por Sintra está o Dâmaso a andar com os Cohen. Carlos responde ao amigo que, se com efeito “ela [Raquel] desceu de ti até ao Dâmaso, tens só a fazer como se fosse um charuto que te caísse à lama” (QUEIRÓS, 2014, p. 359). Nesse pequeno raciocínio, revela-se um cadinho da moral de Carlos que há de ajudar a compreender algumas de suas reações mais adiante. Para ele, a relação entre amantes deve ser entre iguais, como Ega e Raquel, o próprio Carlos e Maria Eduarda. Dâmaso, o burguês que jamais partilhará das origens de um Maia ou de Ega, não serve nem para amante de Raquel, que se não é fidalga, é ao menos parte da burguesia que vale algo para uma nobreza endividada – o Cohen é banqueiro. Essa intrincada lógica, em que não só a casa deve estar à altura do nome de quem ela representa, mas tudo que o cerca (mesmo as amantes), só não conta que Carlos e Maria sejam tão iguais assim. Duas páginas adiante, essa seletiva moral aristocrática é apresentada em negativo, quando Carlos surpreende miss Sarah com um homem, na escuridão do mato, a soluçar um pouco de prazer, e acha tudo aquilo brutal, um grande horror... Carlos chega a esboçar uma comparação entre ele e o jornaleiro de miss Sarah, ambos escondidos pela noite a encontrar suas respectivas amantes, mas considera que “Decerto era bem diferente! Toda a imensurável diferença que vai do divino ao bestial...” (QUEIRÓS, 2014, p. 360). Seu amor é requintado; o da governanta é rude... Mas, por fim, não conta nada a Maria e chega a pensar que miss Sarah “devia ter um seiozinho bem alvo e bem redondinho!” (QUEIRÓS, 2014, p. 361).

Num belo dia, Maria Eduarda revela a intenção de visitar o Ramalhete, antes que Carlos vá para Santa Olávia, passar uns dias com o avô. Carlos cede. Maria há de se encantar com o escritório de Afonso, embora confesse certo medo do avô de Carlos. Assim, também o jardim burguês do Ramalhete que, com sua cascatazinha, agrada bastante a Maria. Tem pena de que Carlos vá deixar todo esse requinte e conforto para fugir com ela... Deparam-se com o retrato de Pedro da Maia. Maria Eduarda, examinando a figura, considera que Carlos não se parece nada com o pai e arremata: “Sabes tu com quem te pareces às vezes?... É extraordinário, mas é verdade. Pareces-te com minha mãe!” (QUEIRÓS, 2014, p. 367). Essa semelhança soa natural a Carlos e até o lisonjeia – afinal, pela sua lógica amorosa, quanto mais parecidos, tão mais nobre

o sentimento que os une. Maria, pela primeira vez, fala de sua mãe a Carlos, ainda que esteja a falar de uma versão de sua mãe, que se casara com um austríaco. Carlos supõe que Maria seja austríaca, como o pai. Ela, no entanto, revela que nunca conhecera o pai e que sempre falara português – era portuguesa então. Tivera uma irmã que morrera muito cedo... Ega os interrompe, chegando de Sintra, e acaba por conhecer Maria Eduarda.

Carlos, dali a uma semana, retorna de Santa Olávia e revela a Ega seu plano de, aos poucos, ir colocando o avô a par de seu relacionamento com Maria, a quem, segundo ele, se prendia por questões de honra. Era um truque que parecia-lhe bom, apelar para a honra. Ega aprova o truque e Batista os interrompe com um bilhete numa salva... Era Castro Gomes, que desejava falar-lhe. Carlos manda-o entrar para o salão grande e acaba envergando uma sobrecasaca para recebê-lo, conforme exigia a ocasião.

Castro Gomes, com um sotaque brasileiro, numa tentativa de demonstrar alguma identidade de classe, observa a Carlos que, assim como ele, também tem seu Constable pendurado à parede. Era necessário tê-lo. Carlos supõe, pela serenidade, que o sr. Gomes não saiba de nada. Entretanto, o homem apresenta-lhe uma carta anônima em que se revela a ligação entre Carlos e Maria Eduarda. Carlos, serenamente, coloca-se às ordens de Castro Gomes, como rege a etiqueta de se bater pela honra, que ele tão bem conhece. Castro Gomes, no entanto, adverte-o: “Perdão... O sr. Carlos da Maia sabe, tão bem quanto eu, que, se isto tivesse de ter uma solução violenta, eu não viria aqui pessoalmente, a sua casa, ler-lhe este papel... A coisa é inteiramente outra” (QUEIRÓS, 2014, p. 374). O sr. de Castro Gomes acaba por dizer a Carlos que Maria Eduarda não era sua esposa, senão uma mulher que ele pagava. Emprestara a ela seu nome e uma excelente posição social, mas agora retirava solenemente tudo o que emprestara e ficava sendo ela apenas madame Mac-Gren. Não haveria, portanto, questões de honra que se acertassem entre eles.

Carlos, humilhado e só, lamenta profundamente tudo aquilo. Era de se supor que estivesse feliz por saber que sua amante era, na verdade, uma mulher livre para ele. A lógica aqui, no entanto, é outra. Para ele, sua alma estivera unida a outra alma nobre e perfeita, como ele. No entanto, aquela mulher era uma desconhecida, que não pertencia à sociedade, e que se chamava simplesmente Mac-Gren. Aquela mulher, que ele julgara casta e pura, era, na verdade, uma que qualquer um com mil francos no bolso poderia

ter pelas ruas de Paris. Carlos atribui sua ingenuidade a um pendor pela paixão romântica. Fosse mais atento, teria reparado no silêncio dela sobre Paris, nas suas joias (agora) brutais, no livro da *Explicação de sonhos*, na sua familiaridade com a criada, Melanie. Todos os signos da elegância e da pureza de Maria são, agora, os signos de sua torpeza. Ega aparece e Carlos conta todo o caso.

Ega, considerando tudo já como um homem de seu tempo e de seu mundo (ou seja, como se fosse um burguês), não vê motivos para cólera, nem dor. Ao contrário, o fato de ela ter-se deitado por dinheiro amenizava as coisas. Carlos já não tinha motivos para remorso, por ter acabado com uma família, já não tinha motivos para se exilar... Tudo eram vantagens... Ega é irônico e sagaz: “Carlos até aí tivera uma bela amante com inconvenientes, e agora tinha sem inconvenientes uma bela amante...” (QUEIRÓS, 2014, p. 378). Ega e Carlos recordam a passagem em que o primeiro, ao ser enxotado pelo Cohen, lamentara: “Caiu-me a alma a uma latrina, preciso um banho por dentro!” (QUEIRÓS, 2014, p. 379). Carlos também precisa de um banho moral, e Ega adverte-o de que era preciso, em Lisboa, pela sua frequência, um estabelecimento que oferecesse banhos morais.

Com efeito, como tem sido o esforço deste trabalho demonstrar, há aqui um embate entre duas morais distintas – uma aristocrática, outra burguesa; uma alicerçada na honra, outra no senso prático.

Carlos bate para os Olivais e, já nas proximidades da Toca, encontra Melanie, que saíra atrás de uma carruagem a fim de ir a Lisboa, para o Ramalhete, atrás dele. Entre eles há uma conversa sobre o caso todo, e Melanie acaba desfazendo uma série de mal-entendidos. Carlos, por fim, entra e ouve toda a história de Maria. Ele a acusa: “mentiste em tudo! Tudo era falso, falso o teu casamento, falso o teu nome, falsa a tua vida toda... Nunca mais te poderia acreditar...” (QUEIRÓS, 2014, p. 388). Maria, magnífica, questiona as razões do amor de Carlos:

E eu? Por que hei de eu acreditar nessa grande paixão que me juravas? O que é que tu amavas então em mim? Dize lá! Era a mulher de outro, o nome, o requinte do adultério, as toaletes? Ou era eu própria, o meu corpo, a minha alma e o meu amor por ti?... Eu sou a mesma, olha bem para mim!... Estes braços são os mesmos, este peito

é o mesmo... Só uma coisa é diferente: a minha paixão! Essa é maior, desgraçadamente, infinitamente maior. (QUEIRÓS, 2014, p. 389)

Carlos rende-se e pede a Maria que se case com ele.

Nesse embate entre a moral aristocrática de Carlos e a moral burguesa de Maria (e, em grande medida, de Ega também), prevalece o sentido pragmático das coisas. Tanto Ega quanto Maria revelam para Carlos o sentido dos valores que conformam essa outra forma de amar: não o nome, a posição, o chique do adultério (como manda a etiqueta aristocrática); mas o corpo, as ideias em comum e o próprio sentimento amoroso que os envolve (conforme o ideal romântico burguês).

Antes Carlos Eduardo não houvesse ousado render-se... Mas então, mais uma vez, não haveria romance.

2.13 A Boa Sociedade

A opinião social tem, [...], uma importância e função bem diferentes das que desempenham numa sociedade burguesa mais ampla. Ela funda a existência. [...] a ‘honra’ expressava a participação em uma sociedade nobre. [...] ‘Perder a honra’ significava perder a condição de membro da ‘boa sociedade’. [...] era comum um nobre trocar sua vida pela ‘honra’, preferir morrer a deixar de pertencer à sua sociedade [...]. Sem essa distinção sua vida não tinha sentido. (ELIAS, 2001, p. 112)

No dia seguinte à reconciliação entre Carlos e Maria, há entre eles um acerto de contas. Maria resolve contar toda sua vida a ele, a fim de que qualquer mal entendido, como o que acabara de se passar entre eles, não voltasse a ocorrer. Não será necessário, entretanto, retomar todo o relato de Maria, uma vez que a história de sua infância nada mais é do que uma versão conveniente que sua mãe criara para apagar os rastros do passado. As recordações da própria Maria Eduarda datam de Paris, quando foi internada

num convento por anos. De lá será retirada para morar com a mãe, numa casa de jogo e, depois, em outro canto de Paris. É quando conhece Mac-Gren, um irlandês que visitava a casa de mamã.

Numa certa manhã, a mãe de Maria parte para Baden, deixando a filha sozinha em Paris. Mac-Gren aparece e Maria parte com ele, como sua esposa, para Fontainebleau. A mãe, mais tarde, retorna. Depois nasce Rosa, mas a união entre Maria e Mac-Gren ainda não está legitimada.

Quando estoura a guerra com a Prússia, Mac-Gren se alista num batalhão de voluntários. Será seu fim. Será o fim de Napoleão III e o início da Terceira República francesa (que duraria até 1940). Para a mamã, como ela mesma passa a repetir, “é o fim de tudo, é o fim de tudo!” (QUEIRÓS, 2014, p. 397). Para quem sonhara com uma *Regeneração* que haveria de abrir as portas da nobreza para a burguesia ascendente, a República é, de fato, o fim da França, o fim de tudo. Partem para Londres e vivem em dificuldades até o retorno a Paris, em plena Comuna. Em meio às privações e à fome, conhece Castro Gomes e o restante é o que Carlos já soube na conversa que teve com esse senhor no dia anterior. Para Carlos, todavia, definitiva será esta confissão de Maria:

– Há só uma coisa mais que te quero dizer. E é a santa verdade, juro-te pela alma de Rosa! É que nestas duas relações que tive, o meu coração conservou-se adormecido... Dormiu sempre, sempre, sem sentir nada, sem desejar nada, até que te vi... E ainda te quero dizer outra coisa... [...]

– Além de ter o coração adormecido, o meu corpo permaneceu sempre frio, frio como um mármore... (QUEIRÓS, 2014, p. 399-400).

Se essa confissão desarma Carlos, numa emoção quase virginal, apresentando ao leitor uma solução aparentemente feliz para o desafortunado casal, seu sentido, como de resto tudo o que conforma a narrativa, acabará totalmente transformado quando da revelação do incesto. De forma direta, é como se Maria Eduarda não houvesse, em vida,

amado nem espiritualmente, nem sexualmente, ninguém, a não ser o próprio irmão. Mas esse é um assunto para mais adiante.

Dali a dias, Carlos encontrará Ega e fará o relato de um novo plano para acalmar os ânimos do avô. Preocupado com a reação do velho Afonso, Carlos tenciona não revelar nada, casar-se em segredo e, só então, apresentar-lhe Maria Mac-Gren, que conhecera em Itália, e, também, Rosa, que certamente haveria de amolecer o coração do velho. O raciocínio não parecia perfeito a Ega, pois o velho veria em Rosa uma queda no passado de Maria – não seria, portanto, o melhor casamento segundo as regras do mundo. Carlos, mais preocupado com os interesses do coração, insiste e, caso Afonso não aceite o arranjo, que vivam cada um para seu lado, fazendo “prevalecer a superioridade de duas coisas excelentes: o avô as tradições do sangue, eu [Carlos] os direitos do coração.” (QUEIRÓS, 2014, p. 401). Observe-se que Carlos não exclui as tradições do sangue dentre as suas possibilidades de valor. Apenas equipara a elas os direitos do coração. Conforme assinalado anteriormente, o herói transita entre o aristocrático e o burguês sem, contudo, estabelecer entre eles qualquer hierarquia – ao menos não neste momento.

Ega ainda é da opinião que Carlos espere que o avô, de quase oitenta anos, morra; que não se case; e que espere. Carlos cede. Já na Toca, ambos planejam uma volta ao trabalho, editando uma revista que remoçasse a literatura e a política portuguesa. Maria aprova essas ideias de trabalho até que Domingos serve um ananás e Carlos exclama:

Delicioso, não é verdade? Ora digam-me se tudo o que eu pudesse fazer pela civilização valeria este prato de ananás! É para estas coisas que eu vivo! Eu não nasci para fazer civilização...

– Nasceste – acudiu o Ega – para colher as flores dessa planta da civilização, que a multidão rega com o seu suor! No fundo também eu, menino! (QUEIRÓS, 2014, p. 405).

Incorrigíveis, Carlos e Ega bem podem transitar entre o aristocrata e o burguês, mas jamais deixarão de ser elite. Nenhum de seus projetos chega a termo. Mesmo o plano de se casar, nessa altura, já está remoto e disperso no pensamento de Carlos.

A Toca, então, torna-se um novo espaço de convívio para os rapazes mais próximos de Carlos, que passam serões agradáveis ali. Maria, embora feliz entre seus novos amigos, deseja que Ega e Carlos retomem, de fato, seus planos de trabalho. Carlos, para agradá-la, retoma alguns artigos sobre medicina que esboçara.

Com a aproximação do inverno, Afonso planeja sua partida de Santa Olávia para o Ramallete. Carlos e Maria também tencionam abandonar os Olivais. Talvez voltem para a rua de São Francisco, no andar alugado pelo Cruges, que ficara de mandar uma resposta. Mas o correio traz uma carta de Ega, acompanhada de um jornal, a *Corneta do Diabo*, em que um pedaço de prosa põe a nu as relações entre Maria e Carlos. Em suma, o artigo ri-se do fato de o Maia ter sido iludido, por acreditar que se abiscoitava com uma mulher casada e titular, mas que, afinal, não passa de uma cocote. Não se condena aqui, que fique bem claro, o suposto adultério, ou a relação irregular entre ambos – senão a qualidade inferior da amante, para tão garboso exemplar da elite portuguesa. Não é, portanto, a moral que está em jogo, mas a opinião pública lisboeta para a manutenção da boa sociedade.

Ega, diligentemente, comprara toda a tiragem, com exceção de dois números: o que fora para a Toca e outro, para o Paço. Carlos, enfurecido, reconhece que não há ali calúnia ou mentira. Ele perdoara e esquecera, mas o mundo em redor sabia – ainda que não lessem a *Corneta*. Carlos, nesse momento, questiona a si mesmo se acaso a “honra doméstica, a honra social, a pureza dos homens de quem descendia, a dignidade dos homens que dele descendessem, lhe permitiam em verdade casar com ela...” (QUEIRÓS, 2014, p. 214). Embora defendesse os direitos do coração, estava preso às regras do sangue. O privilégio de classe cobrava seu preço. A honra e o sangue impõem um rígido código de conduta que acabará por expor as próprias contradições desse comportamento social, nesse processo de acomodação entre as classes. Acaso Maria Monforte teria fugido com o napolitano se Afonso a recebesse de braços abertos em sua casa, oferecendo a ela o que mais desejava – luxo, nome e boas relações? A rigidez do código fará suas vítimas...

Carlos e Maria, a caminho do Ramalhete, passam pelo Guimarães, que, assombrado, cumprimenta o casal com o chapéu. Era o tio que o Dâmaso fizera crer a todos que ajudara a governar a França, amigo de Gambetta, etc. Na verdade, um pobre coitado. Mas, antes, a questão a ser tratada com o Dâmaso é outra. Desconfiam, Carlos e Ega, que fora o Dâmaso que pagara o artigo da *Corneta*. É preciso, entretanto, que o proprietário, Palma Cavalão, mediante o devido pagamento prometido pela tiragem, entregue os papéis comprometedores. E lá estava a letra do Dâmaso, que elencara, numa lista, quem deveria receber o exemplar do jornal: a Gouvarinho, o ministro do Brasil, d. Maria da Cunha, el-rei, os amigos do Ramalhete, o Cohen, enfim, toda a boa sociedade lisboeta.

Carlos pensa em mandar desafiar o Dâmaso para um duelo à espada ou ao florete. Mas estaria satisfeito com um documento público em que o desafiado se reconhecesse infame. Como procurassem o Cruges para padrinho, Ega e Carlos correm ao Grêmio. Entretanto, só encontram Steinbroken e o conde de Gouvarinho, que esfriara as relações depois que Carlos abandonara a condessa como sua amante. Steinbroken lamenta não ter visitado Santa Olávia, pois seu dever fora o de acompanhar a família real, que se instalara em Sintra, para fazer a corte. É notória, nessa breve passagem, a posição dos Maias na boa sociedade lisboeta. Afonso só perde em prestígio para el-rei – e, ademais, recorde-se que o próprio haveria de receber um exemplar da *Corneta*, pois, por óbvio, se interessaria pelo lastimável caso do Maia.

Quando chega o Cruges, partem, finalmente, para a casa do Dâmaso, velha e de um andar só, para lhe pedirem a honra ou a vida. Com essas duas qualidades atribuídas à morada do rapaz, o narrador situa Dâmaso na boa sociedade lisboeta. Se o código manda ter uma residência à altura do nome de quem a habita, a do Dâmaso corresponde a uma posição bastante chinfrim. Ao entrarem, o hábito de reproduzir os costumes e os valores de quem ele julgara superior estão espalhados pela casa em forma de objetos: o tapete da sala, por exemplo, era igual ao que Carlos usava em seu quarto; há um retrato de Carlos a cavalo; etc. Os rapazes dizem a que vieram e Dâmaso, ao ver-se desafiado, alega que o injuriado fora ele, pois Carlos é quem lhe havia roubado a amante. Os rapazes são irredutíveis: ou se retrata publicamente dessa injúria, ou dá uma reparação pelas armas. Como se negasse a desdizer-se e a bater-se, é prevenido de que Carlos, de ora em diante, por qualquer parte que o encontrasse, lhe escarraria na face. Ante tal ameaça, que o fazia covarde perante toda a Lisboa, Dâmaso cede e opta pela assinatura

de uma carta em que se retrata. Em meio ao brasão de Salcede, sob a divisa “Sou Forte”, Dâmaso copia a carta que Ega rascunhara. Sua única preocupação é se a carta será engavetada ou publicada, pois o fato de se declarar um bêbado, como um mal de família, o aflige severamente.

Carlos, ao ler a carta, se dá por satisfeito, pois publicá-la seria um erro, uma vez que só chamaria a atenção para o artigo da *Corneta* que ninguém lera. Ega, que ficara com a guarda do documento, entretanto, pretende vingar-se do Dâmaso, sabidamente o atual amante da Cohen. É certo, por fim, que não publicaria a carta, mas a mostraria, em segredo, na Casa Havanesa, no bilhar do Grêmio, ao Craft, ao marquês, ao primo do Cohen... Até que a sórdida confissão chegasse aos ouvidos de Raquel.

Em meio a esses pensamentos, Ega recebe uma carta de Afonso, avisando que retornaria ao Ramallete ao dia seguinte. Ega comunica a Carlos, que imediatamente se instala no Ramallete, enquanto Maria regressa ao primeiro andar da rua de São Francisco. No dia seguinte, ao encontrarem Afonso em Santa Apolônia, Ega e Carlos expõem seus planos de trabalho para uma nova revista. Após uma série de embates, a única coisa que decidem é que a casa da redação deveria ser luxuosamente mobiliada. E, mais uma vez, a elegância da casa e do nome se sobrepõem aos desígnios do trabalho, que nunca será concretizado.

Mais tarde, no teatro, ao ver juntos a Raquel e o Dâmaso, Ega acaba por arranjar a publicação da infame carta para se vingar do gorducho. O Neves, do jornal *A Tarde*, não só cede à publicação, mas também a manda colocar na primeira página, no lugar de um texto em que se discutiam as reformas políticas após o Ministério que caíra. Para o Neves, as questões de honra deveriam preceder à política. E não sem razão. Basta recordar a estupidez do Gouvarinho, a discursar contra a ginástica nas escolas. É preciso, antes, resolver as questões de honra, para só então adentrarem na seara de uma política de rearranjo que, sob o discurso de fazer o país progredir como os restantes países da Europa, estava fadada ao fracasso.

Restava ainda, a preocupação com Afonso, ao ler a carta de Dâmaso. Mas o velho soube, confusamente, que Dâmaso ofendera Carlos no Grêmio e depois se retratara publicamente, pois estivera bêbado. O interesse pelo caso se esvai e o assunto agora é outro: o Ministério finalmente estava formado e o Gouvarinho era Ministro da

Marinha, enquanto o Neves estava no Tribunal de Contas. Dâmaso, diligentemente, parte para uma viagem a Itália...

Embora a boa sociedade tenha seu papel no romance, sobretudo na rejeição de Afonso a Maria Monforte e no exílio de Carlos e Maria Eduarda, após a fatídica revelação do incesto, um dos principais pilares dessa mesma boa sociedade, a honra, simplesmente se esfacela ao longo da narrativa. Que Afonso não aceite a Monforte e que se retire para Santa Olávia, depois da morte de Pedro, por questões de honra, é algo incontestável. Entretanto, no período narrativo que compreende os dois anos em que Carlos Eduardo se entrega ao destino, em Lisboa, não há qualquer caso realmente sério que implique questões de honra. Se houver, pela natureza das coisas, perde logo a razão de ser, como no já relatado caso da traição da Cohen com Ega, ou mesmo do artigo difamatório de Dâmaso contra Carlos. Em ambos os casos, a honra não é devidamente lavada com o sangue de um duelo, como mandam as regras da boa sociedade. Tudo finda numa pasmaceira e num ridículo sem tamanho: a Cohen levando umas bordoadas do marido e Ega refugiando-se em Celorico; Carlos ameaçando cusparadas pela cara de Dâmaso, caso ele cruze seu caminho. O fato é que, numa sociedade em que ainda não é a burguesia soberana e tampouco deixou de ser aristocrática, ninguém está disposto a trocar a honra pela vida, como supunha fazer Pedro num ato de desespero.

E o chiste aqui é proposital. No início do sexto capítulo, por exemplo, quando o narrador nos dá a conhecer a Vila Balzac, a casa de Ega, retirada para o campo, onde o rapaz há de se encontrar, mais tarde, com sua querida Raquel Cohen, há uma breve menção ao abandono da casa pelos criados na ausência de Ega, dando a ela um “ar suspeito de torre de Nesle...” (QUEIRÓS, 2014: p. 120). Ora, essa referência a um escândalo de adultério do século XIV, envolvendo as princesas francesas Margarida e Branca de Borgonha, que recebiam seus respectivos amantes, justamente, na torre de Nesle, é emblemática. Basta recordar que os amantes, os irmãos Filipe e Gautério de Aunay, depois de descobertos, foram esquartejados e decapitados (*Idem*). Ninguém há de lavar a honra de uma traição, n’*Os Maias*, com o próprio sangue – exceto por Pedro da Maia e, ainda assim, como vítima. O código de honra que funda a existência da aristocracia não faz mais sentido no esmaecer do século XIX. E quem chama a atenção para o fato é, claro, o próprio João da Ega:

– Eu [...] não tolero o bibelô, o bricabraque, a cadeira arqueológica, essas mobílias de arte... Que diabo, o móvel deve estar em harmonia com a ideia e o sentir do homem que o usa! Eu não penso, nem sinto como um cavalheiro do século XVI, para que me hei de cercar de coisas do século XVI? [...] Cada século tem o seu gênio próprio e a sua atitude própria. O século XIX concebeu a democracia e a sua atitude é esta... (QUEIRÓS, 2014, p. 123)

Embora as origens de Ega sejam vagamente fidalgas, o rapaz não vê sentido no apego ao que remeta à tradição, tal qual o faz o aristocrata Carlos da Maia com o seu bricabraque. Embora contraditório e incoerente, Ega tem ciência da necessidade de uma busca pelo que seja o gênio de seu século. Mal vislumbra que esse traço complexo esteja, justamente, no ser contraditório, incoerente.

E foi esse mesmo Ega, ainda no capítulo sexto, quem revelou ao leitor um Carlos ressequido, impotente de sentimento, que passava a vida a ver as paixões falharem-lhe nas mãos como fósforos. Lembra a coronela de hussardos em Viena, madame Rughel na Holanda, para, ao fim, declará-lo um típico libertino, um don Juan. (Cf. QUEIRÓS, 2014, p. 125). Esse retrato de Carlos, aristocrático e libertino, não há de contradizer, conforme já exposto, seu comportamento diante de uma Maria Eduarda a quem ele julgava uma mulher superior, uma amante a sua altura, que ele buscara na coronela e em madame Rughel, mas só encontrara ali, nos braços de uma certa madame Castro Gomes. As convicções do herói, no entanto, ao descobrir que Maria Eduarda era, na verdade, Mac-Gren e, mesmo assim, aceitá-la numa redenção romântica, ainda hão de sofrer um forte abalo.

2.14 *Parce Sepultis*³⁴

Even with all the genuine and counterfeit newcomers to its ranks, the venerable elite continued to be small in both relative and absolute numbers. [...] In order to feed the aristocratizing ambition honors

³⁴ “Enterrado, perdoado” ou “Poupa os que estão sepultados”. (Cf. QUEIRÓS, 2014, p. 382, nota 426).

were kept rare and valuable, and the criteria for awarding them remained shrouded in mystery tempered by presumed merit. [...] Whereas hidebound purists spurned bourgeois upstarts for polluting the aristocracy's blood, social code, and life-style, pliant integrationists had no such fears. Confident of their superior wealth and gravitational pull, they deemed the individual and subordinate assimilation of fresh blood, wealth, and talent, as well as the appropriation of new ideas, to be a measure of the nobility's continuing vitality. (MAYER, 1981, p. 83)

Carlos é o mais ditoso dos homens. “Era rico, inteligente, de uma saúde de pinheiro novo; passava a vida adorando e adorado; só tinha o número de inimigos que é necessário para confirmar uma superioridade; nunca sofrera de dispepsia; jogava as armas bastante para ser temido” (QUEIRÓS, 2014, p. 452). Ele e Ega, após um jantar na rua de São Francisco, partem para um sarau no Teatro da Trindade. E lá encontram Guimarães, o tio do Dâmaso. Importante notar, para o que há de suceder, que, pela primeira vez na narrativa, a família real não está presente ao evento. O próprio Steinbroken se queixa dessa ausência, enquanto Rufino, após sua declamação, volta-se respeitosa para as cadeiras reais, solenes e vazias, a fim de receber os inexistentes cumprimentos do “exaltado lugar donde desce a salvação, para o Trono de Portugal!” (QUEIRÓS, 2014, p. 457). Alencar protesta, sente-se enojado por aquele pulha lambar os pés à família real. E, reservadamente, comunica ao Ega que o Guimarães pedira que fossem apresentados, a fim de tratarem de coisa séria, muito séria...

Uma vez apresentados, Guimarães exige satisfações quanto ao conteúdo da carta que Ega forçara o Dâmaso a assinar, em que todos seus parentes eram taxados de bêbados. Ega apela para o bom senso e ambos chegam a bom termo. Em seguida, vejam só, saem para beber e depois retornam ao sarau. Guimarães prossegue e expõe todo seu asco e desprezo pelo sobrinho: “Quando ele [Dâmaso] foi a primeira vez a Paris, e soube que eu morava numa trapeira, nunca me procurou! Porque aquele imbecil dá-se ares de aristocrata... E como Vossa Excelência sabe, é filho de um agiota!” (QUEIRÓS, 2014, p. 463). Guimarães reconhece, entretanto, que sua irmã (a mãe do Dâmaso) era de sangue azul, como todos os Guimarães da Bairrada, mas fizera aquele casamento desgraçado com o agiota... Afirma que fidalguia e brasões são blague, para, logo em

seguida, se embirrar porque estropiam seu nome nos países por que passa, grafando-o de maneira incorreta. A contradição, como se tem observado até aqui, é intrínseca ao processo social que Portugal experimenta nesse período. Talvez um bom nome não valha mais nada, mas seria bom se ainda valesse; talvez o respeito fosse maior se houvesse dinheiro, mas não há; talvez a irmã não devesse ter se casado com um burguês, mas quebrou o código – e então temos o Dâmaso. O nome que ele carrega, Salcede, vem do pai e, portanto, não lhe vale de nada. O dinheiro de que dispõe não compra o bom gosto e a elegância de Carlos da Maia. E no entanto é ele, o Dâmaso, o filho legítimo da *Regeneração* – que, como se vê, não produziu uma boa extirpe.

Para além da ausência da família real, sintomaticamente, há uma ode a uma República impossível, recitada por um Tomás de Alencar totalmente ridículo. Tomás queria uma República sem ódio, em que o milionário abrisse os braços ao operário; uma República com Deus, cristã. Está clara aqui a intenção de fundar uma República diferente da recém-proclamada em França. Mas o caso é outro. Embora reste evidente a imbecilidade de Alencar, todos o aplaudem. Seria simplório, entretanto, afirmar que aplaudem por serem tão estúpidos quanto o poeta. Talvez estúpido seja o conde de Gouvarinho, que protesta ao mesmo tempo em que elogia esses versos admiráveis, mas indecentes. Todavia, Ega e Carlos também exaltam Tomás. Nesse caso, contudo, seria o elogio fruto da amizade entre eles, ou um mero dever de classe? Estaria Carlos aprovando ideias Republicanas, ou estaria totalmente alheio a elas, aplaudindo tão somente a eloquência vazia de Alencar? A impossibilidade de se ter respostas claras a essas questões, todavia, é o que reforça o princípio da ambiguidade inerente a essas personagens – é o ser contraditório como princípio fundamental de elaboração do texto. De qualquer forma, o dado importante é que, neste dia, o espetáculo segue tão ridículo quanto todos os demais que o enredo ofereceu até aqui, mas totalmente diferente: sem a família real, e exaltando-se a República.

Ao fim do sarau, já na rua, Guimarães alcança Ega e pede que o acompanhe para entregar-lhe um cofre que a finada Maria Monforte havia lhe confiado. Como Ega era íntimo dos Maias, talvez pudesse fazer a gentileza de entregar o tal cofre à família – ao Carlos da Maia ou à irmã... E assim, em termos aristotélicos, se dá o momento de reconhecimento na narrativa. Carlos Eduardo e Maria Eduarda são irmãos! Ega ainda mal compreende o que acontece, mas logo se dá conta de que Guimarães, tão íntimo de Maria Monforte e de Maria Eduarda, e após uma longa narrativa sobre sua relação com

ambas, jamais poderia se enganar. Por fim, repete o adágio: “*Parce sepultis!*” (QUEIRÓS, 2014, p. 479), pois já não será possível condenar a Maria Monforte. Ega corre ao hotel com Guimarães para apanhar o cofre e segue divagando:

Carlos amante da irmã! [...] Era acaso verossímil que tal se passasse, com um amigo seu, numa rua de Lisboa, numa casa alugada à mãe Cruges?... Não podia ser! Esses horrores só se produziam na confusão social, no tumulto da Meia Idade! Mas numa sociedade burguesa, bem policiada, bem escriturada, garantida por tantas leis, documentada por tantos papéis, com tanto registo de batismo, com tanta certidão de casamento, não podia ser! [...] Sim, tudo isso era provável no fundo! Essa criança, filha de uma senhora que a levava consigo, cresce, é amante de um brasileiro, vem a Lisboa, habita Lisboa. Num bairro vizinho vive outro filho dessa mulher, por ela deixado, que cresceu, é um homem. Pela sua figura, o seu luxo, ele destaca nesta cidade provinciana e pelintra. Ela, por seu lado, loura, alta, esplêndida, vestida pela Laferrière, flor de uma civilização superior, faz relevo nesta multidão de mulheres miudinhas e morenas. [...] Assim, o conhecerem-se era certo, o amarem-se era provável... (QUEIRÓS, 2014, p. 481-482).

A conclusão de Ega não poderia ser mais evidente: se são iguais, por que não estariam juntos? Não é essa, afinal, a realização maior do amor romântico que esses jovens tanto buscaram – duas pessoas que tenham almas afins?

A passagem, ademais, é formidável para elucidar as contradições do processo social que vem sendo analisado até aqui. Conforme os questionamentos de Ega, tal aberração talvez fosse inverossímil numa sociedade burguesa, rigidamente controlada. E por que deixa de ser inverossímil, então? Por que não se trata de uma sociedade estritamente burguesa. Se é burguesa na sua forma organizacional liberal, com lei, cartório e polícia, na sua vivência social segue também sendo aristocrática. E são as regras da boa sociedade lisboeta que hão de produzir uma atrocidade dessas – segundo o que se tem defendido desde sempre nesta análise.

Conforme a epígrafe, a aristocracia, nesse processo, assimila, de uma forma ou de outra, a burguesia, a fim de manter a própria vitalidade. Embora a nobreza lusitana faça isso, como atestam a diversidade dos salões de Afonso da Maia e dos Gouvarinhos, há um limite para essa assimilação. Afonso da Maia, por exemplo, se não é propriamente o aristocrata avesso ao contato com o burguês, é absolutamente contrário ao casamento de seu filho, Pedro da Maia, com a Monforte, filha de um burguês mercante, negreiro e sem refinamento algum. A tragédia incestuosa em que se veem Carlos e Maria nada mais é do que fruto da inadequação de Afonso aos tempos que então surgiam. Recorde-se que Afonso é o liberal pré 1851, anterior à *Regeneração*. De acordo com o sugerido no início da análise, Pedro e Maria seriam o casal símbolo desse processo regenerador, em que aristocracia e burguesia devessem caminhar juntas. Carlos e Maria, por sua vez, seriam os malfadados resultados dessa política – uma vez que o incesto resulta numa espécie de sanção negativa para a *Regeneração*, que não se concretiza.

Nunca é demais repetir que o efeito de horror causado pelo incesto transcende os desígnios da tragédia. O horror é construído na forma narrativa de modo a provocar uma total repulsão à lógica, perpetuada até então, de que aristocratas só se relacionam com aristocratas. Se a elite é numericamente tão restrita assim, pela sua natureza aristocrática, é preciso sair do próprio círculo para prosseguir enquanto classe. Se o ideal para o aristocrata é se unir a um seu igual, nada mais justo, no plano da crítica, do que fazer se deitarem no mesmo leito dois irmãos. A contradição está em que essa lógica, levada às últimas consequências, no caso, produz repulsa e aversão,³⁵ tamanha sua crueldade. É a aristocracia sendo punida pelas próprias regras sociais que sempre impusera e que já não fazem sentido ao final do século XIX. É irônico, nesse sentido, que Eça trate Carlos e Maria como duas flores de uma civilização superior que não corresponde ao cotidiano de Lisboa. Ora, se são portugueses, se habitam Lisboa, por que não seriam desse mundo? É simples. Porque Portugal, bem ou mal, por meio da *Regeneração*, se não andou, ao menos patinhou. Sua aristocracia, ou ao menos a sua ala mais empedernida (vide Afonso), não passou adiante no tempo. Permaneceu presa aos valores de antanho.

³⁵ Sobre o incesto, n' *A Tragédia da Rua das Flores*, o próprio Eça afirmaria, em carta ao seu editor, em 1877, que “Não quero dizer que seja imoral ou indecente. É cruel!” (Cf. QUEIRÓS, 2014, p. 482, nota 506)

2.15 Incesto

– Bem! Tudo isso tem de ser mais pensado... Parece-me bom tornar a chamar o Vilaça... Talvez seja necessário que ele vá a Paris... E antes de tudo precisamos sossegar... De resto não há aqui morte de homem... Não há aqui morte de homem! (QUEIRÓS, 2014, p. 499)

A reação de Afonso da Maia, transcrita na epígrafe, após saber pelo próprio neto do caso incestuoso, tem ares amenizadores. O velho, de fato, conforme segreda ao Ega, já sabia do *affaire* de Carlos com essa senhora da rua de São Francisco. A novidade do caso está em ela ser sua legítima neta, irmã de Carlos. Ainda assim, com todo o esforço que Afonso engendra para diminuir o impacto da descoberta, será ele o mais afetado pela história: “E afastou-se [...] vencido enfim por aquele implacável destino que, depois de o ter ferido na idade da força com a desgraça do filho – o esmagava ao fim da velhice com a desgraça do neto” (*Idem*). Conforme exposto anteriormente, Afonso é vítima das próprias regras da boa sociedade a que pertence e que tanto defende. No entanto, e aqui jaz a razão de ser do conceito de *figuração*, atribui sua desgraça ao fado, ao destino – como se esses códigos todos que preservam a tradição do sangue jamais houvessem sido questionados. Foram: primeiro por Pedro (a quem o velho proibira de se casar com a Monforte), depois por Carlos (que acreditava que o passado de Maria Eduarda e sua origem obscura não seriam aceitos por Afonso). Afonso erra em ambos os casos. No primeiro, de forma direta, por ser avesso aos novos ares da *Regeneração*, que busca integrar aristocratas e burgueses. No segundo, de forma indireta, uma vez que o primeiro erro resulta inevitavelmente no segundo – jamais sonhara Afonso que a senhora da rua de São Francisco, de cuja existência ele soubera, mas que sobre ela silenciava, fosse, na verdade, sua própria neta, irmã de Carlos.

Apelar ao fado é português. Mas a presente leitura pretende desmistificar o tom trágico comumente atribuído ao romance. Ainda que ele esteja presente na narrativa, o momento histórico não é, obviamente, o mesmo de Sófocles.³⁶ Para um homem do

³⁶ “The mythical poet, then, has his material handed him by tradition (...) Sophocles was expected to tell the mythical stories that had been made relevant to the Dionysus cult (...). The characters and plots of mythical poets have the resonance of social acceptance about them, and they carry an authority that no

século XIX positivista, crer no destino é algo recriminável. A responsabilidade, claro está, é de Afonso, mais precisamente da classe a que ele pertence – uma vez que não cede totalmente aos ventos da mudança. Essa aristocracia tradicional, presa aos valores de antanho, não há de sobreviver se persistir numa defesa intransigente de um universo que vem se desintegrando desde 1789. O incesto, como sustentáculo de todo o enredo, aí está para demonstrar quão estéril é permanecer preso à própria classe. Mais que isso, o efeito de horror e aversão tende a potencializar o sentimento de que tanto melhor seria se os desígnios do coração houvessem prevalecido ainda no caso de Pedro da Maia e Maria Monforte. Mas o romance, exceto pelo enlevo um tanto quanto romântico entre Carlos Eduardo e Maria Eduarda, é realista e o narrador não estaria construindo uma crítica plausível se floresse a história para que a união fosse possível.

O próprio rei (por *jure uxoris*), D. Fernando II, conforme visto anteriormente, cedera aos desígnios da *Regeneração* – que tem seu auge em 1868 (Cf. QUEIRÓS, 2014, p. 448, nota 473). Embora o rei-artista tenha enviuvado em 1853, haverá de se casar apenas em 1869, morganaticamente, com a atriz Elise Hensler. Esse matrimônio, no mais alto escalão do Estado, sela os desígnios do processo político em andamento – pois é como se aristocracia e burguesia convivessem em relativa igualdade no Portugal da *Regeneração*. Muito a propósito, num jantar ao Ramalhete, Steinbroken segue lamentando a ausência da família real no sarau da Trindade, no dia anterior. A família estivera no Palácio Real de Sintra (o Paço), mas ninguém ali no jantar se interessa pelo caso (Cf. QUEIRÓS, 2014, p. 503). O fato é que desde que Carlos perdera a oportunidade de visitar o Palácio da Pena (residência oficial de Elise), em Sintra, não há, simbolicamente, nada mais o que fazer para evitar o incesto. A menção é demasiadamente sutil para uma leitura mais desatenta, mas lá está para lembrar ao aristocrata empertigado que há uma alternativa possível fora de seu círculo – e o exemplo vem do próprio rei.

Já que tudo estava perdido, Vilaça, como procurador da família, fora incumbido por Ega a contar o caso todo para Carlos. Ali está a declaração que Maria Monforte

writer can command who is merely being what we call ‘creative’. The transmission of tradition is explicit and conscious for the mythical writer and his audience”. (FRYE, 1976, p. 9-10)

A partir do excerto, que esclarece qual é a relação entre Sófocles e sua plateia naquele contexto histórico, resta claro que n’*Os Maias* o sentido trágico é o oposto do que se afigura no clássico: a ideia não é transmitir a tradição, senão decretar sua aniquilação.

deixara, por carta, a Maria Eduarda, no cofre confiado a Guimarães. Ninguém, nem Vilaça, nem Afonso, negam a autenticidade da revelação: Maria Eduarda é filha de Pedro da Maia. Para Carlos, a descoberta não muda os sentimentos que nutre pela irmã. Seu desespero é ter de relatar tudo a ela, que de nada sabe. E assim vai à rua de São Francisco com os pensamentos convulsos:

Decerto era terrível tornar a vê-la naquela sala, quente ainda do seu amor, agora que a sabia sua irmã... Mas por que não? Havia acaso ali dois devotos, possuídos da preocupação do Demônio, espavoridos pelo pecado em que se tinham atolado, ainda que inconscientemente, ansiosos por irem esconder, no fundo de mosteiros distantes, o horror carnal um do outro? Não! Necessitavam eles acaso pôr imediatamente entre si as compridas léguas que vão de Lisboa a Santa Olávia, com receio de cair na antiga fragilidade, se de novo os seus olhos se encontrassem, brilhando com a antiga chama? Não! Ambos tinham em si bastante força para enterrar o coração sob a razão, como sob uma fria e dura pedra, tão completamente que não lhe sentissem mais nem a revolta nem o choro. E ele podia desafogadamente voltar àquela sala, toda quente ainda do seu amor. (QUEIRÓS, 2014, p. 504).

Como se sabe, para espanto do leitor, Carlos ao chegar à casa da rua de São Francisco encontra Maria Eduarda já deitada e não conta nada a ela. Ademais, Carlos cede a seu abraço, enlaçando-a furiosamente, “esmagando-a e sugando-a, numa paixão e num desespero que fez tremer todo o leito”. (QUEIRÓS, 2014, p. 508).

Ao dia seguinte, Carlos procede da mesma forma, para horror de Ega, que pretende fugir para Celorico, para não testemunhar incomparável infâmia. O pior ainda está por vir. O próprio Afonso, que mandara espreitar os passos do neto, já sabe de tudo. Ega, ao testemunhar o horror do velho, pretende dizer a Carlos, ao dia seguinte, que sua infâmia estava matando o avô.

Carlos, ciente de que sua vida moral estava estragada, fugindo do avô, de Ega e do Vilaça, com medo de voltar ao Ramalhete, vai, pela terceira noite seguida, à rua de São Francisco. Mas já então há algo que o incomoda:

Era, surgindo do fundo do seu ser, ainda tênue mas já perceptível, sua saciedade, uma repugnância por ela, desde que a sabia do seu sangue!... Uma repugnância material, carnal, à flor da pele, que passava como um arrepio. Fora primeiramente aquele aroma que a envolvia, flutuava entre os cortinados, lhe ficava a ele na pele e no fato, o excitava tanto outrora, o impacientava tanto agora – que ainda na véspera se encharcara em água-de-colônia, para o dissipar. Fora depois aquele corpo dela, adorado sempre como um mármore ideal, que de repente lhe aparecera, como era na sua realidade, forte demais, musculoso, de grossos membros de amazona bárbara, com todas as belezas copiosas do animal de prazer. Nos seus cabelos de um lustre tão macio, sentia agora inesperadamente uma rudeza de juba. Os seus movimentos na cama, ainda nessa noite o tinham assustado como se fossem os de uma fera, lenta e ciosa, que se estirava para o devorar... Quando os seus braços o enlaçavam, o esmagavam contra os seus rijos peitos túmidos de seiva, ainda decerto lhe punham nas veias uma chama que era toda bestial. Mas, apenas o último suspiro lhe morria nos lábios, aí começava insensivelmente a recuar para a borda do colchão, com um susto estranho: e imóvel, encolhido na roupa, perdido no fundo de uma infinita tristeza, esquecia-se pensando numa outra vida que podia ter, longe dali, numa casa simples, toda aberta ao sol, com sua mulher, legitimamente sua, flor de graça doméstica, pequenina, tímida, pudica, que não soltasse aqueles gritos lascivos e não usasse aquele aroma tão quente! E desgraçadamente agora já não duvidava... Se partisse com ela, seria para bem cedo se debater no indizível horror de um nojo físico. E que lhe restaria então, morta a paixão que fora a desculpa do crime, ligado para sempre a uma mulher que o enojava – e que era... Só lhe restava matar-se! (QUEIRÓS, 2014, p. 513-514)

Embora longa, a passagem é imprescindível para revelar o processo de afastamento por que passa Carlos, no seu crescente nojo à amante (e irmã). Talvez não fosse possível, por uma questão de coincidência narrativa entre a perspectiva do narrador e a de Carlos,³⁷ saber se a nova visão do herói sobre a amante é uma distorção dos sentidos, ou, como sugere a expressão “como era na sua realidade”, nada mais do que uma verdade que o torpor romântico escondia. Ocorre que há, justamente na expressão inserida pelo narrador, uma tomada de distância entre a sua moral (determinada por um autor implícito)³⁸ e a de Carlos, o que impede o romance de descambar para um dramalhão:

Ao conceber uma intriga tão marcadamente fatalista, Eça mostra-se intrinsecamente português, aportuguesando portanto os dados do romance francês. E aí reside afinal a sua verdadeira originalidade. A um segundo nível, Eça não esquece que, sendo português, é também *afrancesado*. Tal circunstância favorece um certo recuo na análise das personagens e das situações: daí resulta o que se pode chamar a ironia queirosiana, elemento que impede o romance e o romancista de caírem no melodrama. (BISMUT, 1982, p. 23-24)

Distorcida ou real, essa outra Maria Eduarda, forte demais, musculosa demais, com uma rude juba e a gritar como o animal de prazer, é mais próxima da imagem que temos do próprio Carlos – mais do que sugeria aquela carnação ebúrnea, com passo de deusa, etc. A semelhança física, antes contemplando a face narcisista do amor, agora, descobrindo-a sua irmã, causa aversão e repugnância. Carlos, nesse momento, percebe o desastre que é estar preso à condição e às regras aristocráticas. Tanto que, no idílio com que agora passa a sonhar, excluindo, por óbvio, Maria Eduarda, habita uma heroína burguesa: flor de graça doméstica, pequena, tímida, pudica, discreta... Pelo contraponto, Carlos não sente, propriamente, nojo da irmã – mas do animal de prazer. Mais ainda,

³⁷ Conforme assinalado por Carlos Reis, a perspectiva narrativa que predomina no romance é a focalização interna a partir da personagem de Carlos da Maia. Para o crítico, “o que essa perspectiva implica é sobretudo uma posição globalmente crítica perante o universo social que a rodeia.” (REIS, 1995, p. 116).

³⁸ “The ‘implied author’ chooses, consciously or unconsciously, what we read; we infer him as an ideal, literary, created version of the real man; he is the sum of his own choices.” (BOOTH, 1968, p. 74-75).

enoja-se da armadilha que o código de conduta de sua classe reservara a ele. Carlos, que temia estar rompendo as regras, uma vez que estava certo de que Maria Eduarda não tinha uma origem aceitável para o nome Maia, acaba encalacrado por um erro que a tradição crítica imputa à sua mãe, Maria Monforte.³⁹ Na narrativa, entretanto, a sanção negativa recai sobre Afonso.⁴⁰ A Monforte, como lembra Guimarães, faz parte do *parce sepultis*. Está morta e, portanto, seu erro está perdoado. Ela não há de sofrer o horror de ver os irmãos juntos no mesmo leito. Essa desgraça está reservada a Afonso, que, nessa noite, encontra o neto voltando da casa de Maria Eduarda. O silêncio entre ambos é revelador. Afonso, cheio de horror, encara o neto para ler seu segredo. E volta-se para atravessar o patamar, a dar os últimos passos na vida.

Na manhã seguinte, Batista acorda Carlos para que vá ver o avô, já morto à mesa do quintal, junto ao jardim e à cascata. Carlos se desespera por ver o avô partir assim, sem que houvesse entre eles uma palavra de adeus. Com as ideias que iam pela cabeça de Carlos, de se matar, é possível deduzir que, se não morresse o avô, o neto se mataria. Carlos toma essa morte como um castigo. E não tem o direito de se matar, pois seu castigo é viver.

O cerimonial que se segue à morte de Afonso da Maia, embora simples, revela, pela derradeira vez, a posição daquele nome na sociedade lisboeta. Lá estavam todos os frequentadores do Ramalhete, mais as pessoas que compunham essa boa sociedade. Mesmo o conde de Gouvarinho, de grã-cruz, lá está soleníssimo. E em todas as janelas do bairro se apinhava gente.

³⁹ Por exemplo: “Maria de Monforte é, sem dúvida, indirectamente responsável por esse e por outros dramas a desenrolarem-se, incluindo o do incesto, tornado possível pelo equívoco de identidades que remonta também àquela mãe foragida e culpada (ou culpada *porque* foragida, visto que se ela não tivesse abandonado o marido e separado os filhos, nada do resto se teria passado).” (LISBOA, 2000, p. 120) Adiante, (p. 121), a autora ainda responsabiliza Maria Eduarda por aniquilar a linhagem dos Maias – quando se sabe, pelo preceito aristocrático, que a manutenção do nome é atribuição do homem (no caso, de Carlos da Maia).

⁴⁰ “É o orgulho caturro de fidalgo puritano ofendido pelo casamento supostamente indigno do filho que mais tarde o leva a aceitar demasiado facilmente o desaparecimento da nora inconveniente (e da neta) após a morte de Pedro; e essa separação irá estar na origem da confusão de identidades que mais tarde torna o incesto possível. Segundo esta lógica, por conseguinte, é Afonso, impelido pelos seus pergaminhos de família, e não Maria de Monforte, levada pelo pecado, quem fica por essa razão culpado, enquanto pai e avô insuficientemente amante de seu filho e de sua neta.” (LISBOA, 2000, p. 190)

O problema é que a autora, embora a suscite, não defende essa hipótese, senão corrobora a tese de que Maria Monforte seja a responsável pela tragédia incestuosa, como visto em nota anterior.

Carlos, encerrado o enterro, está decidido a pedir ao Ega que conte tudo para Maria Eduarda, além de recomendar-lhe que parta para Paris. Enquanto Ega cumpre sua missão, Carlos há de partir com Batista para Santa Olávia e, depois, correr mundo.

Quanto a Maria Eduarda, Ega segue o protocolo: apresenta-lhe a carta de Maria Monforte, recomenda que parta para Paris e a conforta com uma mesada que lhe é de direito. No dia seguinte, ele e Vilaça se despedem dela em Santa Apolônia.

2.16 Epílogo

Os políticos hoje eram bonecos de engonços, que faziam gestos e tomavam atitudes porque dois ou três financeiros por trás lhes puxavam pelos cordéis... Ainda assim podiam ser bonecos bem recortados, bem envernizados. Mas qual! Aí é que estava o horror. Não tinham feitio, não tinham maneiras, não se lavavam, não limpavam as unhas... (QUEIRÓS, 2014, p. 532).

Sucedeu que, dali a semanas, Carlos e Ega partiram pelo mundo. Ega retornou depois de ano e meio, mas Carlos instalara-se em Paris e retornaria a Lisboa somente dez anos depois, em fins de 1886 – sintomaticamente após a morte de D. Fernando II, que falecera em dezembro de 1885. Ao reencontrarem-se, os amigos se empenham numa tentativa de estabelecer a teoria definitiva da existência – passagem a ser analisada com mais vagar adiante. Por ora, é preciso situar outras nuances do epílogo.

Após tanto tempo sem se verem, principiam por discutir a política. Ega revela a Carlos que pensara em entrar para a diplomacia, mas “em que consistia a diplomacia portuguesa? Numa outra forma da ociosidade, passada no estrangeiro, com o sentimento constante da própria insignificância.” (*Idem*). Após quase uma década, desde a última vez que se viram, a observação de Ega é clara: a política segue sendo um esporte da elite. E a diplomacia, instância superior da política, em que se encontra a nata dessa elite, continua refletindo a imagem da classe que a compõe – ociosa e insignificante. Não é que nada tenha mudado. Conforme lembra Ega, na epígrafe, agora os homens de

finança é que ditam o que deve ser feito em política. Mas o que se lamenta não é a ingerência do poder econômico no parlamento. Lamentável é que essa elite já não seja mais a mesma, pois já não tem as boas maneiras e a higiene de antanho. Lamentável, portanto, não é que essa política mude (para pior ou para melhor); mas que já não esteja nas mãos de quem a conduziu pelos últimos cinco séculos.

E se já não está, sinal de que a *Regeneração* tenha cumprido, ao menos em parte, sua proposta de fazer conviver aristocratas e burgueses numa mesma ordem política e social, a fim de promover o progresso do país. Quem não acompanhou esse movimento histórico, como Afonso da Maia, não resistiu aos novos tempos. Carlos é e será o último varão de sua estirpe. E, não obstante a resiliência aristocrática, com ele há de findar o nome de sua casa e toda a boa sociedade que em torno dela se erigia.

Alencar é quem lembra os novos ares, a que estão alheios Carlos e Ega: “Agora, filho, tudo eram sindicatos!” (QUEIRÓS, 2014, p. 534). De fato, o ano de 1886, é o marco do anarquismo português e de seu sindicalismo. Notório que Eça de Queirós tenha incluído tanta política no último capítulo do romance. Parece clara a intenção de, no mínimo, chamar a atenção para o movimento entre as classes que compõem o país naquele momento. Na verdade, a relação entre os dois extremos das classes é praticamente inexistente. Enquanto florescem na pátria os movimentos de massa, os jovens envelhecidos de sua elite adotam ou Paris como morada ou o ócio numa quinta de Celorico.

Para Carlos, não obstante a conversa com Alencar, o sentimento é de que nada efetivamente mudara:

Nada mudara. A mesma sentinela sonolenta rondava em torno à estátua triste de Camões. Os mesmos reposteiros vermelhos, com brasões eclesiásticos, pendiam nas portas das duas igrejas. O Hotel Aliança conservava o mesmo ar mudo e deserto [...].

– Isto é horrível, quando se vem de fora! – exclamou Carlos. – Não é a cidade, é a gente. Uma gente feiíssima, encardida, molenga, reles, amarelada, acabrunhada!... (QUEIRÓS, 2014, p. 537).

Note-se, entretanto, que a perspectiva de Carlos está comprometida. Quando olha para a cidade e suas edificações, a impressão que tem é a de que, de fato, tudo permanecia como dantes. Ao olhar para sua gente, porém, e perceber alguma mudança, sua repugnância aflora. Talvez nem mesmo a sentinela seja a mesma, mas o que Carlos enxerga ali não é uma pessoa com nome, endereço e família. Enxerga apenas o que sua classe permite: uma farda, envergada por alguém que tenha o papel da sentinela. Mais adiante, seguindo seu olhar, há ainda de reconhecer, “encostados às mesmas portas, sujeitos que lá deixara havia dez anos”. (*Idem*). Impressão que se desfaz logo em seguida, quando encontram o Dâmaso. Aparentemente, trata-se da mesma pessoa. Mas Ega traz as novas. O Dâmaso se casara com a filha caçula do conde de Águeda. Era uma gente arruinada. O suficiente, porém, para realizar o que propunha a *Regeneração* e o que tanto sonhara o Dâmaso: o casamento entre uma aristocracia que se esvai, deixando apenas seu nome e tradição, e o burguês com algum dinheiro que busca uma posição social.

Pelo caminho encontram ainda o consultório de Carlos, agora abrigando um pequeno ateliê de modista. Mais adiante, observam a juventude lisboeta com suas botas despropositadamente compridas e que, segundo Ega, explicavam todo o Portugal contemporâneo:

Tendo abandonado o seu feitio antigo, à d. João VI, que tão bem lhe ficava, este desgraçado Portugal decidira arranjar-se à moderna: mas, sem originalidade, sem força, sem caráter para criar um feitio seu, um feitio próprio, manda vir modelos do estrangeiro – modelos de ideias, de calças, de costumes, de leis, de arte, de cozinha... Somente, como lhe falta o sentimento da proporção, e ao mesmo tempo o domina a impaciência de parecer muito moderno e muito civilizado – exagera o modelo, deforma-o, estraga-o até à caricatura. (QUEIRÓS, 2014, p. 541)

A observação de Ega, na intenção, difere pouco da que fizera no início da narrativa, quando reencontra Carlos no Ramalhete. Agora, como então, aponta para o

Portugal que mandava importar tudo da civilização.⁴¹ Há, no entanto, uma diferença: a ausência, nos rapazes de 1886, do sentimento de proporção. Se o hábito de copiar o estrangeiro permanece, a cópia em si toma agora proporções grotescas. Todos esses rapazes portugueses teriam se transformado numa espécie de Dâmaso que, na sua ânsia por parecerem ser o que jamais serão, exageram ao ponto de deformarem tudo. Essa impressão é tão cara a Ega que, mais adiante, confessa a Carlos uma maior aproximação com Alencar que, depois de tudo o que se passara nos últimos trinta anos, era o único homem que permanecera genuinamente português: leal, bondoso e generoso.

O destino de Carlos e Ega, no entanto, é o Ramalhete e para lá abalam. Ali, Carlos retoma a revelação que fizera ao Ega: Maria Eduarda iria se casar. Ega indaga pelo efeito que isso tem sobre Carlos:

— Um efeito de conclusão, de absoluto remate. É como se ela morresse, morrendo com ela todo o passado, e agora renascesse sob outra forma. Já não é Maria Eduarda. É madame de Trelain, uma senhora francesa. Sob este nome, tudo o que houve fica sumido, enterrado a mil braças, findo para sempre, sem mesmo deixar memória... Foi o efeito que me fez. (QUEIRÓS, 2014, p. 548)

Nessa passagem, resta claro o apego de Carlos a tudo que vivera com Maria Eduarda. Ela renasce, numa outra vida. Ele, embora veja nisso tudo um passado morto, não sabe renascer da mesma forma. Observando, ainda, a sua fala sob a perspectiva que vem sendo defendida até aqui, não há outra possibilidade para ele a não ser permanecer preso dentro de sua própria classe, de seu próprio círculo, de sua própria família. Ao contrário de Maria Eduarda, que se casara com um *gentilhomme campagnard*, Carlos não vislumbra qualquer outra possibilidade amorosa para si – nem mesmo com alguém

⁴¹ — E aqui tens tu Lisboa.

— Enfim – exclamou o Ega – se não aparecerem mulheres, importam-se, que é em Portugal para tudo o recurso natural. Aqui importa-se tudo. Leis, ideias, filosofias, teorias, assumptos, estéticas, ciências, estilo, indústrias, modas, maneiras, pilherias, tudo nos vem em caixotes pelo paquete. A civilização custanos caríssima com os direitos da Alfândega: e é em segunda mão, não foi feita para nós, fica-nos curta nas mangas... Nós julgamo-nos civilizados como os negros de São Tomé se supõem cavalheiros, se supõem mesmo *brancos*, por usarem com a tanga uma casaca velha do patrão... Isto é uma choldra torpe. Onde pus eu a charuteira? (QUEIRÓS, 2014, p. 91)

de sua própria classe, como fizera a irmã. O incesto é para ele a forma definitiva que tomou a aristocracia resistente aos ventos da mudança.⁴² Mesmo ele, que fora educado à inglesa, que contra todas as expectativas escolhera a medicina e que se entregara aos desígnios do coração, mesmo ele falhou. Uma vez sujeito às rígidas regras de sua casta, rígidas não de ser as possibilidades que o mundo lhe apresenta:

Paris era o único lugar da terra congênere com o tipo definitivo em que ele se fixara: “o homem rico que vive bem”. Passeio a cavalo no Bois; almoço no Bignon; uma volta pelo bulevar; uma hora no clube com os jornais, um bocado de florete na sala de armas; à noite a Comédie-Française ou uma *soirée*; Trouvilee no verão, alguns tiros às lebres no inverno; e através do ano as mulheres, as corridas, certo interesse pela ciência, o bricabraque, e uma pouca de blague. Nada mais inofensivo, mais nulo, e mais agradável. (QUEIRÓS, 2014, p. 549).

Paris, portanto, era o único lugar da terra onde ainda era possível ser aristocrata, conforme sua percepção. Ademais, embora não dito, cabe lembrar que Maria Eduarda residia em Orleães, cerca de 130 quilômetros de Paris, onde Carlos se instalara. Para que fora ele, afinal, morar tão perto da irmã? Conforme não de concluir Carlos e Ega, logo adiante, não vale a pena fazer o esforço. Fica apenas a sugestão.

E ainda resta, justamente, comentar essas duas últimas páginas do romance que, pela filosofia que encerram, merecem toda a transcrição:

Ega ergueu-se, atirou um gesto desolado:
— Falhamos a vida, menino!

⁴² “O incesto das outras duas personagens principais é o corolário da própria situação de elite rarefeita a que o romancista reduz a sociedade lisboeta. [...] O incesto é, aqui, apenas o cume do elitismo, é um simples narcisismo dual de casta nobre, totalmente divorciada da massa populacional que trabalha e (nos termos de Ega) produz civilização”. (LOPES, 1984, p. 112)

— Creio que sim... Mas todo o mundo mais ou menos a falha. Isto é, falha-se sempre na realidade aquela vida que se planeou com a imaginação. Diz-se: ‘vou ser assim, porque a beleza está em ser assim’. E nunca se é assim, é-se invariavelmente assado, como dizia o pobre marquês. Às vezes melhor, mas sempre diferente.

Ega concordou, com um suspiro mudo, começando a calçar as luvas.

O quarto escurecia no crepúsculo frio e melancólico de inverno. Carlos pôs também o chapéu: e desceram pelas escadas forradas de veludo cor de cereja, onde ainda pendia, com um ar baço de ferrugem, a panóplia de velhas armas. Depois na rua Carlos parou, deu um longo olhar ao sombrio casarão, que n'aquela primeira penumbra tomava um aspecto mais carregado de residência eclesiástica, com as suas paredes severas, a sua fila de janelinhas fechadas, as grades dos postigos térreos cheias de treva, mudo, para sempre desabitado, cobrindo-se já de tons de ruína.

Uma comoção passou-lhe n'alma, murmurou, travando do braço do Ega:

— É curioso! Só vivi dois anos n'esta casa, e é n'ela que me parece estar metida a minha vida inteira!

Ega não se admirava. Só ali no Ramalhete ele vivera realmente d'aquilo que dá sabor e relevo à vida — a paixão.

— Muitas outras coisas dão valor à vida... Isso é uma velha ideia de romântico, meu Ega!

— E que somos nós? Exclamou Ega. Que temos nós sido desde o colégio, desde o exame de latim? Românticos: isto é, indivíduos inferiores que se governam na vida pelo sentimento e não pela razão...

Mas Carlos queria realmente saber se, no fundo, eram mais felizes esses que se dirigiam só pela razão, não se desviando nunca d'ela, torturando-se para se manter na sua linha inflexível, secos, hirtos, lógicos, sem emoção até ao fim...

— Creio que não, disse o Ega. Por fora, à vista, são desconsoladores. E por dentro, para eles mesmos, são talvez desconsolados. O que prova que n'este lindo mundo ou tem de se ser insensato ou sem-sabor...

— Resumo: não vale a pena viver...

— Depende inteiramente do estômago! Atalhou Ega.

Riram ambos. Depois Carlos, outra vez sério, deu a sua teoria da vida, a teoria definitiva que ele deduzira da experiência e que agora o governava. Era o fatalismo muçulmano. Nada desejar e nada recear... Não se abandonar a uma esperança — nem a um desapontamento. Tudo aceitar, o que vem e o que foge, com a tranquilidade com que se acolhem as naturais mudanças de dias agrestes e de dias suaves. E, n'esta placidez, deixar esse pedaço de matéria organizada, que se chama o Eu, ir-se deteriorando e decompondo até reentrar e se perder no infinito Universo... Sobretudo não ter apetites. E, mais que tudo, não ter contrariedades.

Ega, em suma, concordava. Do que ele principalmente se convencera, n'esses estreitos anos de vida, era da inutilidade do todo o esforço. Não valia a pena dar um passo para alcançar coisa alguma na terra — porque tudo se resolve, como já ensinara o sábio do Eclesiastes, em desilusão e poeira.

— Se me dissessem que ali em baixo estava uma fortuna como a dos Rothschilds ou a coroa imperial de Carlos V, à minha espera, para serem minhas se eu para lá corresse, eu não apressava o passo... Não! Não saia d'este passinho lento, prudente, correto, seguro, que é o único que se deve ter na vida.

— Nem eu! Acudiu Carlos com uma convicção decisiva.

E ambos retardaram o passo, descendo para a rampa de Santos, como se aquele fosse em verdade o caminho da vida, onde eles, certos de só encontrar ao fim desilusão e poeira, não devessem jamais avançar senão com lentidão e desdém.

Já avistavam o Aterro, a sua longa fila de luzes. De repente Carlos teve um largo gesto de contrariedade:

— Que ferro! E eu que vinha desde Paris com este apetite! Esqueci-me de mandar fazer hoje para o jantar um grande prato de paio com ervilhas.

E agora já era tarde, lembrou Ega. Então Carlos, até ai esquecido em memórias do passado e sínteses da existência, pareceu ter inesperadamente consciência da noite que caíra, dos candeeiros acesos. A um bico de gás tirou o relógio. Eram seis e um quarto!

— Oh, diabo!... E eu que disse ao Vilaça e aos rapazes para estarem no Braganza pontualmente às seis! Não aparecer por aí uma tipóia!...

— Espera! Exclamou Ega. Lá vem um americano, ainda o apanhamos.

— Ainda o apanhamos!

Os dois amigos lançaram o passo, largamente. E Carlos, que arrojara o charuto, ia dizendo na aragem fina e fria que lhes cortava a face:

— Que raiva ter esquecido o paiosinho! Enfim, acabou-se. Ao menos assentamos a teoria definitiva da existência. Com efeito, não vale a pena fazer um esforço, correr com ânsia para coisa alguma...

Ega, ao lado, ajuntava, ofegante, atirando as pernas magras:

— Nem para o amor, nem para a glória, nem para o dinheiro, nem para o poder...

A lanterna vermelha do americano, ao longe, no escuro, parara. E foi em Carlos e em João da Ega uma esperança, outro esforço:

— Ainda o apanhamos!

— Ainda o apanhamos!

De novo a lanterna deslizou, e fugiu. Então, para apanhar o americano, os dois amigos romperam a correr desesperadamente pela rampa de Santos e pelo Aterro, sob a primeira claridade do luar que subia. (QUEIRÓS, 2012, p. 484-486)

Como se vê, no epílogo do romance ressurgira o próprio Ramalhete, com seu aspecto eclesiástico, figurando como palco para dois anos que contemplaram toda uma vida.⁴³ Carlos e Ega concluem que falharam a vida, sem, no entanto, buscarem pelo que lhes ocorreu de melhor. Ao contrário, sentenciam, a partir de uma leitura muito particular do Eclesiastes, que “não vale a pena viver” e, nesse sentido, são, ao menos na aparência, demasiadamente pessimistas. Por fim, encerram a discussão no binômio razão e paixão, sem chegar a uma conclusão definitiva.

⁴³ “Uma comoção passou-lhe n'alma, murmurou, travando do braço do Ega:
— É curioso! Só vivi dois anos n'esta casa, e é n'ela que me parece estar metida a minha vida inteira!” (QUEIRÓS, 2012, p. 485)

O que tão profundamente assombra, ao final d'*Os Maias*, é justamente a ironia subjacente à sentença de que não vale a pena viver, após ter vivido dois anos tão intensos quanto uma vida toda. Seria possível associar esses dois anos ao que houve de melhor na vida de Carlos e, talvez, de Ega. Mas aqui o cálculo está comprometido pela ideia de que nada disso valeu a pena, apesar de ter realmente se dado com toda a pompa da tragédia e do épico a ela subjacente.

Acompanhando a conversa entre os dois amigos, é possível vislumbrar que ambos se condenam na vida não por uma falha própria, mas por terem sido vítimas de sua própria época.⁴⁴ Ademais, Carlos atribui os males da vida, sobretudo, ao fado⁴⁵ – como não poderia deixar de ser. A partir desse ponto Ega desenvolve um raciocínio muito peculiar: todo o esforço é inútil, não vale a pena dar um passo sequer, pois tudo finda em desilusão e poeira. O melhor é manter o passo lento, prudente e seguro na vida. Ocorre que, logo em seguida, por conta da lembrança de um encontro marcado com os rapazes no Braganza, para cearem, Carlos e Ega, atrasados, saem em busca de um meio de chegarem até lá e, quando avistam um “americano”, ambos se põem a correr desesperadamente – sem deixar de repetir o adágio de que o esforço não vale a pena.

A ironia presente entre a teoria definitiva da existência, a de que não vale a pena o esforço, correr para coisa alguma, e os passos largos dos dois amigos atrás do “americano” é das mais notáveis contradições do romance – e sem a qual não seria possível imaginar a continuidade da existência humana. Talvez não valha a pena, como queriam ao regressarem de Coimbra, correr para se tornar uma glória nacional; mas para matar a fome e não perder a hora do jantar com os amigos, correr é essencial.

O fato de Carlos e Ega contradizerem-se entre o que pensam e o que fazem apenas reforça a ideia de que o confronto entre alma e realidade é insolúvel⁴⁶ – o que, por sua vez, garante a existência tal qual ela se dá a conhecer. A partir dessa

⁴⁴ “Que temos nós sido desde o colégio, desde o exame de latim? Românticos: isto é, indivíduos inferiores que se governam na vida pelo sentimento e não pela razão...” (QUEIRÓS, 2012, p. 485)

⁴⁵ “Depois Carlos, outra vez sério, deu a sua teoria da vida, a teoria definitiva que ele deduzira da experiência e que agora o governava. Era o fatalismo muçulmano. Nada desejar e nada rezear...” (QUEIRÓS, 2012, p. 485)

⁴⁶ Há, conforme Lukács, no romance do século XIX, uma relação necessariamente inadequada entre alma e realidade: “a inadequação que nasce do fato de a alma ser mais ampla e mais vasta que os destinos que a vida lhe é capaz de oferecer”. (LUKÁCS, 2000, p. 117). Trata-se, contudo, como observa o próprio Lukács, de uma realidade interior que entra em conflito com outra, exterior. Ora, não haveria, nesse caso, qualquer solução plausível para o conflito. Se a realidade do herói só faz sentido para ele mesmo, uma vez que ela é interior, não há como a realidade externa figurar senão como antípoda.

contradição, o narrador de *Eça* constrói essa ideia de embate entre uma realidade subjetiva e outra, objetiva por meio da imagem de um esforço que, mesmo vão, como no *Eclesiastes*, é ainda necessário. Qual seria, entretanto, a relação entre essa filosofia e a maior das contradições da obra – o incesto?

Ora, se a única relação amorosa aparentemente promissora do protagonista, Carlos, se mostrará, ao final, incestuosa e, portanto, estéril, Carlos há de ser tão fracassado na vida quanto a aristocracia a que ele pertence – o que não o impede, entretanto, de seguir vivendo como aristocrata em Paris. O traço do *fatum* incestuoso, contudo, potencializa a desilusão com esse estado de coisas.

O incesto, ao figurar no epílogo como os dois anos vividos no Ramalhete, conformando toda uma existência que, por sua vez, resultou em nada, surge aqui, afinal, como metáfora de uma necessidade de a aristocracia, sobretudo aquela resistente aos desígnios da *Regeneração*, sair do próprio círculo para prosseguir como classe – ainda que estéril. Essa hipótese, conforme já assinalado, difere sensivelmente do que propusera Maria Manuel Lisboa:

O escândalo da proposta incestuosa deriva, afinal, do desacato inerente na sugestão de que, quando tudo o mais fracassa, incluindo convenções desgastadas e moralidades exaustas, a única solução talvez seja uma viragem absoluta e um começo *tabula rasa*, segundo outras premissas morais cabalmente diferentes. (LISBOA, 2000, p. 55-56).

Não é possível se pensar em *tabula rasa*, nesse caso, se os pressupostos que moveram Carlos e Eça no decorrer da vida ainda continuam os mesmos – como já observado anteriormente. Não há, por exemplo, qualquer ruptura ou comoção histórica que justifique um reinício de qualquer natureza. Ademais, ambos seguem na mesma corrida inútil em busca de nada. E, de fato, embora a *Regeneração* tenha cumprido, em parte, seus objetivos (como atestam os matrimônios do romance, a serem analisados adiante), esse processo político há de ser aniquilado em 1891 (após, portanto, o *Ultimatum*) – como, de resto, todo o velho regime, com a instauração da República, em 1910. A hipótese apresentada nesta dissertação, no entanto, encontrará amparo em António Coimbra Martins, quando afirma que:

Carlos da Maia representa, [...], a parte mais esclarecida da aristocracia portuguesa [...]. O incesto d'*Os Maias* significa que essa classe, depositária da melhor tradição, a mais capaz ainda de promover a regeneração do País [...], não é capaz de sair do seu mundo fechado. (MARTINS, 1967, p.286-287)

É preciso, portanto, que essa aristocracia resiliente, ou o que dela restou, representada n'*Os Maias*, se redefina enquanto classe no seio de uma sociedade burguesa emergente. Objetivamente, o problema que se impõe é que essa aristocracia, ou pelo menos a melhor parte dela, permanece, incestuosamente, presa dentro de seu próprio círculo, acorrentada pelos seus rígidos códigos de conduta – tal qual Portugal que, embora liberal e burguês, nas instituições e nas ideias, como era ao sabor do tempo, permaneceria (ao menos até o *Ultimatum* inglês de 1890) preso à crença, ilusória e estéril, de ser o centro de um suposto Império Colonial que participava do concerto das grandes potências e que entre elas figurava. É um caso sem solução.

3. Processo Social e Forma Literária na Segunda Metade do Século XIX em Portugal (A *Regeneração*)

No quadro político em que se desenrola a atividade partidária de 1851 a 1868 não há, [...], um rotativismo partidário propriamente dito. Há indefinições programáticas e insuficiente força organizativa, razões impeditivas de uma perfeita alternância no exercício do Poder. Demonstram-no, também, as várias coligações entre regeneradores e históricos e as alianças com cartistas e legitimistas. ‘Grupos de elites burgueso-aristocráticas’ – na definição de Pinto Ravara –, cujas divergências ideológicas programáticas e de estratégia permitiam confrontos de ideias, estimulavam polémicas jornalísticas, instigavam o caciquismo eleitoral, mas que não impediriam a ‘fusão’, em 1865. Coligação governamental que só o movimento da Janeirinha, despoletado no Porto nos inícios de 1868 contra o sistema fiscal, faria ruir. (MATTOSO, 1993, p.104)

A *Regeneração*, como ficou conhecido o processo político que conduziu o Estado português pela segunda metade do século XIX, esteve longe de promover qualquer alteração profunda no curso da história lusitana – não obstante seu programa liberal, que remonta à Carta Constitucional de 1826, e sua proposta modernizadora. Ao fim do século, Portugal ainda era essencialmente agrário,⁴⁷ sua indústria,⁴⁸ ainda que tenha experimentado um crescimento significativo para seus próprios padrões, continuou especializada no setor de alimentos e bebidas (sobretudo vinhos) e os serviços experimentaram um pequeno avanço com a modesta ampliação da frota

⁴⁷ “A questão das subsistências fez-se sentir em Portugal, resultante da depressão mundial que se regista em 1856-1857. O aumento da produção cerealífera americana conduziu a uma crise industrial, à descida dos preços e dos salários e ao aumento do desemprego. Em Portugal, a crise de subsistência reflecte-se na diminuição das exportações, que motiva, conseqüentemente, uma retracção nos investimentos, notória, sobretudo, na construção naval e nos investimentos nos caminhos-de-ferro”. (MATTOSO, 1993, p. 106) Pelo excerto, é possível deduzir a total dependência de Portugal em relação à agricultura: uma queda no preço internacional dos cereais (sobretudo do trigo), devido ao aumento da produção estadunidense, reduz drasticamente as receitas que a economia lusitana acabava de auferir por começar a exportar um pouco de grãos – e isso compromete os investimentos em todos os demais setores da economia.

⁴⁸ “Apesar do lento processo de industrialização ocorrido nestes cerca de cinquenta anos (1851-1900), a economia portuguesa permaneceu ao longo do período em análise uma economia essencialmente agrícola.” (OLIVEIRA MARQUES, 2004, p. 96)

mercante.⁴⁹ Diante de tal estagnação, não espanta que a Monarquia tenha ruído em 1910, cedendo lugar à República.

O fato é que o arranjo político da *Regeneração*, embora servisse ao interesse supremo de manutenção das instituições em pleno funcionamento (a fim de propiciar a estabilidade necessária às reformas por um Portugal moderno), não feria os interesses da elite. Não havia diferenças substanciais entre os partidos políticos – o que comprometia sobremaneira a alternância no exercício do poder. A Câmara dos Pares,⁵⁰ instituída já pela Carta de 1826,⁵¹ era o garante de um sistema essencialmente elitista, uma vez que se tornou uma instância de privilegiados, permitindo aos seus membros o equilíbrio no convívio e um mútuo entendimento – não só pela homogeneidade de sua composição, majoritariamente nobre e proprietária de terras (mais de dois terços de seus membros em 1859),⁵² mas também porque não havia diferenças de monta entre suas propostas políticas. Ademais, havia o poder moderador que, na opinião de um grande estadista da época, “representava a instituição que garantia a ordem, de molde a evitar ‘o desenfreamento das paixões políticas’” (*Idem*).

O pariato, como ficou conhecido o sistema emanado da Câmara dos Pares, não passava, afinal, de mais um clube para que a elite portuguesa exercesse um de seus esportes diletos (a política), conforme um código aristocrático canhestro muito bem observado pelo marquês de Fronteira, nas suas memórias:

⁴⁹ “A política da Regeneração procurava incrementar o desenvolvimento dos sectores produtivos agrícola, comercial e industrial, porém, o crescimento agrícola, preocupação fundamental dos governantes, não desempenhou um papel fomentador da industrialização. A estrutura agrária retardou, de certa forma, a aceleração industrial e a própria dinâmica capitalista.” (MATTOSO, 1993, p. 107)

⁵⁰ Os Pares do Reino, ao menos até 1885, eram, pela lei, representantes do rei – e não da nação. (Cf. OLIVEIRA MARQUES, 2004, p. 185).

⁵¹ A Carta Constitucional de 1826, outorgada por D. Pedro, sucessor de D. João VI, instituiu o poder moderador e o sistema bicameral, com uma Câmara de Deputados eleitos e uma Câmara dos Pares, de nomeação real, vitalícios e hereditários. A primeira ‘fornada’ incluía já 72 pares indicados, entre eles todos os arcebispos do reino. É nessa câmara alta que o clero e a nobreza retomam parte ativa no poder legislativo (Cf. MATTOSO, 1993, p. 156-157)

⁵² A Câmara dos Pares, em 1859, era composta por mais de dois terços de nobres titulares. Duas décadas depois, em 1879, apenas metade de seus membros eram membros da nobreza. Em 1898, era apenas um terço. (Cf. OLIVEIRA MARQUES, 2004, p. 160)

[...] Fiquei maravilhado da revolução que tinha havido na mesma sociedade e da mudança de opiniões políticas em grande parte da aristocracia. Os fidalgos, que com tanto entusiasmo haviam proclamado o absolutismo em 1823, lisonjeavam-se muito com o pariato e parecia que se tinham feito liberais. Chegava a ser um pouco caricato o muito que apreciavam o pariato hereditário não dispensando a farda de Par nas mais pequenas *soirées* e quando a largavam vestiam um fraque azul com uns botões imensos em que estavam gravados o manto de Par e a legenda: ‘Par do Reino’. (*Apud* MATTOSO, 1993, p. 157)

Os mesmos aristocratas que eram pelo absolutismo (os miguelistas) antes da Carta Constitucional, percebem, já no regime liberal, que a mudança estava conforme o código social por eles defendido. Seus privilégios e sinais de distinção permaneceram intocados, ainda que já não fizessem sentido em meio a uma ascensão burguesa. Esse processo de domesticação da aristocracia, portanto, não prescindia da lógica exclusivista. Ao contrário, por meio de insígnias um tanto quanto caricatas, como a farda de Par e os botões com legenda, estava garantida a distinção social tão cara à fidalguia.

O fato novo da *Regeneração* estará, justamente, no caráter de relativa estabilidade de que o sistema será dotado. Entre 1826 e 1851, o arranjo político de uma monarquia constitucional assentada numa câmara alta (de inspiração inglesa) sofrera reveses contínuos, sendo mesmo suspenso por longos períodos (entre 1838 e 1842, por exemplo). É só com a *Regeneração* que a máquina estará azeitada o suficiente para funcionar.⁵³ Ainda assim, a questão da hereditariedade será constantemente contestada e reformulada – sobretudo pelos sinais de que um sistema assentado em privilégios não era financeiramente sadio para o Reino.

Uma das questões mais prementes era, de fato, a do endividamento aristocrático, que se tornara um processo cumulativo,

⁵³ “A Carta e as câmaras foram as instituições políticas que mais durabilidade mantiveram durante a monarquia constitucional, certamente porque se adaptaram às necessidades que foram surgindo até à década de 90 e tentaram ser, essencialmente, um elo de conciliação entre a velha e a nova ordem institucional.” (MATTOSO, 1993, p. 158)

[...] devido à proteção de que as casas nobres desfrutavam, a qual se traduzia em novas doações ou na concessão, [...], de administrações judiciais, segundo uma lógica claramente extra-económica (sustar ou atrasar um processo de reembolso ou de pagamento de juros, a partir do argumento de conveniência ‘política’ de ‘se não arruinarem as casas principais, que fazem o esplendor da Nobreza da Corte, cuja conservação era indispensável nas monarquias’). (MATTOSO, 1993, p. 395)

Não obstante a nobilitação⁵⁴ de uma parte da burguesia que houvera contribuído para a manutenção do regime liberal, havia distinções dessa ordem, que só se explicam por um dever de classe inerente ao código aristocrático – conforme Elias, citado no capítulo anterior. Daí que a mesma burguesia, muito bem recebida e hospedada pelo pariato, há de se voltar contra ele – mesmo porque sua nobilitação se dava à custa de elevadas somas. O que interessa à análise, entretanto, é o fato de que o arranjo desnuda a interdependência entre esses dois grupos de poder:

Se a [burguesia] se nobilitava por via das concessões régias, obrigando-a, por vezes, ao pagamento de elevados estipêndios, a [nobreza] conformava-se com um modo de vida mais burguês, envolvendo-se numa importante actividade económica e financeira. Esta interdependência económica e social entre as elites dirigentes insinua, afinal, uma fragilidade estrutural da burguesia nacional para conduzir sozinha os negócios públicos. (OLIVEIRA MARQUES, 2004, p. 157-158)

⁵⁴ “O Liberalismo, [...], assistirá à emergência de uma nova aristocracia, de cepa liberal, em virtude do seu interesse em criar novas elites que sustentassem o regime. Por isso a Coroa, desde D. Pedro IV, enveredará por uma política de concessão de títulos nobiliárquicos, promovendo os militares e os burgueses que tinham contribuído para a vitória definitiva da ordem liberal.” (OLIVEIRA MARQUES, 2004, p. 157)

É certo que a nobreza sempre esteve envolvida na atividade econômica. A novidade, nesse contexto, é que, além de explorar a renda das terras de que fora historicamente senhora, a nobreza passará a diversificar seus investimentos e negócios em meio às novas oportunidades que se apresentam para a inversão de seu capital. Esse processo é essencial para justificar sua permanência à frente do comando político do país. De qualquer forma, o que mais parece importar para a burguesia que adentra ao clube não é a competição por ser o mais rico, senão a disputa por um sinal de distinção.⁵⁵ É de se notar, ainda, que os principais nomes da política portuguesa, no período, eram de nobilitação recente – vide os duques de Wellington, da Terceira, de Palmela, de Saldanha e de Loulé (Cf. OLIVEIRA MARQUES, 2004, p. 159). É dizer que a velha nobreza de linhagem, como o fictício, mas não menos plausível, Afonso da Maia, anda apartada da política – cedendo espaço a uma nova nobreza. Entre a nova e a velha composição da elite, contudo, há um valor comum, qual seja, a distinção aristocrática, de que trata Elias, e que o historiador Oliveira Marques confirma:

A proliferação de títulos, [...], significa, afinal, o predomínio dos valores aristocráticos, que motivam estes homens a procurar na aquisição de títulos a consideração e o reconhecimento públicos. Só lentamente, a partir das décadas de 1870 e 1880, assistiremos à desvalorização social dos títulos nobiliárquicos. (OLIVEIRA MARQUES, 2004, p. 159)

⁵⁵ “A Regeneração continuará esta política de promoção aristocrática, elevando a categoria social daqueles cujo mérito foi assinado por uma prestigiada carreira militar ou política, ou nobilitando elementos da grande burguesia comercial e financeira. Entre 1851 e 1890 a Coroa concedeu 661 títulos, a maioria dos quais atribuídos durante o reinado de D. Luís. [...] Esta aristocracia de nobilitação recente não deve confundir-se, porém, com a nobreza de linhagem, herdeira das velhas famílias tradicionais cujos pergaminhos se baseavam no nascimento e na transmissão hereditária.” (OLIVEIRA MARQUES, 2004, p. 158)

Burguesia, afinal, nessas alturas do século XIX, era ainda um conceito vago.⁵⁶ daí a necessidade de autoafirmação, a partir das regras de uma classe aristocrática há muito estabelecida e que comandava o jogo social.

Todo esse processo social, até aqui descrito, encontrará, na forma do romance, várias manifestações. Para ilustrar a hipótese, n’*Os Maias*, será necessário proceder a breve investigação de alguns dos diversos matrimônios que compõem a trama e que, de certo modo, traduzem o processo de acomodação entre as classes nesse período.

Começando pelo casamento de Afonso da Maia e da Condessa de Runa, num período que antecede ao da *Regeneração* (1851), há de se notar a força da tradição aristocrática e a função social dessa aliança entre iguais – a de manter prósperas as melhores casas do Reino. Será o único enlace de natureza simétrica presente no enredo. Todos os demais, mesmo os que envolvam algum membro da nobreza, terão já um toque regenerador, por assim dizer.

A primeira união a afrontar esse estado de coisas será, justamente, aquela entre o filho de Afonso, Pedro da Maia, e a filha do negreiro dos Açores, Maria Monforte. Como já foi notado em análise anterior, trata-se do casamento que ocorre em plena *Regeneração*, sendo sua síntese enquanto ideal: é a acomodação entre uma nobreza tradicional (Pedro) e uma burguesia ascendente (Maria). Ao lado do enlace incestuoso entre Carlos Eduardo e Maria Eduarda, o *affaire* entre Pedro e Maria terá um diferencial em relação aos demais: é narrado, ao menos na construção das personagens, conforme as convenções do romantismo (traço formal a ser analisado oportunamente). Como também já foi abordado aqui, trata-se de um arranjo matrimonial totalmente rejeitado por Afonso. Por fim, Maria acabará por fugir com um príncipe napolitano e Pedro, com a honra ferida, desferirá um tiro no próprio peito.

⁵⁶ “Se os escritores do século XIX transmitiram uma imagem confusa da burguesia, com frequência espelhando os seus próprios preconceitos, os dicionários da época não são mais elucidativos e à notória imprecisão conceptual de ‘burguês’ acrescentam a ausência de qualquer referência à palavra ‘burguesia’”. (OLIVEIRA MARQUES, 2004, p. 162)

Mesmo hoje em dia, o uso do termo ainda é controverso: “[...] a pródiga polivalência com que a linguagem sociológica adota o termo ‘burguês’ favorece o seu uso para classificar ora atitudes convencionais, ora atitudes malditas. Quem já não ouviu falar não só em conformismo burguês, mas também em individualismo burguês? Em racionalismo burguês ao lado de irracionalismo burguês? Em conservadorismo burguês ao lado de liberalismo burguês? Em compromisso pequeno-burguês ao lado de radicalismo pequeno-burguês? [...] Assim, o termo que tudo abraça nada segura.” (BOSI, 2002, p. 46)

O que configura uma tragédia nos alvares da *Regeneração*, acabará por ser a regra daí por diante. Recorde-se a união entre o conde de Gouvarinho (nobre aristocrata, feito Par do Reino), e a filha de um comerciante a quem o conde fará condessa de Gouvarinho. Também o enlace entre burgueses ricos, como aquele que se dá entre o banqueiro Cohen e a divina Raquel Cohen. Ou mesmo o casamento de Dâmaso Salcede (o burguês que se dá ares fidalgos) com a filha do conde de Águeda (um nobre arruinado). Sobre todos eles paira a nódoa do adultério: Maria Monforte e Tancredo; a condessa de Gouvarinho e Carlos da Maia; Raquel Cohen amante de Ega e, depois, de Dâmaso; a mulher de Dâmaso e um rapaz, o Barroso. São todos, ademais da exceção já feita à Monforte, enredados conforme as regras do romance realista.

A relação incestuosa entre Carlos da Maia e Maria Eduarda configura um caso à parte. Seu contraponto não estará explícito, senão sugerido. Trata-se, conforme apontado antes, do casamento morganático entre o regente, D. Fernando II, e a atriz Elise Hensler. Talvez até seja possível afirmar que todos os matrimônios regeneradores elencados até aqui sejam, também, contraponto ao enlace de Carlos com Maria Eduarda – como de fato são. Entretanto, a relação morganática, por se dar no mais alto grau da monarquia, serve como paradigma para todas as demais uniões.

No casamento morganático, resta clara a necessidade, imposta pelo movimento histórico que toma corpo pela *Regeneração*, de que seja estabelecida uma aliança entre a aristocracia e a burguesia. A diferença, no caso, é que a relação morganática, institui um limite para essa união – justamente ao impedir que os direitos de sucessão de bens e títulos do nobre sejam transmitidos ao cônjuge burguês. É como se a concessão fosse imperfeita, a fim de que seja possível: o casamento é permitido porque se respeitam as regras do coração, conforme o ideal burguês; mas também é possível porque são preservados os privilégios de sangue, consoante o código aristocrático. É por esse instrumento jurídico que o processo histórico toma sua forma paradigmática – os demais matrimônios do romance não chegam a esse grau de sofisticação, no que diz respeito à preservação dos direitos sucessórios (mesmo porque se trata de uma nobreza menor). Por último, é sempre bom lembrar, o casamento morganático era comum entre os aristocratas da Alemanha, de onde provinha D. Fernando II, mas nunca existiu em Portugal (a união do regente com Elise nesses termos configura um caso isolado) – por isso a referência a esse fato de forma simbólica.

O avesso do casamento morganático tomará sua forma trágica no incesto entre Carlos Eduardo e Maria Eduarda. Ainda que involuntário, o incesto lá está para apontar o fracasso e o fim do velho Portugal, do velho Afonso e da velha aristocracia que não se compôs aos novos tempos. O que desalenta é que, se a tradicional elite portuguesa de antes da *Regeneração* já não serve ao país, tampouco servirá o novo arranjo regenerador. Basta lembrar o diálogo entre Ega e Carlos no epílogo do romance para perceber que nada, efetivamente, mudou.

Esse encontro entre história e romance, conforme apontado até aqui, é uma novidade para a ficção. Não que a literatura tenha ignorado a história até então, mas o fato é que, nesse contexto, o recurso é programático por parte dos escritores. A partir do texto romanesco, por exemplo, no capítulo anterior, foi possível traçar um quadro do que seria o movimento de transformações por que passavam as classes sociais na segunda metade do século XIX na Europa e, especialmente, em Portugal. A intenção, doravante, é investigar como esse processo histórico, marcado pela *Regeneração*, influenciou na forma romanesca – sobretudo porque essa passagem do universo empírico para o literário também era programática, como visto, por parte de Eça de Queirós. Esse processo é atentamente observado por Eric Auerbach, ao se debruçar sobre *O Vermelho e o Negro*, de Stendhal:

Os caracteres, as atitudes e as relações das personagens atuantes estão, portanto, estreitamente ligados às circunstâncias da história da época. As suas condições políticas e sociais da história contemporânea estão enredadas na ação de uma forma tão exata e real, como jamais ocorrera anteriormente em nenhum romance, aliás em nenhuma obra literária em geral [...]. O fato de encaixar de forma tão fundamental e conseqüente a existência tragicamente concebida de um ser humano de tão baixa extração social, [...], na mais concreta história da época, e de desenvolvê-la a partir dela, constitui um fenômeno totalmente novo e extremamente importante. (AUERBACH, 2001, p. 408)

Stendhal, ao alcançar tal façanha, escreve o primeiro romance realista, segundo Auerbach, de que se tem notícia. É certo que, como o próprio crítico reconhece,⁵⁷ Flaubert elevará o realismo à outra dimensão a partir de distintas soluções formais. O que interesse por ora, no entanto, é notar que Eça de Queirós, já bastante experimentado nesses autores, e tomando *A Educação Sentimental*, de Flaubert, como modelo,⁵⁸ também logrará inserir um personagem seu, todavia de extração social elevada, na mais concreta história de seu país, para falar como Auerbach.

3.1 A Dialética entre a Resiliência da Aristocracia e a Ascensão da Burguesia – o Processo Social da *Regeneração*

Um dos principais temas interiores do romance é justamente o tema da inadequação de um personagem ao seu destino e à sua situação. O homem ou é superior ao seu destino ou é inferior à sua humanidade. (BAKHTIN, 1998, p. 425)

[T]he idea of literary form as the fossil remains of what had once been a living and problematic present. (MORETTI, 2013, p. 14).

N’*Os Maias*, o fóssil que nos revela a problemática do presente vivido pelas personagens do século XIX português está na forma folhetinesca – mais precisamente

⁵⁷ “[...] a posição de Flaubert diante do seu objeto é totalmente diferente. No caso de Stendhal e de Balzac, ouvimos com frequência, [...], o que o autor pensa acerca das suas personagens e dos acontecimentos [...]. Ouvimos também muito amiúde o que as próprias personagens pensam ou sentem [...]. Estas duas coisas faltam em Flaubert quase inteiramente. A sua opinião sobre os acontecimentos e as personagens não é expressa [...]. Embora ouçamos o autor falar, ele não exprime qualquer opinião e não comenta”. (AUERBACH, 2001, p. 435).

O objetivo de Auerbach, para além de demonstrar a singularidade de Flaubert dentre os seus compatriotas na elaboração formal da narrativa, está, antes de tudo, em situá-lo historicamente – em estabelecer as relações entre o momento pós 1848 na França, o fazer literário e a própria obra. Essas condições de possibilidade para o escritor também são analisadas por Lukács, em “Narrar ou Descrever?”, mas a partir de uma abordagem distinta, uma vez que Lukács está mais interessado na postura do autor ante a narrativa e a vida.

⁵⁸ “The glance at Flaubert is clearly an act of homage” (WOOD, 2008, p. 5). Para Wood, Eça presta uma homenagem a Flaubert. E é muito provável que Eça tenha tido essa intenção: “Em literatura o ‘retrato’ torna-se assim a investidura oficial da glória” (Eça de Queirós, “A Propósito de *Os Maias*”, in: *Notas Contemporâneas*).

em um de seus elementos: o incesto.⁵⁹ Para que não seja simples, a análise não deve ignorar o fato de que a obra é, antes de tudo, um romance, mas, ao mesmo tempo, um folhetim. Resta investigar o porquê dessa necessidade estilística, uma vez que esse hibridismo entre uma narrativa romanesca realista e um enredo folhetinesco romântico resulta numa obra-prima.⁶⁰

Ora, se o que vem sendo defendido até aqui é justamente que *Os Maias* retratam um período de transição de valores e de acomodação entre aristocracia e burguesia, nada mais natural do que estabelecer um diálogo entre elementos folhetinescos e românticos com elementos do romance realista (uma vez que ambos os gêneros são bem ao gosto tanto da pequena burguesia,⁶¹ quanto de uma alta burguesia culta que busca o status aristocrático).⁶²

O processo social português retratado pela obra se desdobra, justamente, nesse procedimento formal, uma vez que, ao eleger o incesto como metáfora do fim de uma era aristocrática, Eça esteja, de fato, elegendo um elemento muito afeito ao folhetim, porém, no caso, circunscrevendo-o a um romance realista.⁶³

Eça aponta, ainda, nesse procedimento, para a necessidade de formação e, mais, da estruturação de uma sólida burguesia nacional. Ainda que o autor tenha sido um contumaz crítico da burguesia, aqui ele acaba por identificar a origem da crônica debilidade dessa classe em Portugal: a estreita relação e interdependência entre

⁵⁹ “Now we notice that one recurring theme in romance is the theme of incest, very often of father and daughter.” (FRYE, 1976, p. 44). O crítico usa a expressão *sentimental romance* (ou apenas *romance*) para se referir ao folhetim.

⁶⁰ O fato não é novo. Frye já apontava para a recorrência desse hibridismo, ao dissertar sobre o folhetim (*romance*, em inglês): “In fact the popular demand in fiction is always for a mixed form, a romantic novel just romantic enough for the reader to project his libido on the hero and his anima on the heroine, and just novel enough to keep these projections in a familiar world”. (Cf. Northrop Frye, *Anatomy of Criticism*, Apud MCKEON, 2000, p. 6-7).

⁶¹ “I expected bourgeois literature to be defined by new and unpredictable plots” (MORETTI, 2013, p. 15)

⁶² “The social affinities of the romance, with its grave idealizing of heroism and purity, are with the aristocracy.” (Northrop Frye, *Apud* MCKEON, 2000, p. 7)

⁶³ “In every period of history certain ascendant values are accepted by society and are embodied in its serious literature. Usually this process includes some form of kidnapped romance, that is, romance formulas used to reflect certain ascendant religious or social ideals.” (FRYE, 1976, p. 29-30)

Parece ser este o caminho que Eça encontrou para inserir o ideário aristocrático (via folhetim) no universo do romance realista burguês.

burgueses e aristocratas. Não que a aristocracia fosse maléfica em si, mas a necessidade de autoafirmação desse burguês tardio ante o nobre só poderia resultar no esfacelamento moral da classe média. É o que ocorre com Amaro, por exemplo (em *O Crime do Padre Amaro*). De origem humilde, adotado por uma família aristocrática também empobrecida, Amaro vê como única possibilidade de ascensão e de aceitação social, nesse círculo, tornar-se padre sem, necessariamente, ser vocacionado. Essa imposição social resultará numa crise moral irreparável.⁶⁴

É como se Eça defendesse que essa nova burguesia não deva se espelhar numa classe ociosa para construir um projeto de nação. Ao fim, lá estão o Cohen, o Vilaça e todos os burgueses, no seu passinho firme. Desgraçados estão o Ega e Carlos – os fidalgos que tanto prometiam. Acaso terão, entretanto, esses burgueses a legitimidade para serem os senhores de uma nova classe dominante?⁶⁵ Basta recordar o desespero mesquinho de Vilaça diante da descoberta de que Maria Eduarda era irmã de Carlos. Ao contrário das demais personagens, chocadas com a desgraça moral que eram dois irmãos de sangue dividirem o mesmo leito, Vilaça se desespera por saber Maria Eduarda herdeira legítima! Uma desgraça para os cofres da família!⁶⁶ Certamente não é dessa burguesia que se espera algo edificante para o futuro de Portugal. O que resta, então?⁶⁷

Se os burgueses, até aqui, ainda não haviam solidificado um mito sobre eles mesmos, como fizeram os aristocratas com seus cavaleiros, não há aventura que se sustente num romance burguês – e Quixote será a primeira prova literária desse fato. Ao burguês, ocupado de seus negócios, não interessa a aventura do cavaleiro, senão a estabilidade política e econômica de uma *Regeneração*. Nesse sentido, a única aventura,

⁶⁴ Essa é a hipótese defendida no trabalho intitulado “O fidalgo, o padre e o profanador em *O Crime do Padre Amaro* (1ª edição – versão da Revista Occidental)” (ainda não publicado), apresentado no “I Encontro do Grupo Eça: a 1ª versão de *O Crime do Padre Amaro*”, em outubro de 2014, sob coordenação do Professor Dr. Helder Garmes.

⁶⁵ “As the old regime was ending, the new men proved incapable of acting like a true ruling class” (MORETTI, 2013, p. 21)

⁶⁶ “Se aparecer uma irmã do Maia, legítima e autêntica, são quatrocentos contos e pico que cabem à irmã do Maia!...” (QUEIRÓS, 2014, p. 489)

⁶⁷ “No plano político-cultural, trata-se de um déficit histórico na formação das elites políticas, econômicas e sociais, causado por um ciclo colonial excessivamente longo que permitiu durante demasiado tempo o recurso a soluções fáceis para problemas difíceis e a saídas ilusórias para bloqueios reais.” (SANTOS, 2011, p. 15)

por assim dizer, de grande envergadura presente no romance de Eça é, justamente, a do incesto. Mas como se trata, aqui, de um gênero, por excelência, híbrido, o incesto é não só a grande aventura do enredo, mas também a sua dimensão trágica – como era de se esperar quando se trata com personagens altas, conforme uma visão aristotélica. Mas este século é o XIX. Note-se que a aventura aqui não tem a dimensão do risco. Aventura, no contexto do romance realista, é justamente o oposto do risco. Como é possível observar desde *Robinson Crusoe*, numa leitura posteriormente contestada pelo próprio Moretti (Cf. MORETTI, 2013, p. 27), a aventura burguesa é toda tentativa de controlar o destino. Mas teria o século da razão controle sobre o imponderável,⁶⁸ como bem questiona Eça? Se a fórmula é relativamente eficaz para *Crusoe*, o mesmo não se poderá dizer no caso de Carlos da Maia. Por que, então, teria Eça optado por essa dimensão trágica em um romance realista (embora se trate de um trágico muito mais folhetinesco do que clássico)? Por que andar na contramão do movimento literário de que ele mesmo fora precursor em Portugal? Justamente porque há uma diferença fundamental na descontinuidade entre aristocracia e burguesia: enquanto aquela é movida por turbulentas paixões, típicas de uma classe afeita à guerra (comumente representada em histórias de gênero romanesco);⁶⁹ esta tem seu interesse num cotidiano pacífico e repetitivo, que garanta um ambiente tranquilo para os negócios⁷⁰ (representado, por sua vez, no romance realista). Daí o caráter híbrido da obra.

No plano político, a *Regeneração*, iniciada em 1851 e tendo como auge o ano da morte da rainha, D. Maria II, em 1868, será o processo social que, justamente, tentará promover esse ambiente seguro – tão caro à burguesia.

Principiando pelo contexto mais amplo da Europa, conforme Arno J. Mayer,⁷¹ o novo estágio pelo qual o modo de produção capitalista passava não foi capaz, ainda no

⁶⁸ “Have human reason and practical intelligence any power against the accidents of fate, against Fortune?” (MORETTI, 2013, p. 27)

⁶⁹ Ver nota 61.

⁷⁰ “Here, the discontinuity between the two ruling classes is unmistakable: if turbulent passions had idealized what was needed by a warlike caste – the white heat of the brief ‘day’ of battle – bourgeois interest is the virtue of a peaceful and repeatable [...] everyday: less energy, but for a much longer time.” (MORETTI, 2013, p. 32)

⁷¹ “Down to 1914 Europe was pre-eminently preindustrial and prebourgeois, its civil societies being deeply grounded in economies of labor-intensive agriculture, consumer manufacture, and petty commerce. Admittedly, industrial capitalism and its class formations, notably the bourgeoisie and the factory proletariat, made vast strides, especially after 1890. But they were in no position to challenge or

século XIX, de suplantar a estrutura social pré-existente – uma vez que, primeiro, a indústria ainda não era a maior responsável pela produção de riqueza; e, segundo, as estruturas econômicas baseadas na propriedade da terra (agricultura), nas oficinas familiares (manufaturas) e no pequeno comércio ainda estavam intactas. Nesse sentido, as estruturas de classe ainda não haviam sido profundamente alteradas – exceto, talvez, na França – e a aristocracia ainda era preeminente.

É preciso, ademais, observar que, ao longo do tempo, a indústria nunca suplantou, sozinha, os demais setores da economia – embora tenha ganhado peso relativo cada vez maior, como reconhece o mesmo Mayer.⁷² O argumento fundamental, no entanto, é o de que, não obstante a crescente industrialização, as bases econômicas da aristocracia permaneceram predominantes durante muito tempo. Países como a Alemanha (dos Junkers), o Japão (da Era Meiji) e a própria Inglaterra (a da Câmara dos Lordes) passaram por revoluções conservadoras que, simultaneamente, puderam promover uma profunda transformação na base econômica enquanto mantinham as estruturas sociais e culturais da elite praticamente intactas.

No caso d’*Os Maias*, resta claro que a família, ao menos até à venda das propriedades da Tojeira e de Benfica, para a reforma e manutenção do Ramalhete, figura entre os grandes proprietários de terra, cujo prestígio social e rendas se assentam, justamente, sobre essa condição.⁷³ Santa Olávia e seus frequentadores lá estão para confirmar esse estado de coisas.⁷⁴

supplant the tenacious economic and class structures of the pre-existent capitalism”. (MAYER, 1981, p. 17).

⁷² “(...) agriculture and consumer manufacture continued to outweigh the capital goods sector, in large measure because key landed and manufacturing interests excelled at adapting new production techniques and at enlisting state support to cushion their relative economic decline. Despite dramatic advances by the new capitalism, agriculture, urban real estate, and consumer manufacture continued to provide the essential material foundations for Europe’s *anciens régimes* between 1848 and 1914.

Except in the United Kingdom, the agricultural sector claimed a larger share of the labor force and also generated a larger proportion of the gross national product than any other single sector. [...] In addition, in all countries landed property was still without exception the principal form of personal wealth and the main source of private income, also because of rising real estate values in the cities.” (MAYER, 1981, p. 19)

⁷³ É imprescindível notar que aristocracia difere de nobreza: “These landed and public service nobilities were not identical with the aristocracies [...] The aristocracies were altogether more exclusive and restricted. Composed of only a few large families bound by kinship and wealth, they claimed superior birth, breeding, and status. In addition to commanding precedence at grand public rituals and social functions, [...], the blue-bloods considered the top posts in the public service theirs by entitlement. Although aristocrats earned their living in these nonhereditary positions, [...], they relied on their lands to

O burguês, por sua vez, será mais visível e predominante em cidades portuárias,⁷⁵ onde realiza seu comércio, ou ainda junto às manufaturas. Daí Lisboa, no caso d'*Os Maias*, ser fundamental como cenário do romance. Certamente muitos burgueses adquiriram seu quinhão de terra, mas o sentido dessa compra era outro – o campo era seu espaço de lazer.⁷⁶

O fato, conforme já apontado, é que a agricultura era, não só na Europa, mas também em Portugal, a base da economia – e começara a mudar, mas muito lentamente. No início do Século XIX, apenas cerca de um sexto da massa terrestre de Portugal era cultivada. As reformas econômicas do regime liberal, da igreja e de algumas terras reais, a partir da cisão da aristocracia, com a implantação do usufruto e a abolição de muitas obrigações senhoriais, ampliaram sobremaneira o mercado da terra e as oportunidades para a agricultura. Com a abolição de todos os morgados (vinculação de propriedades) em 1863, o direito sucessório na terra previa a divisão igualitária dos bens entre os herdeiros. Dessa forma, o tamanho médio das unidades de cultivo português permaneceu sem viabilidade econômica pelo seu pequeno porte. De qualquer modo, as reformas atraíram a maioria dos elementos mais ricos para o regime liberal, uma vez que a carreira pública também se abria para eles.⁷⁷ Assim, as mudanças na fundiária portuguesa e da agricultura entre 1834 e 1855 não foram fruto de reformas drásticas no processo produtivo, mas apenas na consolidação de uma nova classe de proprietários de

provide the (unearned) income and wealth that underwrote their presumptive, [...], ethos, comportment, and world-view". (MAYER, 1981, p. 80)

⁷⁴ “[...] the large landowners, [...], were the chief economic and social supports of the *anciens régimes*. Large landed property was the principal source not only of the extravagant income and wealth of the agrarian elites but also of their inordinate social prestige, cultural pre-eminence, and political sway. In all respects, including numbers and wealth, the agrarians continued to surpass the magnates of business and the liberal professions”. (MAYER, 1981, p. 24)

⁷⁵ “[...] the landed and public service nobilities maintained their social and cultural hegemony in the capitals and countryside while the merchant bourgeoisie claimed codetermination in the manufacturing and port cities. In turn, this continuing social and cultural dominance sustained the old elites’ hold on the state that helped them slow down their long-term economic decline and soften the blows of the business cycle.” (MAYER, 1981, p. 23)

⁷⁶ “To the extent that the bourgeoisie became landed, they acquired country houses rather than large producing estates.” (MAYER, 1981, p. 27)

⁷⁷ “[...] recruitment was streamlined to facilitate the access of qualified commoners, and promotion increasingly hinged on service performance and qualification instead of on birth or social connection [...]. But this is not to say that the civil service had become a career open to talent. Certain branches of state service – army, foreign office, diplomatic corps – remained a privileged preserve of the old nobilities with their ascriptive claim to authority.” (MAYER, 1981, p. 176)

médio e grande porte, provenientes da classe média alta e da aristocracia, que agora controlavam as principais fontes de riqueza. Essa classe foi capaz, em conjunto com grandes interesses comerciais e financeiros, de manter a maior parte do controle sobre a governança portuguesa durante a *Regeneração* (Cf. OLIVEIRA MARQUES, 2004, p. 95-97). Nesse contexto, ainda que a burguesia esteja ascendendo e o país se modernizando na economia e nas instituições, resta claro que a aristocracia não sairá liquidada do dia para a noite. As reformas ocorrem, mas a base econômica que sustenta a casta nobre segue, senão intacta, ainda mais favorável a quem já é senhor das terras. Impossível, portanto, ignorar essa contradição sistêmica – na literatura inclusive.

No nível do romance, embora Carlos Eduardo da Maia seja o exemplar da elite portuguesa a quem o momento histórico sorri, seu destino, pelas razões vistas até aqui, há de se chocar com esse estado de coisas. Sua relação incestuosa com a irmã é o ápice da resiliência aristocrática ante a ascensão burguesa em curso. Todavia, em sentido negativo, pois o momento é muito mais afeito a concessões do que a movimentos de resistência. Resiliência seria, justamente, persistir e resistir mediante concessões. Mas não há, por parte de Carlos, qualquer tipo de concessão: se não pode se unir a sua irmã, melhor permanecer sozinho, em Paris. O herói, para falar com Bakhtin, na epígrafe, não se adequa. O problema é que, nesse caso, a resolução é estéril, uma vez que ele é o último varão de sua raça e, se não houver herdeiros, estará acabada sua estirpe. Claro está que o artifício é proposital, por parte do narrador – mais especificamente, por parte do autor implícito. Entretanto, para deduzir as razões desse autor implícito é preciso, antes, investigar as tensões geradas no romance quando do embate direto entre uma aristocracia resiliente e uma burguesia ascendente.

Esse embate direto se dá em dois momentos da narrativa. O primeiro deles é quando Afonso da Maia, aristocrata de tradição, rejeita categoricamente a união de seu filho, Pedro da Maia, com Maria Monforte, por ser ela filha de Manuel Monforte, um burguês em ascensão que fez fortuna negociando escravos, segundo consta. O narrador jamais há de contestar as razões morais de Afonso. Apenas o burguês Vilaça, conforme já apontado, há de lembrar que se trata de moça honesta. Afonso não há de recordar, como o fará Gonçalo Mendes Ramires pela escrita, ainda que num tom grandiloquente (em *A Ilustre Casa de Ramires*), eventuais fragilidades morais de sua estirpe, a fim de relativizar sua postura ante Manuel Monforte. A rigidez moral de Afonso não permite que ele ceda o passo nem mesmo após o casamento do filho e o nascimento dos netos.

O velho só há de abrir os braços a Pedro quando Maria Monforte abandona o marido, com o menino Carlos, e parte com Tancredo e a pequena. Ainda assim, será tarde demais... Pedro, ferido na sua honra, deveria, como todo aristocrata, lavar sua alma num duelo. Mas os tempos são regeneradores e românticos. Tendo o príncipe napolitano fugido com a Monforte, resta a Pedro apenas o ato desesperado do suicídio.

O segundo momento de embate se dará entre Carlos Eduardo e Castro Gomes. A situação, nesse caso, é completamente outra. Carlos, o aristocrata refinado e da mais alta estirpe que há na terra, crê ser amante de uma mulher cujo suposto marido é um burguês riquíssimo, brasileiro, a quem não cabe qualquer recriminação moral. Nesse caso, a posição social de Castro Gomes confere mesmo todo o requinte ao adultério de que Carlos participa. Conforme as regras aristocráticas em que Carlos se insere, tanto mais chique a aventura amorosa quanto maior a estatura social da amante. Acresce que, para o caso, embora a burguesia (ao menos sua parte mais rica) seja mais bem recepcionada no seio da aristocracia do que fora outrora (basta lembrar as figuras que frequentam o salão de Afonso da Maia), há uma pontinha a mais de prazer ao supostamente enganar um burguês que se pretende tão refinado quanto o aristocrata. Basta recordar, nesse quesito, a menção que faz Castro Gomes ao quadro de Constable, que Carlos ostenta no Ramalhete – o brasileiro também tem o seu Constable. Embora um ou outro ornamento de Castro Gomes demonstre, de fato, um gosto duvidoso para sua indumentária, o que sucede, mais uma vez, é que o burguês há de sair ileso desse embate. A suposta esposa era, na verdade, uma mulher a quem ele pagava. Não havia, portanto, motivo para se baterem, Carlos e Castro Gomes, em duelo. Ademais, tudo o que era considerado de requinte e de gosto transforma-se, após essa revelação, em humilhação – afinal, a amante que Carlos julgara ter seduzido e roubado a um rico burguês era uma mulher a que qualquer um com dinheiro poderia ter acesso.

Com a tragédia incestuosa e a *Regeneração* em mente, a suposta lição moral que se extrai desses dois embates é relativamente simples: antes Afonso houvesse aceitado o enlace de seu varão com a filha de um burguês; antes Carlos houvesse aceitado o fato de Maria Eduarda não ser quem ele supunha. Entretanto, como a análise não se sustenta nem pelas suposições, nem pelas lições de moral, é preciso acentuar que, em ambos os embates, o que está em jogo é justamente o que se apresenta, de forma paradigmática, em todos os outros casamentos presentes na obra. Tanto no embate entre Afonso e Pedro, quanto no que se dá entre Carlos e Castro Gomes, o que está em questão é a

relação assimétrica (Afonso nega a Pedro o direito de se casar com uma burguesa; da mesma forma que Castro Gomes nega a Carlos a presunção de ser amante de uma rica burguesa). Para o caso, basta recordar três dessas uniões: a do conde de Gouvarinho, que se casa com a filha de um comerciante, fazendo dela condessa; a que se dá entre o banqueiro Cohen e Raquel, ambos ricos burgueses; e, por fim, a que se dá entre Dâmaso e a filha de um nobre arruinado. Esses três casos constituem um paradigma em que a regra é o casamento assimétrico (entre um nobre e uma burguesa, no caso de Gouvarinho; ou entre um burguês e uma nobre, no caso de Dâmaso). O único enlace simétrico se dá entre o banqueiro e Raquel – mas, nesse caso, ambos são burgueses da alta sociedade (e judeus).

Conforme exposto, a tentativa do nobre Pedro de se unir a uma burguesa será frustrada pela resistência de Afonso e pela subsequente fuga de Maria. E a tentativa de Carlos, também de se unir a uma burguesa, será frustrada pelo imponderável: Maria Eduarda é sua irmã, portanto tão aristocrata quanto ele.

Ocorre que esse imponderável é fruto da escolha de um autor implícito, já mencionado anteriormente. Para que tudo se torne um tanto mais complicado, trata-se de uma escolha fruto de uma sutil combinação entre um autor implícito e um narrador não confiável. Já foi assinalado antes que, conforme Carlos Reis, a perspectiva narrativa que predomina no romance é a da focalização interna, a partir da personagem de Carlos da Maia. Também que, para o crítico, “o que essa perspectiva implica é sobretudo uma posição globalmente crítica perante o universo social que a rodeia.” (REIS, 1995, p. 116). O que cabe questionar, mais uma vez, não é o juízo crítico de Carlos, por meio da perspectiva adotada pelo narrador, sobre o meio em que está inserido, mas se esse juízo é confiável. Será possível tomar a crítica de um diletante ocioso a sério? Confiar num sujeito que pretendia ser uma glória nacional e que acaba por gastar seus dias luxuosamente instalado em Paris não parece, necessariamente, coerente. Se a gente portuguesa não é capaz de operar qualquer mudança no país, o que faz Carlos (reconhecidamente o que há de melhor na terra), do alto de seus privilégios todos, pelo seu Portugal?

Segundo Wayne Booth, a mais importante das distâncias, na narrativa, é a que se dá, justamente, entre o autor implícito e o narrador não confiável (Cf. BOOTH, 1968, p.158). Ocorre que, n’*Os Maias*, muito pouco se questiona a perspectiva adotada pelo

narrador e, de fato, suas regras não coincidem necessariamente com as do autor implícito. O narrador quer fazer crer ao leitor, por exemplo, que Carlos e Afonso são o que há de melhor em Portugal – aquele pela formação privilegiada que recebe de berço, este pela sua solidez moral. As escolhas do autor implícito, entretanto, vão num sentido contrário. Carlos e Afonso, é preciso dizê-lo mais uma vez, nada realizam por Portugal – quando muito um discurso grandioso, por parte de ambos, sobre Carlos ser uma glória nacional. O fato é que um passa boa parte de sua vida retirado numa Quinta, em Santa Olávia, apartado da política e dos homens, enquanto o outro dissipará sua vida diletante por Paris.

O que resta, afinal, é pouco promissor, uma vez que, para vir a ser uma glória nacional, no universo burguês, é imprescindível o *ethos* do trabalho – algo incompatível com as ocupações de sociedade do aristocrata Carlos Eduardo da Maia. Houve um tempo em que Carlos, por sua origem nobre, já seria uma glória, por direito, desde o nascimento. Esse tempo, todavia, já não existe mais no Portugal da *Regeneração*.

3.2 A Dialética entre Romantismo (o Incesto Folhetinesco) e Realismo (o Casamento Morganático) – a Forma Literária Incestuosa

[A] forma é considerada como síntese profunda do movimento histórico (SCHWARZ, 1989, p. 135).

[A] junção de romance e sociedade se faz através da forma. Esta é entendida como um princípio mediador (SCHWARZ, 1989, p.141).

As relações entre a obra de arte e a realidade social são compreendidas como relações críticas, no sentido da estética hegeliana – a verdadeira obra de arte (a *grande obra*, como dirá Goldmann) não reflecte, não reproduz os factos sociais e as estruturas ideológicas de um modo imediato, mas assume uma função crítica ao tornar transparente uma realidade aparentemente caótica. (LIMA, 1987, p.19)

Carlos Reis, em sua análise, insiste numa divisão artificial d'*Os Maias* em uma crônica de costumes e em uma intriga incestuosa. Por defender o caráter anti-positivista da obra, chega mesmo a afirmar que: “o incesto e as suas consequências não se processam de acordo com qualquer causa social, educacional ou cultural”. (REIS, 1995, p. 154). Embora a relação causal não seja nem mecânica, nem conforme as leis deterministas, não é possível negar a sua existência. A estrutura da obra, segundo a análise até aqui desenvolvida, aponta para o fato de que as regras aristocráticas a que Afonso se prende são as principais propiciadoras da tragédia incestuosa. Sua tão apregoada grandeza moral é, afinal, o que há de mais funesto no romance. É por ela que Afonso rejeita a Monforte e a seu pai de origens escusas. É por ela que Afonso rejeitaria uma amante indigna do neto (na verdade, sua própria neta).

No mesmo sentido de Reis, está Maria Manuel Lisboa:

Quer o romantismo (Alencar) quer o naturalismo (Eça) ficam assim comprometidos (e relutantemente unidos), na sua capacidade de movimentos que se quereriam antitéticos um ao outro (...). Cada movimento se quereria inteiramente avesso ao outro, mas ambos ficam, em vez disso, compelidos a submeter-se de novo, (...), à intervenção insistente de um classicismo perseguidor, que ambos tinham respectivamente proclamado ultrapassar, mas que por fim se lhes impõe. (LISBOA, 2000, p. 338).

Para Lisboa, portanto, nem naturalismo, nem romantismo – o que temos é a tragédia clássica, se impondo – é o fado. O que a autora defende é que a causa que leva ao incesto é impalpável, ou, formalmente, é fruto do caráter de fatalidade inerente à tragédia clássica. Ocorre que, tomando o precedente de *A Tragédia da Rua das Flores* como exemplo, a matriz de Eça remete ao folhetinesco – e não à tragédia clássica. Se, como reconhece a própria Lisboa (Cf. LISBOA, 2000, p. 270), Eça recusa a catarse purificadora, não há que se falar em tragédia clássica. O que se apresenta, afinal, são episódios da vida romântica (subtítulo da obra), um folhetim.

Ainda assim, se apenas a opção pela tragédia confirmasse a hipótese de Reis de que a obra é anti-naturalista, caberia também questionar qual, afinal, a força

transcendente, exercida por um poder arbitrário, que põe a perder a felicidade dos heróis nessa tragédia? (Cf. REIS, 1995, p. 168-169). Se essa força não for composta pelas regras aristocráticas que presidem os laços sociais no Portugal do século XIX, conforme demonstrado, o que mais seria?

O fato é que o encontro entre personagens aristocráticas e burguesas resultam, necessariamente, num encontro entre gêneros: folhetinesco, romântico, realista, naturalista... O que os une a todos é o caráter épico da tragédia, mas não a da clássica. Trata-se de um elemento trágico muito ao gosto da época, o incesto, difundido, sobretudo, pelo folhetim, conforme apontado anteriormente.

Não é a intenção desta análise negar o caráter de revisão, na tessitura d'*Os Maias*, de um naturalismo adotado por Eça em obras anteriores. O que se questiona são as razões que tanto Reis quanto Lisboa encontram para o fato – uma vez que o incesto aqui é muito mais folhetinesco que trágico.

Nesse sentido, basta recorrer mais uma vez ao precedente de *A Tragédia da Rua das Flores*. O autor implícito, nesse caso, opta pela morte de uma das personagens incestuosas (Genoveva); n'*Os Maias* o autor implícito opta pela morte de Afonso (a suposta rigidez moral do romance), e não pela dos irmãos incestuosos. Essa diferença nas escolhas do autor implícito expressa, sobretudo, uma mudança em seus valores e, conseqüentemente, em como essa obra deve ser abordada pelo seu leitor. Ademais, se o autor implícito muda de acordo com as necessidades de cada obra,⁷⁸ é possível notar que o d'*Os Maias* não é o mesmo dos demais romances. Conforme Booth, o autor implícito é aquele que o leitor reconhece no enunciado como tal, uma vez que, por meio dessa sua persona, é possível identificar seus valores e, sobretudo, a ausência da apregoada objetividade dos naturalistas (Cf. BOOTH, 1968, p. 71). N'*Os Maias*, a descrença num naturalismo científico surge no embate formal, proposto por meio do narrador, entre um enredo folhetinesco e uma forma realista de abordar os acontecimentos. De fato, quando realismo e romantismo se encontram na narrativa, o resultado tende ao cômico. Basta recordar, para citar um único exemplo, a aparição triunfal de Maria Eduarda a Carlos, pela primeira vez, justamente no satírico jantar oferecido pelo Eça ao marido de sua amante, o Cohen, no Hotel Central – quando se dá

⁷⁸ “the writer sets himself out with a different air depending on the needs of particular works.” (BOOTH, 1968, p. 71)

a conhecer, também, o Dâmaso. O olhar idealizado (romântico) que Carlos lança sobre Maria Eduarda, conforme excerto já citado anteriormente, destoa da balbúrdia do jantar e dos personagens que o compõem.

Para além da revisão de uma estética naturalista, há um marco formal na obra ora analisada, conforme já assinalado. Dentre todos os enlaces e matrimônios que se apresentam ao leitor, há dois que, não por acaso, engendram, num mesmo passo, tudo o que há de romântico e realista na narrativa. O primeiro deles é o casamento entre Pedro e Maria Monforte. Por sua natureza assimétrica (ele aristocrata, ela burguesa), essa união estaria conforme os ditames do casamento morganático entre o rei D. Fernando II e a atriz Elise Hensler (na verdade, o casamento entre Pedro e Maria se dá, no plano da ficção, quase 20 anos antes da união real). O que cabe notar, nesse caso, é que embora Pedro e Maria sejam heróis romanescos (ele pela sua educação carola e pela marcante entrega ao suicídio; ela pela leitura de novelas e também pela aventura do *elopement* com Tancredo), recebem do narrador (que aqui, obviamente, não coincide com a perspectiva da personagem Carlos) um tratamento realista – ou seja, o narrador, ainda que não recrimine, não será condescendente com as escolhas de Pedro e Maria. Narrar as desventuras dessas duas personagens românticas com a pena realista requer uma sutileza que não prescinde, ainda, do elemento trágico-folhetinesco do incesto.

Mas não é só. O outro momento da narrativa em que essa proeza emerge, embora de forma invertida, é justamente no enlace entre Carlos da Maia e Maria Eduarda. O que os une, ainda que de forma velada, é um incesto de caráter folhetinesco, muito ao sabor da época romântica. Ambas as personagens, todavia, pertencem a um tempo eivado de ciência e razão (sendo o realismo sua expressão estética). Carlos é o aristocrata de educação inglesa, depois formado em medicina por Coimbra, experimentado do mundo e de mulheres – sendo que, em nenhum momento, seja possível vislumbrar um derrame romântico (como o de seu pai) quando Carlos se relaciona com suas amantes. Maria, por sua vez, é a menina abandonada pela mãe num convento, para que estudasse, mas que depois há de experimentar uma vida de incertezas até se vir forçada a ser uma cortesã, nos braços de Castro Gomes – e aqui, também, o narrador mantém firme o traço realista, sem derramamentos românticos. Assim, separados, são dois heróis concebidos conforme a sua época. Quando se encontram, entretanto, o olhar de Carlos sobre Maria Eduarda será abertamente idealizado (naquele passo de deusa, naquela carnação ebúrnea, etc.). Sobre o olhar dela,

nesse aspecto, pouco ou nada se consegue inferir. Mesmo porque, para a lógica narrativa, Maria Eduarda é sempre concebida a partir do olhar alheio: aos olhos de Castro Gomes, ela não passa de uma pequena burguesa que se submete a ele a fim de manter as aparências; aos olhos de Carlos Eduardo (de Dâmaso e de toda a sociedade lisboeta), ela é uma brasileira da alta burguesia, por extensão da sua suposta união com Castro Gomes; por fim, aos olhos de sua mãe, por meio de uma carta, Maria Eduarda é, de fato, uma aristocrata – filha legítima de Pedro da Maia.

É certo que tanto pela natureza híbrida do gênero, quanto pela recorrência ao recurso formal, não haveria novidade alguma no fato. A estratégia, aqui, no entanto, resulta numa funcionalidade específica. O narrador de *Eça pinta*, com a ajuda do poeta Alencar (que está presente nos dois momentos da narrativa), um quadro romântico entre Carlos Eduardo e Maria Eduarda (como também pintara entre Pedro da Maia e Maria Monforte) a fim de seduzir o leitor para as peripécias do enredo. O quadro que desenha das demais personagens, todavia, é realista – sobretudo, a partir da morte de Pedro da Maia. Quando esses dois universos se encontram, como na primeira aparição de Maria Eduarda a Carlos, no Hotel Central, a interação entre as personagens é mínima e, mais uma vez, o resultado será cômico – tal o grau de enlevo do par romântico (de um lado), e o ridículo da situação em que se encontram os homens reunidos para o jantar (do outro). Adiante, para que a história seja conduzida a contento, será necessário, ainda, que saiam de cena justamente aqueles que não participam da aventura romanesca diretamente: a condessa de Gouvarinho (que parte em viagem ao Porto com o marido, de trem), Dâmaso (que parte para Seteais, no mesmo trem, aliás, que a Gouvarinho), Ega (que se exila em Celorico) e mesmo Afonso da Maia (que, convenientemente, parte para Santa Olávia vez ou outra).

Nesse sentido, se “a forma é considerada como síntese profunda do movimento histórico” (SCHWARZ, 1989, p. 135) é possível estabelecer, ainda que artificialmente, uma estreita relação entre um movimento romântico-incestuoso e outro realista-morganático. Se a enunciação se equilibra entre as convenções realistas e românticas para conduzir a narrativa, as personagens paradigmáticas (Pedro e Maria Monforte; Carlos e Maria Eduarda), por sua vez, são confrontadas entre o morganático e o incestuoso – respectivamente. Essa forma estruturalmente dialética corresponde, afinal, ao movimento histórico regenerador em que aristocracia e burguesia se aproximam e se afastam na busca de um convívio possível: a aristocracia, de um lado, afeita ao

romântico-folhetinesco e ao incesto (literariamente ao menos); e a burguesia, de outro lado, afeita ao realismo e às relações morganáticas-assimétricas (também conforme as convenções literárias). Em todas essas dualidades, todavia, cada elemento é dotado de regras e convenções específicas que se contrapõem, ao menos em tese, diametralmente um ao outro: romantismo e realismo; incesto e casamento morganático; aristocracia e burguesia. Notório é que Eça, por meio de uma estrutura formal híbrida, tenha justamente trabalhado o romance a partir dos pontos de intersecção entre esses opostos: o caráter épico que une romantismo e realismo; a centralidade aristocrática quer na relação incestuosa, quer no casamento morganático; e, por fim, a interdependência estrutural entre burgueses e aristocratas na busca por prestígio e poder econômico.

Esquemáticamente, teríamos uma estrutura romântico-incestuosa-aristocrática (Carlos da Maia e Maria Eduarda) de um lado; e uma realista-morganática-burguesa (D. Fernando II e Elise e, por extensão, Pedro da Maia e Maria Monforte) de outro.

Essa “imitação de uma estrutura histórica por uma estrutura literária” (*Idem*) já foi devidamente demonstrada no capítulo em que se propõe uma nova leitura do romance. Aqui, a forma romanesca, “entendida como um princípio mediador” (SCHWARZ, 1989, p.141), que faz a junção entre romance e sociedade, será, afinal, marcada pelas mesmas dualidades sociais que a obra busca representar. Trata-se, afinal, de uma forma literária incestuosa, em que gêneros irmãos e, mormente, bastardos se unem para compor os episódios da vida romântica.

4. Considerações Finais

Do ponto de vista de uma eficiente intervenção política, e principalmente do dos resultados conseguidos na evolução das ideias e das instituições, a importância da ‘geração de 70’ foi quase nula. (SARAIVA, 1981, p. 327)

This displacement gave the novel’s relation to romance, (...), a strong element of parody. It would hardly be too much to say that realistic fiction, (...), is, when we look at it as a form of narrative technique, essentially parody-romance. Characters confused by romantic assumptions about reality, who emphasize the same kind of parody, are central to the novel: random examples include Emma Bovary, Anna Karenina, Lord Jim, and Isabel Archer. (FRYE, 1976, p. 39)

Se é certo que a forma romance-folhetim já existia, n’*Os Maias* ela ganha força por representar a transição histórica em curso. Entretanto, a obra oferece, ao final, não a figuração de uma *Regeneração* que se dá no Parlamento, mas aquela que se dá entre os homens.

Nessa figuração, emoldurada por uma forma literária incestuosa, tudo são contradições e ironias: o traço é realista, mas o enredo é permeado pelos ‘episódios da vida romântica’; a paixão amorosa é genuinamente construída, mas se dá entre irmãos; Carlos e Ega são o que há de melhor naquela pátria, mas não fazem absolutamente nada por ela. Os grandes homens veneráveis da terra, por sua vez, e que supostamente algo fazem por ela (o Cohen, o conde de Gouvarinho, o Dâmaso), não são respeitados pelas respectivas consortes (todas têm ou tiveram amantes). Ega e Alencar se estapeiam pela literatura, mas acabam melhores amigos...

O autor implícito⁷⁹ opta, de forma consciente ou não, pela convivência conflituosa de elementos que se excluem. Esses oxímoros todos convergem, ao final,

⁷⁹ “The ‘implied author’ chooses, consciously or unconsciously, what we read; we infer him as an ideal, literary, created version of the real man; he is the sum of his own choices.” (BOOTH, 1968, p. 74-75).

para aquele em que aristocracia e burguesia devem ocupar o mesmo espaço – ora peleando pela mútua exclusão (Afonso da Maia e Manuel Monforte), ora por uma diplomática solução de compromisso (D. Fernando II e Elise Hensler).

O que *Os Maias* apresentam, como fato novo, é a inviabilidade de um rígido código aristocrático em meio a um mundo que se esforça por se fazer burguês. O Portugal carente de burguesia, por conta de suas idiossincrasias históricas atreladas aos grandes descobrimentos, chega ao século XIX (ao século burguês), sendo, ainda, aristocrático. Mesmo que o esforço da *Regeneração* tenha rendido algumas flores, elas não chegam a vingar em frutos. O *Ultimatum* de 1890 será um duro golpe nesse estado de coisas, que será, por fim, enterrado pela República, em 1910.

Para que fosse possível expor algo relativamente simples (para o leitor do século XXI, claro), Eça teve que recorrer, todavia, a um malabarismo formal bastante peculiar. Para o cidadão lusitano contemporâneo à *Regeneração*, certamente não era óbvio que os valores e distinções aristocráticos estavam fadados a desaparecer em tão curto horizonte temporal. Inda mais que a burguesia em ascensão os tinha em altíssima conta. Para Eça, entretanto, sobretudo quando se observa algumas de suas obras posteriores (especialmente, *A Ilustre Casa de Ramires*), resta claro que a solução portuguesa, para o fim de seu atraso relativo ante a uma Europa fervilhando de revoluções burguesas, passa, necessariamente, pela compreensão do papel que a aristocracia desempenha nos destinos do país. No caso d'*Os Maias*, conforme defendido até aqui, é evidente que a aristocracia não poderia subsistir se seguisse alheia ao avanço burguês.

A estratégia formal de inserir, no romance realista burguês, um folhetim incestuoso aristocrático traz para o embate as perspectivas de ambas as classes envolvidas no processo (ainda que uma esteja mais em evidência que a outra). O viés crítico, entretanto, reside menos nesse arranjo entre os gêneros e mais no descompasso entre as escolhas de um autor implícito que desdizem as ironias de um narrador pouco confiável. Reste claro, todavia, que não é a ironia do narrador que o torna confiável ou não (Cf. BOOTH, 1968, p. 159), mas, justamente, o embate entre a perspectiva por ele adotada (a de Carlos) e, sintomaticamente, as escolhas do autor implícito.

A moral desse autor implícito não coincide, necessariamente, com a moral do leitor ou do narrador (Cf. BOOTH, 1968, p. 156-157). Se, conforme a moral da época, os incestuosos irmãos Carlos Eduardo e Maria Eduarda, numa sanção negativa,

devessem morrer (como de resto ocorre n'A *Tragédia da Rua das Flores*, com Genoveva), por que o autor implícito prefere que ambos continuem vivos? Pior: morando na mesma Paris. Por que, afinal, aquilo que causa repulsa, asco e vergonha deve afrontar o leitor ainda mais? Se não for para liquidar o ideal aristocrático que, de certa forma, em Portugal constituía um óbice ao pleno florescer de uma sociedade burguesa que, nos termos de Eça, trabalha e produz civilização, não haveria razão de ser.

A obra, entretanto, como é possível deduzir pela crítica elencada logo na introdução, foi sempre recepcionada a partir de um viés moral – o que compromete uma apreciação mais atenta de sua relação com o momento histórico que a produziu. Assim, se a 'geração de 70' falhou, não foi por escassez de ideias – senão por uma complexidade inerente ao processo social em que estava inserida e que só é possível perceber, justamente, quando se desvenda o sofisticado arranjo formal que engendra essas mesmas ideias no âmbito da arte.

5. Bibliografia

- ALTER, Robert. *Imagined Cities*, New Haven: Yale University Press, 2005.
- ARANTES, Paulo Eduardo. “Uma irresistível vocação para cultivar a própria personalidade” (partes I e II). **In:** *Trans/Form/Ação*, São Paulo, 26(I): 7-51, 2003; 26 (II): 7-42, 2003.
- ARENDT, Hannah. *Rahel Varnhagen: judia alemã na época do romantismo*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- AUERBACH, Eric. *Mimesis*. 4ª edição. São Paulo, Perspectiva, 2001.
- BAKHTIN, Mikhail. “Epos e Romance”, **In:** *Questões de Literatura e de Estética*. 4ª edição. São Paulo, Editora Unesp/Hucitec, 1998.
- BENJAMIN, Walter. “O Narrador: Considerações sobre a Obra de Nikolai Leskov”. **In:** *Magia e Técnica, Arte e Política*. (Obras Escolhidas. Vol. 1). 7ª edição (10ª reimpressão). São Paulo, Editora Brasiliense, 1996.
- BISMUT, Roger. “Os Maias: imitação ou recriação de Flaubert?” **In:** *Revista Colóquio/Letras*. Ensaio, n.º 69, Set. 1982, p. 20-28.
- BOOTH, Wayne C. *The Rhetoric of Fiction*. 8ª impressão. Chicago, The University of Chicago Press, 1968.
- BOSI, Alfredo. *Literatura e Resistência*. São Paulo, Cia. das Letras, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: Crítica Social do Julgamento*. 2ª ed. rev. Porto Alegre, Zouk, 2011a.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 7ª edição. São Paulo, Editora Perspectiva, 2011b.
- CANDIDO, Antonio. “Eça de Queirós – entre o campo e a cidade”. **In:** *Tese e Antítese*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978, p.29-56.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem / Teatro de Sombras*. 3ª edição, Civilização Brasileira, 2003.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador* (Volume 2). Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993.

_____. *A Sociedade de Corte*. 1ª edição. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

FLAUBERT, Gustave. *A Educação Sentimental*. São Paulo, Nova Alexandria, 2009.

FREELAND, Alan. *O Leitor e a Verdade Oculta. Ensaio sobre Os Maias*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

FRYE, Northrop. *The Secular Scripture*. Cambridge, Harvard University Press, 1976.

LIMA, Isabel Pires de. *As Máscaras do Desengano – para uma abordagem sociológica de OS MAIAS de Eça de Queirós*. Lisboa, Caminho, 1987.

LISBOA, Maria Manuel. *Teu Amor Fez de Mim um Lago Triste: ensaios sobre Os Maias*. Porto, Campo das Letras, 2000.

LOPES, Óscar. “Três livros de Eça (*Os Maias*)”. In: *Álbum de Família. Ensaios sobre Autores Portugueses do Século XIX*. Lisboa, Caminho, 1984, p.96-114.

LOURENÇO, Eduardo. *O Labirinto da Saudade*. 8ª edição. Lisboa, Gradiva, 2012.

LUKÁCS, George. *A Teoria do Romance*. São Paulo, Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

LUKÁCS, György. “Narrar ou Descrever?”. In: *Marxismo e Teoria da Literatura*. 2ª edição. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2010.

MARTINS, António Coimbra. “O incesto d’*Os Maias*”. In: *Ensaios Queirosianos*. Lisboa, Europa-América, 1967.

MATTOSO, José (org.). *História de Portugal* (vol. 5). Lisboa, Editorial Estampa, 1993.

MAYER, Arno J. *The Persistence of the Old Regime*. 1ª edição. New York, Panthon Books, 1981.

MCKEON, Michael. *Theory of the Novel*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 2000.

MINÉ, Elza, CANIATO, Benilde Justo (Org.). *150 anos com Eça de Queirós – III Encontro Internacional de Queirosianos*. SP, Centro de Estudos Portugueses, Área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, 1997.

MORETTI, Franco. *The Bourgeois – Between History and Literature*. London / New York, Verso, 2013.

OEHLER, Dolf. *O Velho Mundo Desce aos Infernos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

_____. *Terrenos Vulcânicos*. São Paulo, Cosac & Naify, 2004.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. et SERRÃO, Joel. *Nova História de Portugal (Portugal e a Instauração do Liberalismo)*. Vol. 09. 1ª Edição. Lisboa, Editorial Presença, 2002.

_____. *Nova História de Portugal (Portugal e a Regeneração [1851-1900])*. Vol. 10. 1ª Edição. Lisboa, Editorial Presença, 2004.

PROUST, Marcel. *Salões de Paris*. 1ª Edição. São Paulo, Editora Carambaia, 2015.

QUEIRÓS, Eça de. *Os Maias*. 1ª edição. São Paulo, Nova Alexandria, 2000.

_____. *Os Maias: Episódios da Vida Romântica*. 2ª edição (1ª reimpressão). Cotia, SP, Ateliê Editorial, 2012.

_____. *Os Maias: Episódios da Vida Romântica* (Edição comentada e ilustrada). 1ª edição. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

_____. *A Tragédia da Rua das Flores*. Lisboa, Europa-América.

QUEIROZ, Eça de. *Obra Completa: quatro volumes*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 2000.

REIS, Carlos. *Estatuto e Perspectivas do Narrador na Ficção de Eça de Queirós*. 3ª edição. Coimbra, Livraria Almedina, 1984.

_____. *Introdução à Leitura d' Os Maias*. 5ª edição. Coimbra, Livraria Almedina, 1995.

ROSA, Alberto Machado da. “Nova interpretação de *Os Maias*”. In: *Eça, discípulo de Machado?* Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1963.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Portugal: Ensaio Contra a Autoflagelação*. São Paulo, Cortez, 2011.

SARAIVA, António José, LOPES, Oscar. *História da Literatura Portuguesa*. 11ª edição. Porto, Porto Editora, 1979.

SARAIVA, José Hermano. *História Concisa de Portugal*. 7ª edição. Publicações Europa-América, 1981.

SCANTIMBURGO, João de. *Eça de Queiroz e a Tradição*. São Paulo, Editora Siciliano, 1995.

SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas*. 5ª edição. São Paulo, Editora 34, 2000a.

_____. *Um Mestre na Periferia do Capitalismo*. 4ª edição. São Paulo, Editora 34, 2000b.

_____. *Que Horas São?* São Paulo, Cia das Letras, 1989.

WOOD, Michael. “Marvellous Money”, in *London Review of Books*, Vol. 30 Nº 1, 3 January 2008 (pages 13-14). Versão online acessada em 05.11.2013, disponível em www.lrb.co.uk/v30/n01/michael-wood/marvellous-money

